

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANGELINA MARTINS BARUFFI

**O CAMINHO CONSTRUÍDO PELO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
TÉCNICA-PROFISSIONAL EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA**

FRANCA

2016

ANGELINA MARTINS BARUFFI

**O CAMINHO CONSTRUÍDO PELO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
TÉCNICA-PROFISSIONAL EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para o título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira

FRANCA

2016

Baruffi, Angelina Martins.

O caminho construído pelo Serviço Social na educação técnica-profissional em busca da emancipação humana / Angelina Martins Baruffi. – Franca : [s.n.], 2016.

152 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Josiani Julião Alves de Oliveira

1.Educação - Finalidades e objetivos. 2.Serviço social.
3. Ensino profissional. I. Título.

CDD – 374.01

ANGELINA MARTINS BARUFFI

**O CAMINHO CONSTRUÍDO PELO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
TÉCNICA-PROFISSIONAL EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para o título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____, de agosto de 2016.

Dedico este trabalho aos meus familiares e a todas as pessoas que compartilharam e construíram comigo mais essa etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à....

Deus pela oportunidade da vida.

Luiz Guilherme, meu tão amado, que iniciou essa caminhada junto a mim como meu namorado e se tornou meu esposo durante essa jornada. Obrigada pela paciência, pelo apoio, pelo incentivo diário, pelo carinho, pela ajuda incondicional, por tudo que você é e faz para me ajudar na realização de meus sonhos. Agradeço o companheirismo, o afeto, o amor e as palhaçadas para não me deixar dormir sem dar um sorriso.

Pai Pedro e mãe Nilza agradeço por ser filha de vocês, por me amarem, me entenderem, me fortalecerem em cada instante com vocês. Pai, obrigada pelo seu esforço para que eu conseguisse trabalhar e estudar, quantas viagens você fez para eu realizar minhas aulas do mestrado, renunciando suas próprias coisas para eu seguir em frente. Obrigada pelos conselhos, pelo amor incondicional, pela alegria e bom humor que sempre me proporcionou. Mãe, obrigada por ser meu porto seguro, minha paz em dias de angústia, minha escuta em dias de desabafo, minha referência e fortaleza. Amo vocês.

Josiani, você é um presente divino, obrigada por me aceitar e respeitar meu tempo. Obrigada por me ajudar a encontrar um caminho que pudesse tornar essa jornada feliz além de árdua. Agradeço por ter aberto as portas de sua casa, para além das portas da universidade. Obrigada pela delicadeza em cada retorno, por me fazer ser melhor e buscar o conhecimento como uma joia preciosa.

Paulo, Rosa e Giovana, além de meus sogros e cunhada, se tornaram uma linda família, que contribuiu para essa minha caminhada. Obrigada por entenderem minhas dificuldades e minhas necessidades, bem como compreenderam a distância quando não puder estar presente como gostaríamos em nossas convivências.

Luís Carlos, gerente e diretor do Senac São José do Rio Preto, agradeço a confiança, a possibilidade e o incentivo em realizar esse estudo e por ter tornado possível a pesquisa de campo. Obrigada pela autonomia e pela empatia que sempre estabeleceu com minhas

necessidades. E obrigada por fazer parte desta unidade do Senac, onde tudo é possível e realizável.

Agradeço ao Senac pela oportunidade da pesquisa, especificamente as unidades participantes e os sujeitos que prontamente aceitaram fazer parte desta construção.

Ieda, amiga admirável, você tem um coração imenso, obrigada por me receber em sua casa, acordar durante as madrugadas para abrir sua morada para me acolher no único objetivo de me ajudar. Você é uma das responsáveis por esta etapa. Muito obrigada.

A/aos amigas/os do Senac que contribuíram para minhas reflexões neste período, em especial agradeço ao Celso, a Maria Alice, a Acirlei, a Patrícia, a Rosangela, a Geórgia, a Liury, a Letícia, ao Luiz Fabiano, a Daniele, entre outros que de alguma forma estiveram junto comigo neste processo.

A professora Elizabeth e ao professor Ubaldo, pela contribuição na banca de qualificação do Mestrado, que permitiram esse trabalho acontecer. Obrigada pelo carinho de ambos, pelo cuidado e pelas importantes considerações que direcionaram a pesquisa.

Ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP Franca pela oportunidade em ser Mestre e por ser esta casa que me formou assistente social.

Ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Ibilce, UNESP de São José do Rio Preto, especificamente a professora Lilia Abreu Tardelli, que me acolheu em uma das disciplinas e que me proporcionou reflexões e considerações sobre a importância da Educação e da interdisciplinaridade. Agradeço pela forma humilde e acolhedora que Lilia me recebeu no Programa.

EU SEI, MAS NÃO DEVIA

Marina Colasanti

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagar mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnorteado, lançado na infundável catarata dos produtos.

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

BARUFFI, Angelina Martins. **O caminho construído pelo Serviço Social na educação técnica-profissional em busca da emancipação humana.** 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

A presença de assistentes sociais na Educação vem se consolidando na contemporaneidade e sendo sistematizada pela categoria profissional no intuito de compreender como este espaço é conquistado a partir do direcionamento hegemônico da profissão. O contexto sociopolítico atual é caracterizado pelo sistema do capital que impõe determinados valores e formas de agir em sociedade, por isso estabelece as relações sociais e impacta na organização social, nas políticas sociais, na política educacional, na política de saúde e em todas as esferas e setores da sociedade, bem como é o sistema capitalista o responsável pelas contradições da realidade, pela exploração do homem pelo homem, pela coisificação das relações humanas e por engendrar o ser social na alienação. O ser social tem suas potencialidades tolhidas por esse sistema e não consegue estabelecer com o trabalho a relação que funda a si mesmo, pois o trabalho deixou de ser o meio de formação e desenvolvimento do ser humano para se tornar um meio de subsistência de si e de manutenção do capital, e a inserção ao mundo do trabalho se tornou responsabilidade do ser social a partir de sua qualificação para ingresso as atividades do saber fazer, que são requisitadas pelo mercado. A Educação enquanto responsável pela formação humana, capaz de conscientizar, de empoderar cada ser humano como protagonista da sociedade foi restrita a uma política pública, organizada e gerenciada pelo Estado e pelo capital com o objetivo de formar mão de obra para o mercado e como meio de domínio ideológico da massa trabalhadora, ou seja, a Educação se firmou como uma poderosa estratégia para disseminar os ideais do capitalismo e do neoliberalismo. Para o Serviço Social, enquanto profissão atuante nas expressões da questão social, a Educação é um espaço ocupacional também estratégico, inclusive no ensino técnico profissional, que historicamente foi desenvolvido para a qualificação de pessoas, que aprenderiam as técnicas e conhecimentos voltados para elas, de forma acrítica, pois é um lócus profissional que por sua característica de formação é um espaço que pode gestar a desalienação e contribuir para o reconhecimento dos seres sociais enquanto capazes pela (re) construção da sociedade. Esta pesquisa objetiva entender o trabalho profissional dos/as assistentes sociais no Senac São Paulo, compreendendo como contribuem ou podem contribuir para a busca da Emancipação humana, que configura o horizonte hegemônico da categoria profissional. Por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo e pelo método histórico dialético foi possível percorrer o contexto histórico da sociedade, da Educação e entender como o Serviço Social está se inserindo neste espaço ocupacional da Educação técnica-profissional e materializando os princípios éticos, e incidindo na cultura e na hegemonia da ideologia que remete a transformação da sociedade, e na conquista de uma sociabilidade onde o ser social seja livre, autônomo e acesse a Emancipação humana. Portanto, refletimos como os/as assistentes sociais têm atuado junto às expressões da questão social e qual tem sido sua direção social no Senac São Paulo, que educando por uma perspectiva crítica, rompem as amarras deste sistema.

Palavras-chave: educação. emancipação humana. serviço social.

BARUFFI, Angelina Martins. **O caminho construído pelo Serviço Social na educação técnica-profissional em busca da emancipação humana.** 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

The presence of social workers in education has been consolidated in contemporary times and being systematized by the professional category in order to understand how this space is gained from the hegemonic direction of the profession. The current socio-political context is characterized by the capital system that imposes certain values and ways of doing things in society, so establishing social relationships and impacts on social organization, social policy, education policy, health policy and in all spheres and sectors of society, as well as the capitalist system responsible for the contradictions of reality, the exploitation of man by man, the commodification of human relationships and engendering social being on sale. Being social has its potential constrained by the system and can not establish with work relationship that founds itself, because the work is no longer the means of formation and development of the human being to become a livelihood for themselves and capital maintenance and entry to the world of work has become responsibility of the social from their qualification for entry activities to know the make, which are required by the market. Education as responsible for human, able to educate, empower every human being as a protagonist of society was restricted to public policy, organized and managed by the state and capital in order to form labor to the market and how through ideological domination of the working mass, ie Education has established itself as a powerful strategy to disseminate the ideals of capitalism and neoliberalism. For Social Service, as a profession active in terms of social issues, education is an occupational space also strategic, including professional technical education, which historically has been developed for the qualification of people who learn the focused skills and knowledge for them to uncritically, it is a professional locus which in its characteristic formation is a space that can gestate the alienation and contribute to the recognition of social beings as capable for (re) building society. In this research we aim to understand the professional work of / social workers at Senac São Paulo, including how they contribute or can contribute to the pursuit of human emancipation, which sets the hegemonic horizon of the professional category. Through bibliographical, documentary and field research and the historical dialectic method it was possible to go through the historical context of society, education and understand how the Social Services is entering this occupational area of vocational technical education and materializing the ethical principles, and focusing culture and hegemony of the ideology that leads the transformation of society and the achievement of a sociability where the social being is free, autonomous and access to human emancipation. Therefore, reflect how / social workers have worked with the expressions of social issue and what has been its social direction in the Senac São Paulo, educating a critical perspective, breaking the shackles of this system.

Keywords: education. human emancipation. social service.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CE	Código de Ética do/a Assistente Social
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ETEC's	Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo
FATEC's	Faculdades de Tecnologia
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GO	Gerência de Operações
IFETs	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
PIMPO	Programa Intensivo de Formação de mão de obra
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

UE

Unidade Escolar

UE's

Unidades Escolares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO HORIZONTE	20
2.1 Contexto sociopolítico contemporâneo	20
2.2 Emancipação política e Emancipação humana	33
2.3 Emancipação humana e Serviço Social	41
3 EDUCAÇÃO: sua concepção legal, conceitual e histórica	46
3.1 O que é a Educação?	46
3.2 Educação técnica-profissional no Brasil e no Senac São Paulo.....	67
3.3 Educação e Serviço Social.....	82
4 EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: como o Serviço Social inserido na formação e Educação técnica-profissional pode contribuir para a busca da Emancipação humana	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas com os/as assistentes sociais do Senac.....	151
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	152

1 INTRODUÇÃO

Independente de nossa consciência ou vontade, o futuro está sendo gestado e parido o tempo todo por todos nós, educadores profissionais ou não. Porém, se o quisermos de forma que seja um Futuro que proteja a Vida Coletiva e eleve e honre nossa dedicação profissional, precisamos repensar e refazer nossas práticas, isto é, nos novos tempos, novas atitudes! (CORTELLA, 2014, p. 11).

A presente pesquisa buscou conhecer a realidade do trabalho profissional do/a assistente social no ensino técnico profissional, para compreender e refletir como tem contribuído ou pode contribuir para a busca da Emancipação humana.

Buscou-se entender quais as possibilidades do Serviço Social no espaço ocupacional da Educação para materializar o primeiro princípio do Código de Ética, que direciona para o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, Emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Pelo acesso a consciência crítica, o Serviço Social enquanto categoria profissional se vinculou a um projeto societário que protege a vida coletiva e a dignidade humana. Enquanto profissionais desta área, nosso desafio cotidiano é refazer nossas práticas e nossas atitudes, que possam estar coerentes com a opção por um projeto de sociedade.

Para repensar as práticas profissionais dois fatores são intrínsecos e essenciais, um deles é a realização de uma pesquisa que desvele o real a ser conhecido e o outro é o conhecimento social, histórico, político e cultural daquele local a ser pesquisado, que traz outras necessidades cognitivas para o pesquisador, visto que o contexto sócio-histórico da humanidade é construído e reconstruído a todo o tempo, seja de maneira consciente ou não, mas nossas atitudes influenciam diretamente no real e por este também somos influenciados.

Para a realização desta pesquisa definiu-se como objetivo geral: Compreender como o Serviço Social, inserido na Educação e formação técnica-profissional pode contribuir para a Emancipação humana. Como objetivos específicos: Discutir a categoria Emancipação e refletir sobre a sua relação com a Educação e Serviço Social; Aprofundar estudo sobre a Educação, especialmente em relação à formação técnica-profissional; Identificar as contribuições do Serviço Social na Educação técnica-profissional.

Este estudo buscou dar visibilidade à Emancipação humana, à Educação e à atuação do/a assistente social em âmbito educacional, pois neste momento, a pesquisadora atua

profissionalmente em um ambiente escolar de trabalho (SENAC São Paulo)¹, em que a presença do/a assistente social é recente na organização e, por isso instigou desenvolver uma pesquisa que nos leve a refletir sobre o trabalho profissional e a materialização do Código de Ética Profissional (CFESS, [2012a]).

A análise da realidade a ser conhecida tem a intenção de contribuir com o conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que a categoria profissional vem sistematizando e ampliando sobre o trabalho profissional do/a assistente social na Educação. Nosso compromisso é contribuir com as especificidades da inserção na Educação técnica, já que ainda são restritos os estudos acerca do Serviço Social no ensino técnico profissional, visto que os conhecimentos construídos e descritos se referem a atuação generalista na Educação, na Educação formal – Educação infantil e ensinos fundamental e médio, e na Educação superior.

A pesquisa está embasada na teoria social crítica, que tem origem com os estudos de Marx, que são apropriados pela categoria profissional do Serviço Social a partir do movimento de reconceituação da profissão, na busca pelo rompimento com o conservadorismo, oriundo do surgimento da profissão atrelado ao capital. Este referencial teórico crítico foi ganhando corpo e incorporando as discussões da categoria profissional por meio de seus estudos e de sua apropriação teórica, bem como a profissão foi buscar em releitores da realidade elucidada por Marx, outras compreensões para abarcar os momentos e contradições da sociedade capitalista. Dessa forma, nos baseamos em Gramsci, que é um dos importantes pensadores que ampliaram a leitura de mundo marxiano e que nos permite uma apreensão do real mais condizente com os enfrentamentos que estamos assumindo na prática cotidiana.

A relevância da pesquisa está exatamente em trazer a discussão da categoria Emancipação humana como algo a ser alcançado por meio da superação desta ordem social. A intenção é refletir se essa sociedade pode ser gestada e mobilizada por meio da Educação e do Serviço Social e buscar compreender como ambas tem contribuído ou podem colaborar para a busca da transformação social.

Este trabalho foi desenvolvido por meio do método histórico dialético, por compreender que é somente com a compreensão do movimento contraditório do real que se pode elaborar estratégias que estejam imbuídas de direcionamento ético-político e social para além desta sociabilidade. É este entendimento que fornece o subsídio suficiente para que o/a

¹Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

assistente social consiga ter um olhar crítico e desvelador da questão social, capaz de empoderar sua capacidade técnico-operativa para que realize ações de caráter emancipador.

O método histórico dialético possibilita realizar aproximações com a essência do real que é vivenciado pelo coletivo de assistentes sociais do Senac São Paulo e isso permite que as categorias de análise pesquisadas sejam refletidas, levando os/as profissionais assistentes sociais inseridos/as na formação técnico-profissional a repensar o trabalho profissional.

Ressalta-se que a contribuição do Serviço Social para a busca da Emancipação humana está condicionada a muitos fatores como a formação profissional, as possibilidades dadas no real, a escolha pela efetivação do projeto hegemônico da profissão, a capacidade teórico-metodológica e ético-política para resistir e lutar, e por isso o/a assistente social contribui ou pode contribuir para a Emancipação humana, porque tal contribuição depende de todos esses fatores e principalmente da vinculação do/a profissional ao projeto de sociedade que acredita ser ideal.

Considera-se que o/a assistente social contribui para a Emancipação humana se assume um posicionamento crítico e de resistência, mas pode não assumir essa postura e atuar por uma identidade conservadora ou funcionalista, por isso nesta dissertação acredita-se que o/a profissional pode contribuir se assumir seu posicionamento e compromisso com princípios e valores que defendem o ser humano genérico e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para a concretização do estudo realizou-se: pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com adensamento teórico dos principais referenciais da categoria profissional e de outras das áreas das ciências, que deram subsídios para as interpretações e análise da pesquisa de campo como: Paulo Netto e Braz (2012), Montañó e Duriguetto (2011), Gramsci (1999, 2001, 2002a, 2002b), Tonet (2006a, 2010, 2012, 2013d, [2013a], [2013c], [201-a]), Luiz (2005), Martins (2007), Morin (2000, 2015), Freire (1987, 1996), Dupas (2001), Ney (2008) e Manfredí (2002).

A pesquisa documental foi referente ao estudo de documentos específicos do SENAC São Paulo, como a Proposta Pedagógica, o Regimento das Unidades Escolares, a Política de Bolsas do Senac, entre outros.

A pesquisa de campo foi realizada no Senac São Paulo, com uma amostra de três profissionais do Serviço Social, por meio de entrevistas semiestruturadas para entender a relação entre Emancipação humana e Educação, problematizando a atuação do/a assistente social na Educação e formação técnico-profissional, compreendendo como pode contribuir ou contribui com a busca da Emancipação humana.

Para realizar a entrevista utilizou-se um roteiro pré-estabelecido, que contribuiu para a abertura da comunicação e ampliou a reflexão para além das questões formuladas. Para garantir a assertividade e por uma questão ética, o pré-teste foi realizado com um/a profissional da rede do Senac São Paulo, e após validado o instrumento, então concretizamos as entrevistas com os sujeitos.

A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu de forma aleatória entre os/as assistentes sociais do Senac São Paulo. Escolhemos um/a assistente social de cada grande região do Estado, de acordo com a organização do Senac São Paulo, para compor esta fase de pesquisa de campo.

O Senac organiza suas 60 unidades e dois hotéis escola em três grandes regiões, que possuem gestão descentralizada dentro da instituição. A organização tem como referência a capital do Estado, a cidade de São Paulo. Essas regiões são compostas pelas unidades de acordo com a distância que estão da capital.

Cada uma destas regiões possui uma Gerência de Operações, então no Estado temos três Gerências de Operações, denominadas GO1, GO2 e GO3.

A Gerência de Operações é que organiza e estabelece as diretrizes para o trabalho nas determinadas regiões, considerando as características locais e regionais. As Gerências de Operações têm a especificidade de olhar para as normas e políticas da instituição e junto com as Unidades Escolares (UEs) do SENAC alinhar as atividades a serem realizadas.

O Senac São Paulo é atualmente organizado a partir da distância de cada UE da capital: GO1 composta pelas unidades da capital, além de Guarulhos, Osasco e Taboão da Serra; GO2 composta pelas UEs da Grande São Paulo e as UEs do interior que estão situadas em até 250 km da capital, com exceção das unidades de Guarulhos, Osasco e Taboão da Serra, que estão alocadas na GO1 e GO3 formada pelas UEs do interior de São Paulo que estão localizadas em um raio maior que 250 km de distância da capital do Estado.

Dessa forma, as entrevistas foram realizadas com um/a assistente social de cada uma destas regiões, compreendendo as particularidades dos trabalhos desenvolvidos nestas diversas localidades.

Não foram reveladas quais as UEs que serviram de base para esta pesquisa, pois cada Senac conta com a presença de um/a assistente social, e para garantir o sigilo e atender as normas éticas não divulgamos as unidades, para também não anunciar as identidades dos sujeitos. Soma-se a essa preservação de identidade a indicação dos nomes fictícios para esses sujeitos no decorrer da análise empírica dos dados, realizada a partir das falas que contribuíram para a reflexão e construção deste conhecimento.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas e devolvidas aos sujeitos para que os mesmos avaliassem o que responderam e confirmassem suas respostas ou as alterassem de acordo com suas considerações.

Esta pesquisa foi realizada por uma abordagem qualitativa, que considera a vida dos sujeitos que estão nela envolvidos e a dimensão/profundidade da realidade, ou seja, pressupõe conhecer e buscar a essência dos resultados obtidos em cada etapa do estudo. Essa abordagem nos permite compreender a relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa e pressupõe uma análise que esteja de acordo com o contexto sociopolítico econômico da contemporaneidade.

Por meio dos dados apreendidos empiricamente da realidade de cada UE em contato com toda teoria estudada foi possível compreender a relação entre Emancipação humana e Educação, situando o trabalho do/a assistente social e a concretização de suas práticas no ensino técnico profissional, que contribuem ou podem contribuir com a busca da Emancipação humana.

A escolha pela pesquisa de campo no Senac São Paulo se deu por esta instituição ser o lócus de trabalho da pesquisadora, e também devido ao atual desenvolvimento educacional do Senac São Paulo que decidiu construir o processo educativo nas UE's por meio das metodologias ativas de aprendizagem. Tais metodologias buscam provocar nos estudantes o senso crítico, a autonomia ainda que relativa devido aos limites impostos pelo capital, e o olhar para a realidade no intuito de desvelar sua essência a partir da realização de projetos que estejam conectados com a vida e realidade destes estudantes.

A análise dos dados empíricos foi realizada a partir do referencial teórico estudado e da análise de conteúdo a partir das categorias que previamente estabelecemos: Educação, Emancipação humana e Serviço Social e também por meio de categorias que surgiram posteriormente à pesquisa de campo com as falas contundentes sobre as categorias: Projeto ético-político, Interdisciplinaridade e Identidade atribuída, que percebemos ser necessárias para esta pesquisa.

O estudo e a pesquisa com sujeitos foram realizados de acordo com a Resolução nº 196/96, versão 2012, também conhecida como Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, a qual dispõe sobre as normas éticas em estudos que envolvem seres humanos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Esta dissertação foi estruturada em três momentos: no primeiro refletiu-se o contexto sociopolítico contemporâneo e a Emancipação humana; no segundo buscou-se dialogar sobre

a Educação e no terceiro propôs-se efetivar a relação entre Educação, Emancipação Humana e Serviço Social.

Durante estes momentos fizemos a contextualização histórica de cada eixo fundamental desta pesquisa, por entendermos que somente por meio do conhecimento histórico do país e do mundo é que será possível transformar essa realidade. Conhecer a formação histórica fornece os elementos que nos empodera para uma atuação que corresponda à totalidade deste real de forma crítica e que tenha o impacto desejado pelo nosso projeto ético-político, ou seja, só é possível ser um profissional crítico, propositivo e interventivo se nos lançarmos a conhecer o contexto histórico e se a análise de conjuntura estiver em nossa premissa de atuação.

No capítulo um, realizou-se a apropriação teórica do contexto sociopolítico da contemporaneidade que forneceu elementos para compreender qual é a realidade que o Serviço Social é chamado a intervir, quais as características sociais, econômicas e políticas deste momento histórico. Essa reflexão permitiu o embasamento para realizar a crítica da atual política educacional que desenha os desafios a serem enfrentados pela profissão de Serviço Social inserida nos diversos espaços ocupacionais e aqui especificamente na Educação técnica-profissional.

Conhecer a totalidade nos leva a identificar o nosso próprio contexto o que possibilita o reconhecimento de pertencimento a classe trabalhadora, e a identificação de que somos sujeitos sócio-históricos, por isso temos a possibilidade de mudar os rumos desta sociedade, o que nos traz a responsabilidade de fazer diferente, ou seja, construir novos caminhos e não de reproduzir o instituído.

Também abarcou-se neste momento o entendimento da importância da categoria trabalho para o ser social e a reflexão sobre a Emancipação humana, entendendo que quando pensamos neste tema, muitas são as Emancipações que julgamos possíveis e necessárias, entretanto por meio da perspectiva crítica e dos referenciais estudados, consideramos que a Emancipação humana é a única Emancipação que engloba as demais, sendo esta, o horizonte, a direcionalidade ética e política de nossa categoria profissional, que será alcançada com a transformação social, e o alcance de uma sociedade marcada pelo desenvolvimento das potencialidades humano genéricas a partir da liberdade, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, em que o ser social tenha de fato acesso a isso.

Nesta atual sociabilidade retratada no primeiro item do primeiro capítulo da dissertação, a possibilidade emancipatória se refere e se limita a Emancipação política, que se configura pela conquista e acesso aos direitos sociais, civis e políticos. Essa Emancipação é

importante e necessária nos marcos do capital, pois é a única forma de garantir direitos ainda que mínimos a classe trabalhadora, no entanto, precisamos avançar e buscar a plena Emancipação que será a humana.

As possibilidades para buscar a Emancipação humana que se materializam ou podem se materializar na prática cotidiana dos/as assistentes sociais e demais categorias profissionais que compartilham deste mesmo projeto societário, se configuram nas chamadas atividades educativas de caráter emancipador, que são aquelas realizadas em diversos espaços e que nos posicionam contra a opressão a classe trabalhadora e ao ser social, a exploração do homem pelo homem e a alienação.

Os principais referenciais teóricos foram: Paulo Netto e Braz (2012), Montañó e Duriguetto (2011), Gramsci (1999, 2001, 2002a, 2002b), Luiz (2005), Tonet (2012, 2013d, [2013a], [2013b]), entre outros.

No segundo capítulo debruçamos nossos estudos sobre a Educação, que em sentido generalista é responsável pela formação humana, que acontece nos diversos espaços de inserção do ser social, ou seja, a pessoa é educada desde o nascimento pela família, pela comunidade, pela religião, pela rua e pela escola. No entanto, a Educação foi ideologicamente reconhecida como Política Educacional e ficou como responsabilidade restrita do espaço escolar.

O contexto sociopolítico nos leva compreender que o sistema neoliberal entendeu que a Educação era um poderoso instrumento de aculturação dos trabalhadores e restringe a Educação a um espaço que tem a responsabilidade de formar essa classe para o trabalho, mas o trabalho não enquanto fundante do ser social e capaz de desenvolver suas potencialidades, mas sim um trabalho enquanto atividade que prepara o trabalhador apenas para o saber fazer e que deve proporcionar a classe elitizada os conhecimentos necessários para o poder e o comando da sociedade.

Já não é mais possível aceitar uma Educação escolar no século XXI, com ranços e reprodução do século XX, impregnada com seus valores e respostas. É preciso construir novas mentalidades humanas para que seja possível efetivar um projeto de Emancipação humana, em que o ser social desenvolva suas potencialidades com liberdade e autonomia, em que as propostas neste século sejam condizentes com as necessidades históricas desta atualidade social.

Buscou-se descrever como foco a Educação profissional realizada no Senac São Paulo, conhecendo seus meandros, limites, desafios e possibilidades ao trabalho do Serviço Social, e mediante a isso, estudou-se a atuação do/a assistente social na Educação, sistematizando

possíveis características peculiares a este espaço ocupacional, para posteriormente refletir a prática profissional no ensino técnico.

Os principais referenciais teóricos foram: Martins (2007), Ney (2008), Manfredi (2002), Tonet (2013d), Freire (1987), Siminatto (2011) entre outros.

Já no terceiro capítulo a proposta foi relacionar estas categorias estudadas, analisando os dados empíricos apreendidos nas entrevistas no intuito de conseguir responder a nossa pergunta geradora que é entender como o/a assistente social tem contribuído ou pode contribuir para a busca da Emancipação humana estando inserido/a no ensino técnico profissional do Senac São Paulo.

Os principais referenciais teóricos foram: Abreu (2004), Martins (2007), Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993), entre outros.

Trata-se de um item inteiramente reflexivo, que nos remete à certeza da necessidade do/a assistente social ocupar este espaço contribuindo para materializar a Educação que se deseja e precisa nesta sociedade da barbárie.

Por fim, este estudo demonstra a importância da pesquisa como intrínseca ao trabalho do/a assistente social, capaz de desvelar o real, nos conectar com as demandas de nossos sujeitos, de tornar crítica à apreensão da realidade e das expressões da questão social que é nosso objeto de trabalho e como nos fornece os elementos necessários para materializar nossos princípios éticos e políticos em busca da efetivação ao projeto societário hegemônico.

Haverá a socialização da pesquisa junto aos participantes, por meio da entrega de um exemplar da dissertação para cada sujeito, com a proposta de realizar momentos de reflexão coletiva sobre o tema pesquisado. Outra forma de socialização será por meio de participação em eventos, congressos, simpósios, conselhos, e demais espaços que sejam específicos da profissão e interdisciplinares.

Além disso, este estudo visa socializar o trabalho profissional que vem se consolidando na Educação técnica-profissional para possibilitar ao/a leitor/a ampliar seu horizonte e espelhar futuras experiências na Educação, bem como contribuir com a categoria profissional de Serviço Social que tem sistematizado e refletido a atuação de assistentes sociais no espaço sócio ocupacional da escola.

2 EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO HORIZONTE

“Toda a emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem”. (KARL MARX, [1843], p. 30).

Para compreender melhor como o Serviço Social inserido na Educação e formação técnico-profissional pode contribuir para a Emancipação humana, é necessário entender e discorrer o que estamos compreendendo por Emancipação humana, como ela se faz possível na atual conjuntura política, social e econômica.

É necessário analisar criticamente o contexto atual, refletindo as suas contradições e as suas possibilidades (presentes no real), para a efetivação de um projeto profissional que possui um direcionamento ético e político que se traduz na superação desta ordem social, para que o ser humano seja potencialmente livre, autônomo e emancipado.

Este item traz as principais características deste sistema capitalista e por meio de alguns dados estatísticos entende-se a relevância de se defender a busca da Emancipação humana, dados estes que nos ajudam a compreender a formação do Brasil e suas contradições que refletem nas vidas de nossos sujeitos.

Este conhecimento dos dá embasamento para a crítica a ser realizada sobre a intervenção do Serviço Social e a materialização de seus princípios éticos no espaço ocupacional da escola, enquanto ambiente da Educação e formação técnico profissional.

2.1 Contexto sociopolítico contemporâneo

Para entender a sociedade nos embasamos na teoria social crítica, e por isso se faz necessário compreender os seus elementos centrais, pois é a partir deles que será possível conhecer como se formou e se mantém as relações humanas, sociais e políticas nesta sociabilidade.

A teoria social crítica de acordo com Carnáuba (2010, p. 199) se diferencia da teoria tradicional a partir da compreensão da realidade firmada na contradição intrínseca da economia vigente, e entender que o real é produto da ação e das decisões humanas, e que por isso, pode tomar outro rumo orientado para a Emancipação humana.

Basear o método de pesquisa na teoria crítica elaborada por Marx, nos leva a considerar o caráter histórico da sociedade, suas contradições e a dimensão do ser social. De acordo com Paulo Netto (2011, p. 22) este método “[...] propicia o conhecimento teórico,

partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.” A partir da aproximação com a realidade a ser pesquisada, a compreensão da sociedade e sua formação, é possível compreender provisoriamente determinada situação estudada. Provisoriamente, pois tudo está em constante transformação o tempo todo, o que é agora pode não ser amanhã.

Na Teoria Tradicional, o indivíduo não se vê como parte de um processo contraditório, em que suas potencialidades são desenvolvidas no trabalho ou em qualquer outra atividade, ao contrário, de forma geral, ele aceita as determinações impostas pela teoria tradicional como um modelo natural, e assim passa a guiar seu comportamento com o fim de preencher essas determinações. [...] Contudo, na Teoria Crítica, são eliminadas essas barreiras verticalmente impostas à sociedade que a leva a atuações cegas e conjuntas em atividades isoladas. O indivíduo de comportamento crítico não se resigna com a cisão social característica da Teoria Tradicional [...]. Porém, esse reconhecimento crítico não é apenas uma descrição da realidade no sentido tradicional, ele traz consigo ao mesmo tempo a condenação dessa realidade, isto é, o reconhecimento da realidade mostra ao teórico crítico que “este mundo não é o dele, mas sim o mundo do capital”. (CARNAÚBA, 2010, p.200).

A sociedade está imbuída deste conformismo propagado pela teoria tradicional, que é usada como estratégia do capital, para manter a população como massa de manobra, ou seja, como pessoas facilmente manipuláveis de acordo com seus interesses, para sua propagação e acúmulo de poder material e ideológico.

A teoria social crítica descortina o olhar para o real de forma a compreendê-lo como o mundo formado pelo e para o capital, e traz um horizonte para sua superação com o direcionamento para a Emancipação humana.

De acordo com Tonet (2012, p. 9) a teoria social crítica tem como função e objetivo:

Compreender até o fim, isto é, compreender cada fenômeno como parte de uma totalidade, como momento de uma processualidade histórica e social; apreender, em cada fenômeno, a articulação entre essência e aparência, as mediações e contradições que permeiam toda a realidade social. Transformar até o fim, isto é, intervir, a partir dessa compreensão, de um modo que possa modificar até os seus fundamentos essa ordem social e construir uma outra forma de sociabilidade plenamente humana. Tal é o sentido de uma teoria social realmente crítica [...].

Este sentido da teoria social crítica faz reconhecer que a história da humanidade foi e é construída pela ação humana, o que responsabiliza cada pessoa pela intervenção e transformação da realidade.

Pode-se inferir que essa ação humana que cria a sociedade é o trabalho, sendo esta a categoria fundante do ser social, que de fato é o responsável pela constituição e transformação do real. Isso reafirma que o mundo não está dado tal como está e que entidades superiores, como o Estado, a igreja ou outros, são os empoderados em ditar as normas e condutas das pessoas. Entretanto, as mudanças serão gestadas a partir da mobilização do sujeito social e o reconhecimento de suas potencialidades como agente de transformação.

O ser social pelo trabalho se constrói enquanto um novo tipo de ser promove uma nova organização da sociedade. Ao passo que o trabalho se configura pela transformação da natureza, este ser promove mudanças no real, nas relações sociais e em si mesmo, por isso, o trabalho é uma relação dialética, em que o ser social transforma a natureza e também se transforma.

Este novo tipo de ser que se origina pelo trabalho representa um salto ontológico da humanidade, ou seja, por esta atividade de transformação da natureza ocorre uma ruptura na forma de consolidar a atividade humana e esse salto representou significativa evolução da humanidade.

O ser social se diferencia e supera as características inorgânicas e orgânicas (o aspecto inorgânico é caracterizado, por seres que não conseguem a reprodução, por exemplo, água, ar, terra, ou seja, elementos da natureza; já os seres orgânicos são aqueles que conseguem a reprodução, mas que sempre dão origem à mesma coisa que o originou, por exemplo, plantas, animais, etc.) pelo trabalho desenvolvido a partir de suas necessidades e adquire a consciência a partir da realidade social, dessa forma se torna histórico e social.

[...] as coisas, orgânicas ou inorgânicas, existem e percorrem seus caminhos sem a dimensão do tempo – este é uma construção do ser social na medida em que não apenas existe, mas ousa produzir as condições de sua existência rompendo os limites das barreiras naturais, tornando-se um ser histórico e social. (IASI, 2016).

Essa é a grande superação ontológica do ser social, a ousadia de construir sua existência, se assumindo como ser histórico e social, criando suas formas de existir e se relacionar e interagir com os demais integrantes da sociedade.

Talvez o mais importante seja sublinhar que é no trabalho que o ser social cria o seu mundo. As suas formas de objetividade – que, a partir do ser natural, tornam-se cada vez mais claramente sociais – resultam do trabalho e se desenvolvem à medida que a práxis social emerge e se torna cada vez mais explícita. (SIQUEIRA; ESCURRA; DUAYER, 2013, p. 20).

É por demonstrar que o ser social é responsável pela criação da história que se faz possível defender a luta de uma transformação social, acreditando que o homem “[...] antes de realizar o seu trabalho tem a capacidade de projetá-lo na consciência e analisar os caminhos possíveis para alcançar seu objetivo.” (SOUSA, 2014, p. 32). Ou seja, o ser social tem a capacidade de projetar conscientemente a mudança desta sociabilidade.

O ser social de acordo com Paulo Netto e Braz (2012) é o único ser capaz de realizar atividades teologicamente orientadas (subjetividade) a partir de causalidades (objetividade), objetivar-se material e idealmente, comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada, realizar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente, também tem a capacidade de escolher entre alternativas concretas, universalizar-se e socializar-se.

De acordo com Marx (1996a) foi a partir do surgimento da propriedade privada e, posteriormente, do sistema capitalista que o ser social se distancia de seu gênero humano, porque a interação social entre os homens passa a ser mediada por um conjunto de valores e padrões oriundos deste sistema, que é caracterizado principalmente pela exploração do homem pelo homem.

Essa exploração é realizada a partir do trabalho, que opõe a sociedade em duas classes fundamentais: a do proletariado e a da burguesia, respectivamente, aquela que detém e vende a única coisa que possui, a força de trabalho, e aquela que possui os meios de produção, portanto, comprador da força de trabalho e apropriador da mais-valia², o que torna o capital um sistema de acumulação e exploração do homem.

[...] para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva. Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. (MARX, 1996a, p. 286).

Essa diferenciação entre as duas classes elementares da sociedade tem como característica intrínseca e necessária a desigualdade social que determina um tipo de sociedade, pois de acordo com Montañó e Duriguetto (2011, p. 85, grifo do autor)

²Mais-valia, de acordo com Marx (1996a, p. 101) é a apropriação realizada pelo capital de acordo com a proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobretempo ou sobretrabalho realizado para o capitalista.

[...] as classes fundamentais ao longo da história, constituem-se principalmente a partir da polarização entre os *produtores diretos da riqueza* (os escravos, os servos, os trabalhadores) e os *proprietários dos meios de produção* (a terra, a indústria, as ferramentas, as máquinas, os recursos materiais), e é essa relação polarizada entre os *criadores* e *usurpadores* de riqueza que caracteriza um determinado tipo de sociedade, um modo de produção.

É por meio desta relação entre criadores e apropriadores da riqueza, que a sociedade se configura e que instaura o capitalismo como sistema econômico e político vigente.

Na contemporaneidade essa contradição entre capital e trabalho – criadores e apropriadores da riqueza – está agravada e vivenciamos um avanço do capital contra o trabalho.

O capitalismo se expande ao mundo a partir da Guerra Fria, momento histórico que dois grandes blocos econômicos, o capitalismo e o socialismo, representados respectivamente por, Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), buscavam ideologicamente conquistar aliados para seus ideais e a hegemonia. Ela perdurou de 1945, após a segunda guerra mundial, até 1991, quando o capitalismo, portanto, os Estados Unidos conseguem se expandir e derrotar a URSS.

Essa mundialização do capital passou a ditar as relações sociais por meio da dominação social, política, econômica, cultural e ideológica. E o trabalho estava organizado por meio dos modos de produção capitalista, denominados de fordista e taylorista.

Ricardo Antunes (2003, p. 24) entende o:

[...] fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.

Após os anos 1970 o mundo passa por uma crise deste capital que impõe uma nova forma de produzir, baseado em um modelo japonês, chamado toyotismo que “[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho [...]” (ANTUNES, R., 2003, p. 25), pois:

[...] ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo.

[...]

E a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando "várias tarefas simples". (ANTUNES, R., 2003, p. 33).

É essa polivalência que será cada vez mais exigida do trabalhador visando à realização de diversas tarefas ao mesmo tempo. Essa solicitação ao ser social é aplicada em todas as políticas neoliberais e imprimem características próprias em todos os setores da sociedade: Educação, esporte, cultura, lazer, habitação, saúde, etc.

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal, instituiu um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando serem compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Deste modo, não deixam de possuir uma legitimidade histórico-ontológica. Portanto, além de pertencer (e ser posto) como pertencendo à nova dinâmica de exploração da força de trabalho, as novas qualificações do trabalho são exigências pressupostas de um processo civilizatório da produção social. (ALVES, 2007, p. 250).

Esse processo vivenciado é conhecido como a reestruturação produtiva, que elabora estratégias para garantir os lucros do capital e a sua dominação ideológica.

A eclosão da crise do capital, que começou por volta de 1970, encontrou um chão fértil para permitir que este enfrentasse esta crise com uma brutal intensificação da exploração da classe trabalhadora. A intensificação da exploração se deu, de modo prioritário, através da reestruturação produtiva, isto é, da reorganização da produção de modo a permitir a retomada dos lucros do capital. Privatização de empresas estatais, privatização de serviços públicos, aumento do desemprego e do subemprego, precarização do trabalho, intensificação da exploração dos que ainda permaneciam empregados, supressão de direitos duramente conquistados, corte dos gastos

públicos e com isso, agravamento dos problemas sociais de toda ordem: saúde, educação, transporte, alimentação, moradia, saneamento, segurança, urbanização, cultura e lazer, devastação da natureza. Tudo deveria ser organizado no sentido de garantir os lucros dos capitalistas nem que, para isso, fosse preciso destruir a humanidade. (TONET, 2013e).

Essas estratégias direcionadas a garantia do grande capital em detrimento da humanidade e da dignidade humana, foram elaboradas pelo neoliberalismo, que enquanto ideologia³ buscava e busca garantir a hegemonia do capital.

De acordo com Anderson (1995, p. 11), o neoliberalismo elucida que o Estado deve ser máximo ao capital - para isso, deve romper com o poder dos sindicatos e realizar o controle do dinheiro - e necessita ser parco com os gastos sociais e também mínimo nas intervenções econômicas, isso seria responsável por uma desigualdade que dinamizaria a sociedade.

É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: “[...] a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal [...]” (OLIVEIRA, F., 1995, p. 28).

O neoliberalismo, a partir disso, legitima o conservadorismo, impõe maneiras de ver e viver no cotidiano e determina valores que são socialmente aceitos, naturaliza as desigualdades (de classes, de gênero, de cor e de pertencimento), a exploração, a transigência de direitos, e torna alienado o sujeito e as relações sociais, contribuindo para a destruição da sociedade em seu sentido ontológico.

Este sistema impõe a ideia de que o mercado regula a sociedade, sendo o Estado o responsável por apoiar as estratégias do capital e conter as reivindicações populares por meio de intervenções mínimas a partir dos direitos sociais, que mascara a exploração vivida e torna normal a desumanização da vida.

O modo de produção capitalista instaura a luta de classes, marca a sociedade pela alienação e distanciamento do gênero humano, pela coisificação das relações sociais, pela desigualdade entre os homens e também pela inversão dos valores que preservam a dignidade humana.

³Para Gramsci (1999, p. 98, 131, 237), a ideologia é um sistema de ideias. É atribuído ao “[...] termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.” Afirma que “[...] as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta [...]” E “[...] ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” É pela conquista da hegemonia que será possível a transformação da sociedade, pois a partir das ideias aceitas em todas as esferas sociais será realizada a organização da classe trabalhadora na luta social.

A alienação se configura como o não reconhecimento do ser social em seu trabalho, o produto de sua atividade torna-se alheio a ele. Ela faz com que o trabalho seja apenas um meio de subsistência e não a atividade responsável pelo desenvolvimento das capacidades genéricas do homem. Além disso, o fruto do trabalho pertence ao capital e não ao ser social, então o que ele produz lhe é estranho, não há reconhecimento naquilo que ele mesmo produziu.

[...] ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, e sim as do capital.

[...]

O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa.

[...]

[...] os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e dele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz. (LUZ, 2008, p. 31-33).

Juntamente com essa alienação que afasta o ser social de sua própria ontologia, vivenciamos um controle cultural propagado pela mídia, que defende e amplia a ideologia consumista, em que o consumir e o ter passam a ser os desejos de todas as pessoas e se tornam condições para que elas sintam parte da sociedade, e isso contribui para anular os valores que preservam a dignidade humana como respeito, alteridade e responsabilidade.

Para se tornar hegemônico o conjunto de ideias de determinada classe social é necessário [...] ampliar seu domínio à vida cotidiana das pessoas, criando consenso e legitimando a ordem vigente, ao fazer com que sua visão de mundo, seus valores, seus interesses e seu modo de vida sejam aceitos por todos [...]. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 106).

Esses costumes e valores que se tornam aceitos por todos, de maneira acrítica, de forma que reproduz e mantém vivo o sistema de ideias da classe dominante, são os valores do consumismo - em que o ter passa a ser o imperativo para ser feliz e para galgar condições sociais -, da competitividade - que anula o outro ser humano e distancia o ser social de sua condição sócio-histórica -, do individualismo - em que o ser humano não consegue se reconhecer no outro e entender que do outro também faz parte, destruindo a coletividade.

De acordo com Dupas (2001, p.19) estamos, “[...] convivendo com uma mídia global que valoriza o comportamento antissocial e estimula padrões de consumo que poucos podem ter.”

São essas características da mundialização da globalização, da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, que torna possível a emergência de novas tecnologias, de eletrônicos na área do átomo, da informação e da genética que “[...] causaram um crescimento brutal dos poderes do homem, num estado de *vazio ético* no qual as referências tradicionais desaparecem [...]” (DUPAS, 2001, p. 130).

Vivemos uma crise de valores e um adoecimento brutal da população, pois a classe trabalhadora não tem acesso ao que prega o ideário proposto pelo capital, e ainda é culpabilizada pela sua condição de acesso ao mercado de trabalho, pela sua condição emocional, etc., quando na verdade é uma vítima deste sistema perverso e alienante.

No entanto, é também nesta cena cotidiana da vida em sociedade, com todas estas características citadas anteriormente, que de acordo com IAMAMOTO (2013) ela está configurada como espaço de tensão, de conflitos entre as duas classes fundamentais do sistema capitalista: proletariado e burguesia, que lutam por seus projetos societários, em um campo de disputa entre a alienação e desalienação, em que o ser social se cria e se recria e pode a partir dessa luta social despertar para a organização da classe trabalhadora e vontade coletiva em busca de outra sociedade.

Pensando na capacidade e articulação da classe trabalhadora e nas mudanças ocorridas desde o século passado é importante pensar quem compõe a classe trabalhadora hoje, e se ela se reconhece enquanto classe.

Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES, R.; ALVES, 2004, p. 342).

Essa classe atualmente é formada por todos aqueles que não possuem os meios de produção e, portanto, vendem sua força de trabalho das mais variadas formas. Esta classe também vivencia todas as desigualdades sociais que configuram a essência deste sistema capitalista.

A classe envolve trabalhadores do “chão de fábrica”, de setores administrativos e de serviços no setor industrial, servidores públicos, trabalhadores autônomos, balconistas de comércio, funcionários de organizações civis etc. [...] Podem possuir uma força de trabalho desqualificada ou altamente qualificada. Podem apresentar uma relação direta e formal, ou apresentar uma relação informal com o capital (a exemplo dos trabalhadores terceirizados, os camelôs, as microempresas subcontratadas etc.).

No entanto, essa heterogeneidade da classe trabalhadora não pode nos fazer perder de foco o seu caráter central e universal, no MPC (**modo de produção capitalista**): toda ela constitui-se em homens e mulheres “livres”, meros proprietários de força de trabalho, despossuídos dos meios fundamentais de produção e consumo, obrigados assim a vender sua força de trabalho ao capital, em troca de salário. Nesse processo e nessa relação produzem mais-valia, apropriada pelo capital. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 94, grifo nosso).

Esse reconhecimento, de que todos nós que vendemos a força de trabalho somos trabalhadores é que precisamos mobilizar. Essa é uma consciência que está dada no real, e que deve ser desvelada para que possamos realizar as objetivações necessárias para transformar a sociedade.

Considera-se que a mais-valia apropriada pelo capital é a característica da desigualdade, pois ao passo que a classe do capital explora os trabalhadores, gera concentração de renda e expropria a riqueza da classe que vive do trabalho.

É a partir da desigualdade, dos reflexos sociais oriundos da contradição capital e trabalho que surgem as expressões da questão social, que caracterizam o objeto e a matéria prima do trabalho profissional do Serviço Social.

Convivemos também a partir do desenvolvimento deste sistema capitalista uma crise ética, que segundo Dupas (2001, p. 16) esta é uma era de “[...] ausência total de valores e normas éticas.” Perde-se a centralidade ontológica do ser humano e convive-se com todas as relações transformadas e mediatizadas pelo “Ter”, pela condição econômica.

Segundo Sánchez Vázquez (1975) a ética nos propõe reflexão crítica sobre as situações que vivenciamos, está baseada em três princípios: responsabilidade, alteridade e respeito que nos permite a construção de um novo *ethos* nas relações sociais. A busca deste novo *ethos* está diretamente relacionada e condicionada ao direcionamento para outras mentalidades humanas e outra sociedade, que não haja exploração e alienação. Neste sentido lutamos para:

[...] a construção cotidiana de ações pautadas na crítica radical ao conservadorismo e ao moralismo, na construção de relações reconhecedoras do *outro* e da alteridade, de valores contra-hegemônicos que se traduzam em

ações de fato éticas, é necessária enquanto estratégia coletiva de um novo *ethos* socialmente construído. (CARDOSO, P. F. G., 2013, p. 64, grifo do autor).

A questão ética é um importante instrumento para nos posicionarmos contra a ideologia e valores dominantes, é a defesa da essência humana que nos faz ir contra as desigualdades históricas deste país, com as quais convivemos todos os dias.

“A América Latina apresenta os mais elevados índices de desigualdade do mundo (RAVALLION, 2014), e o Brasil ainda está entre os países mais desiguais da região.” (ARRETCHE, 2015, p. 2).

De acordo com Arretche (2015) a desigualdade de renda no Brasil se apresenta na proporção de: o piso da renda dos 5% mais ricos corresponde a 36 vezes o teto de renda dos mais pobres. De acordo com Comparato (2016), 3,6% da população brasileira retêm 37,4 % da renda nacional, contra 13,6% das classes mais pobres, que representam mais da metade, 53,5%.

Em oposição a isso somos um dos países que defende os direitos humanos, que possui legislações oriundas da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que primam por garantir os direitos das pessoas com deficiência, da criança e do adolescente, do idoso, dos trabalhadores, da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), das mulheres, etc., porém são políticas que ainda precisam ser implementadas ao longo do tempo.

Sem dúvida, a atual Constituição consagrou formalmente vários avanços, sobretudo no campo dos direitos e garantias fundamentais. Ademais, instituíram-se, pela primeira vez em nossa história política, instrumentos jurídicos de democracia direta e participativa, como um complemento necessário à representação popular. (COMPARATO, 2016).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo essa defesa dos direitos e avigorando isso traz elementos para reforçar a representação popular e a democracia, que atualmente vem se realizando de forma fragmentada e despolitizada, em que a ação individual substitui a luta coletiva.

As atuais manifestações que vivemos no Brasil são reflexos das ideias da classe trabalhadora de reformar e de melhorar o país gradativamente como afirma Tonet (2013c) e não estão no âmbito da superação desta ordem social e econômica, de exploração do homem pelo homem. Isso também caracteriza, segundo o autor, que a classe trabalhadora não mais luta contra o capital e contra o Estado, mas junto com ambos para melhorias específicas.

Se analisarmos o período de mudanças significativas no Brasil, que segundo Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015), data de 1940 em diante, ainda não existe uma cultura sólida e amplo acesso aos direitos elementares. Em 2010, 39,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos chegaram ao ensino médio no Brasil, sendo que em 1960 apenas 6,2 milhões tinham acesso a ele e 21,5 milhões chegaram a universidade em 2010, seis vezes mais que em 1960, em que chegaram 3,4 milhões de pessoas.

Neste mesmo período, de acordo com o autor anteriormente citado, tivemos redução da mortalidade infantil e um aumento da expectativa de vida.

No entanto, por mais que se tenha avançado ainda continuamos sem atingir uma grande parcela da população que convive com negação de direitos, com preconceitos, com diferenças entre brancos e pretos, mulheres e homens, ricos e pobres, burguesia e proletariado, entre outros.

Além disso, vivemos em um país que de acordo com Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015) a origem social dos jovens tem modelado significativamente suas chances de progressão educacional, por mais que tenhamos um avanço a partir de 1990, que se intensifica de 2000 a 2010 com um acesso quase universalizado aos 8 anos de ensino básico.

A origem social determina o acesso à Educação (um dos direitos prementes do ser humano), no atual momento do capital, esses mesmos jovens vêm vivenciando a exclusão do mercado de trabalho, situação que vem ocorrendo também com as pessoas com idade superior aos 40 anos, que são frutos do sistema fordista, de linha de montagem, que são considerados improdutivos e também excluídos do mercado de trabalho. Ambos passam a compor o chamado exército de reserva⁴ e ficam à mercê do capital, submetidos aos trabalhos informais e aos subempregos.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. Paralelamente à exclusão dos jovens vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc. O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura

⁴De acordo com Marx (1996b, p. 261), “[...] a acumulação capitalista produz constantemente [...] ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.” Essa população excedente alavanca a acumulação capitalista e constitui o chamado exército industrial de reserva que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.

fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista. (ANTUNES, R.; ALVES, 2004, p. 339).

O momento atual exige nosso olhar crítico, desvelado sobre o real, compreendendo para além da imediatividade as situações a que estão submetidas à classe trabalhadora e o principal desafio é mobilizar para que esta classe volte a se reconhecer como tal e se articular como sujeito coletivo de transformação, para que o projeto de Emancipação humana possa ser levado em frente e efetivado por meio da superação desta ordem e das mudanças da mentalidade do ser social.

Mas, a tarefa mais importante, é, sem dúvida, contribuir para que a classe trabalhadora volte a assumir o seu lugar como sujeito fundamental das transformações sociais. Ela, porém, só poderá voltar a ocupar este lugar na medida em que se organizar ideológica e politicamente contra o capital e, também, contra o Estado. Considerando o pano de fundo acima descrito e as suas consequências, essa não será uma tarefa nada fácil. No entanto, absolutamente necessária e decisiva. (TONET, 2013e).

Essa difícil tarefa nos faz refletir que tipo de país queremos, como estamos construindo as bases para a consciência crítica, que Educação estamos efetivando, que acesso a direitos nós assistentes sociais estamos materializando, como estamos contribuindo com a direção social de nosso projeto profissional e societário, estamos rompendo com a identidade atribuída que nos é imposta nos lócus ocupacionais, temos a clareza de que nossa luta tem como horizonte transformar a ordem vigente ou as ações estão voltadas para apenas melhorar a condição de cada um dentro do sistema capitalista. É preciso dessa lucidez para ter discernimento das estratégias de nossas ações profissionais e de garantir avanços na ofensiva contra o capital, se esse for de fato o projeto que pactuamos.

Assim, considerando que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-político a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social — princípio e objetivo que norteou (nor-teia) o projeto ético-político nesses trinta anos — é neste momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas. (BARROCO, 2011, p. 21-212).

É a partir deste enfrentamento ao conservadorismo que, enquanto profissionais investigativos, propositivos e interventivos, precisamos buscar as alternativas em nossos pares e com eles construir as circunstâncias que podem nos emancipar, com isso precisamos

assumir nosso posicionamento de sujeito sócio-histórico-criador, capaz de transformar a cultura desta sociabilidade.

Aceito o caráter insuprimível do cotidiano, mas a história que se abre é um fluxo feito por nós, ainda que alienada, de forma que da mesma maneira que produzimos a história que nos aprisiona na reificação, podemos igualmente, produzir as circunstâncias que podem nos emancipar. Talvez.

De uma coisa temos certeza, estes tempos vão passar e outros virão. Nossa decisão é nos inscrever nas fileiras daqueles que os construirão na perspectiva da emancipação humana. Uma das vantagens de se pensar com base no tempo histórico é essa. Tal perspectiva não tem o poder de eliminar as mazelas do cotidiano, mas nos permite olhar para elas e vislumbrar a exata estatura das coisas. E elas, meus caros, hoje em dia, são pequenas... muito pequenas. (IASI, 2016).

Precisamos optar por somar forças aos projetos que defendem a Emancipação humana, pois ela será a responsável pelo encontro do homem com sua condição humano genérica. Por isso, ao olhar a realidade e vislumbrar seus desafios é necessário aceitá-los e encontrar as possibilidades no real de superá-los para alcançar a autonomia e a liberdade.

2.2 Emancipação política e Emancipação humana

Pretende-se nesta pesquisa entender como o Serviço Social, que tem como premissa hegemônica a transformação da sociedade e como direcionamento a Emancipação humana, consegue em sua prática profissional marcada pelas contradições do capital que elucidamos anteriormente e enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, que foi criada para responder aos anseios do capital e que a partir de um movimento de renovação do Serviço Social assume compromisso com a classe trabalhadora, e continua atuando nestas tensões sociais, intervir criticamente estando a favor da garantia de direitos e da ética que garante a dignidade humana.

Neste momento estuda-se a Emancipação humana e sua diferença da Emancipação política. São muitas as Emancipações buscadas pela sociedade e até mesmo algumas são defendidas pelo capital, como a Emancipação financeira, a Emancipação social e a Emancipação política. No entanto, a que defendemos enquanto categoria profissional é a Emancipação humana, que é possível de acontecer para além desta sociabilidade e contempla todas as demais Emancipações. Dentro dos limites do capital e enquanto profissão o Serviço Social não nega a importância e a necessidade da Emancipação política, pois ela se refere a conquista e acesso aos

direitos sociais, humanos e políticos do ser social, e como a profissão atua diretamente com tal garantia, precisa-se deixar clara essa distinção, bem como o nosso posicionamento.

Partiu-se do pressuposto que Marx traz para entender a sociedade e o desenvolvimento da mesma, ou seja, como já apresentado no item anterior, entendemos que o ser social é fruto de um processo de saltos da humanidade, em que o homem tornou-se ser social a partir do desenvolvimento do trabalho.

Desta forma, finalidade, separação sujeito-objeto, consciência, conhecimento, alternativa, valor e liberdade, são categorias inerentes ao trabalho e ao ser social. O trabalho é, pois, o momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e o estabelecimento da vida especificamente humana. Ele se apresenta como meio da autocriação do ser humano como ser humano. (SIQUEIRA; ESCURRA; DUAYER, 2013, p. 20).

Portanto, a história é resultado da atividade humana, exclusiva e integralmente humana, exatamente por isso a transformação da sociedade e de suas relações é possível, ou seja, o homem tem a capacidade de se autotransformar e transformar o real em que vive a partir das condições dadas nele mesmo.

Considera-se que o ser humano é quem se faz e se refaz o tempo todo, por isso, é o responsável pela fundação e desenvolvimento da sociedade. Diante disso é considerado como o ser capaz pela transformação social.

Transformação essa que nos parece ser longínqua, mas que precisa ser gestada por uma vontade coletiva para acontecer, e para isso é preciso ter claro o direcionamento de qual sociedade se quer concretizar.

Se de fato queremos uma sociedade em que o ser social desenvolva suas potencialidades e não haja exploração do homem pelo homem, então intrinsecamente estamos falando da necessidade de levar adiante o projeto de Emancipação humana, que tem a ele inerente a liberdade e a autonomia.

Diante desse contexto, se faz necessário compreendermos o papel da questão de classe, porque é a partir do entendimento de que tal questão é fundante no modo de produção capitalista que podemos abarcar o papel das classes sociais e seu potencial de transformação da realidade vivenciada.

A classe social representa o sujeito da transformação social e da Emancipação humana, que segundo Montaño e Duriguetto (2011) é imbuído das determinações existentes no real: o entendimento das contradições e correlação de forças, dos interesses dos diferentes grupos sociais, das potencialidades emergentes, da consciência social e das organizações.

O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. (GRAMSCI, 1999, p. 406).

Por meio deste fortalecimento e desenvolvimento que:

[...] é possível construir pedagogicamente relações sociais que contemplem valores sociais diferentes dos dominantes, não no sentido de inclusão total dos anseios, mas numa direção teleológica formulada pela classe subalterna. (LUIZ, 2005, p. 104).

Este direcionamento determina qual Emancipação será efetivada. A Emancipação é um termo utilizado em demasia por todas as pessoas e o entendimento está relacionado com a aquisição de direitos sociais e políticos e/ou redução de desigualdades nos mesmos âmbitos.

Esta noção de direitos está relacionada a dimensão do capital, é dessa forma que a Emancipação é entendida e buscada na sociedade, por isso sua representação se aproxima da chamada Emancipação política ou sociopolítica, segundo Barroco (2012), que compreende um conjunto de direitos políticos e sociais, compatível com a ordem burguesa e que é possível neste atual sistema.

A emancipação política remete, portanto, ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma “liberdade” e uma “igualdade” formais do cidadão – a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídicas. Dessa forma, ela sem dúvida representa conquistas importantes no progresso de direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.130).

Outro aspecto a ser considerado é que a liberdade é entendida como sinônimo de Emancipação – de fato, a liberdade é inerente a Emancipação humana -, no entanto, na atual conjuntura ela tem sido concebida dentro dos limites do capital, seja na questão jurídica ou como valor do individualismo e da propriedade privada. Para romper com este falso entendimento de liberdade é necessário desmistificar as contradições que vivenciamos inerentes ao sistema, entendendo as responsabilidades e o real significado da liberdade que só pode acontecer no coletivo.

A ideia mais comum acerca da liberdade é a de que ela é absoluta no espaço da vida privada do indivíduo. Por meio da ideologia de que a “liberdade de cada um acaba quando começa a do outro” apreende-se que o respeito ao

individualismo burguês é um valor positivo. Na verdade, essa noção de liberdade está fundada nas necessidades postas pela reprodução social de uma sociedade fundada na propriedade privada; logo, numa forma de ser, num *ethos*, que corresponde ao indivíduo burguês que constrói a sua existência em função da posse privada de mercadorias e da competição. Para romper com essa noção de liberdade é preciso desmistificar essa compreensão individualista e a falsa ideia de que a liberdade é plena, entendendo que a realidade é contraditória e que as nossas escolhas sempre se darão em relação aos demais, ou seja, poderão trazer conflitos, contradições e sempre implicam responsabilidades. Só podemos ser livres com os demais e se a maior parte da humanidade não é livre, como podemos desejar que a liberdade seja só “nossa”? (BARROCO, 2012, p. 62).

De acordo com Marx ([1843], p.10):

Os limites da emancipação política surgem imediatamente no facto de o Estado se poder libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre.

Ainda afirma que: “A emancipação política representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constitui, porém, a forma final de emancipação humana [...]” (MARX, [1843], p. 10) e configura “[...] a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.” (MARX,[1843], p. 30).

De acordo com Simionatto (2011) um importante instrumento da Emancipação política é a cultura, pois a partir dela criam-se as possibilidades de tomada de consciência em relação aos problemas vivenciados pelos sujeitos sociais. Ela é fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas, ela integra os grupos sociais com os mesmos entendimentos e objetivos, assim como acontece com os costumes – moral e ética destes estratos sociais.

[...] a hegemonia deve ser não só a forma na qual se afirma a direção, o poder de uma classe, de um bloco social, mas deve ser também o terreno e o instrumento para realizar a superação da subalternidade, para atingir uma nova, mais alta unificação entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos. (SIMIONATTO, 2011, p. 55).

É a busca pela hegemonia de uma classe social que propaga valores e intenções a serem concretizados por uma cultura. Para Gramsci (1999, p. 398, grifo nosso) “A cultura, em seus vários níveis, **unifica** uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos

numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se entendem entre si em diversos graus, etc.”

Pela afirmação de Gramsci é possível entender a importância da organização do ser social em coletivo, a partir de entendimentos confluentes em relação a sociedade que vivenciamos e a construção de projetos que juntos podemos efetivar.

É por meio de tal unificação, ou seja, da superação da sociedade de classes, e da conquista da hegemonia e do consenso que será possível vivenciar a Emancipação humana em outra forma de sociabilidade.

Para Tonet (2005, [p. 1]) “[...] a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política.” Para ele a cidadania torna o sujeito formalmente livre, proprietário e igual, com garantia de direitos, no entanto, a desigualdade continua na raiz dessa sociedade, já que é parte intrínseca do sistema capitalista.

Já a Emancipação humana exige eliminação da desigualdade, da dominação e da exploração para acontecer, e por isso, implica na superação da ordem burguesa, já que tais características são inerentes a ela. A Emancipação política é pressuposto para a Emancipação humana, mas não a define ou a garante.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, [1843], p. 30).

Para Montaño e Duriguetto (2011) só será possível avançar na busca da Emancipação humana, que se dará em longo prazo, se todas as lutas estiverem caminhando juntas, ou seja, a luta contra o capital, junto com a luta contra o racismo e xenofobia, a desigualdade de gênero, étnica, os vastos preconceitos e desigualdades e se, no mínimo, a Emancipação política estiver garantida.

Na Emancipação humana o ser social poderá realizar o trabalho a partir de seu desejo, necessidade e vontade.

[...] importante ressaltar: a emancipação humana não é algo inevitável. É somente uma possibilidade. Se se realizará efetivamente ou não, depende da luta dos próprios homens. Porém, ao contrário da possível cidadania

mundial, ela é uma possibilidade real, cujas bases se encontram na materialidade do próprio ser social. (TONET, 2005, [p.4]).

De acordo com Luiz (2005) para a modernidade a razão é a responsável pela Emancipação do homem, e enquanto processo crítico e emancipatório tem representado duas situações, a primeira ela se torna um mecanismo de controle e de conformismo social, e segundo, traz o progresso científico e o consumismo, como responsáveis pela felicidade e Emancipação humana.

Na Modernidade, o exercício da razão, como saber humano colocado como orientação para o bem viver, está em xeque, ou seja, o sentido original da palavra e da categoria da razão – pensamento ordenado, racional e organizado – que somente o homem é capaz de possuí-la e desenvolve-la – está em crise devido as artimanhas político-ideológica e econômicas que regulam a vida em sociedade, instituindo um caráter de dominação de classe que concorre para uma “funcionalidade utilitária” da vida em sociedade. (LUIZ, 2005, p. 58-59).

A razão passa a ser dominada pela classe dominante que determina os rumos ideológicos para manutenção do sistema capitalista e busca reduzir o ser social a reprodutor dos valores do capital.

No entanto, o controle social do capital é atravessado pela contradição e enfrenta no cotidiano das relações sociais novas práticas de controle social que passam a coexistir num mesmo período histórico. Mesmo que um se faça hegemônico, o controle social do capital não consegue destruir por completo as lutas por emancipação da sociedade. (KOLODY; LUIZ, 2014, p. 148).

As lutas estão presentes no cotidiano, precisa-se de resistência e de coragem para resistir nestas fileiras.

Para ser possível a passagem de Emancipação política para a humana é necessário:

Passar da passividade à ação consciente (do consenso passivo ao consenso ativo) significa também buscar uma nova articulação de teoria e prática, combater a subalternidade mediante a superação das concepções mecanicistas e particularistas que encobrem o ser social. (SIMIONATTO, 2011, p. 52).

É nesse sentido que entendemos a importância do intelectual na organização da classe social a qual pertence e/ou a qual se vincula, para contribuir na elaboração de nova concepção de mundo, no esclarecimento das contradições sociais e das formas possíveis para a sua superação.

Entende-se que os/as assistentes sociais podem ser intelectuais da classe trabalhadora, se estiverem comprometidos em materializar os princípios éticos da profissão. Pois é a partir das atividades intelectuais que se faz possível desvelar o real, e por meio das condições dadas é que se criam as lutas para suprimir a sociedade da exploração do homem pelo homem buscando a hegemonia para alcançar a Emancipação humana.

Os intelectuais não podem ser definidos pelo trabalho que fazem, mas pelo papel que desempenham na sociedade; essa função, de forma mais ou menos consciente, é sempre uma função de “liderar” técnica e politicamente um grupo, quer o grupo dominante, quer outro grupo que aspire a uma posição de dominação. (MONASTA, 2010, p. 20).

Os intelectuais se formam a partir dos processos históricos concretos e sua relação com o mundo se mediatiza pelos grupos sociais em que se inserem, e a partir de todo o tecido social eles tem a capacidade de exercer um domínio e conquistar ideologicamente os demais sujeitos sociais, que passam a compartilhar das mesmas ideias e compreensão de mundo.

[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2001, p. 18-19).

O ser social precisa, portanto, ter o anseio de desenvolver em si mesmo a função de intelectual, para que no coletivo conquiste uma unidade cultural capaz de lutar por um mesmo fim e ideal – outra mentalidade humana e outra forma de conviver em sociedade. Portanto:

[...] todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular transitoriamente operante - por meio da emoção - ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). (GRAMSCI, 1999, p. 398).

Atualmente a classe que vive do trabalho tem seguido os preceitos do intelectual que é desempenhado pela mídia vinculada ao capital, e por isso dissemina valores, desejos e princípios da cultura a favor da classe dominante, para sua manutenção, em que tudo se torna mercadoria, até mesmo os direitos sociais.

No entanto, de acordo com Barroco (2012) o ser humano tem a capacidade de agir de forma consciente, de criar valores e alternativas de escolha, por isso mesmo são seres éticos, o que fornece as possibilidades de transformação das circunstâncias que impendem o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia.

Para que aconteça essa transformação onde o ser social possa desenvolver sua capacidade humano-genérica é imprescindível a reforma econômica, para que junto a ela ocorra a reforma intelectual e moral.

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2002b, p. 19).

Para tanto, a melhor estratégia da classe trabalhadora em avançar nesta luta de transformação:

[...] é a “guerra de posição”, que articuladamente representa a contraposição ideológica à hegemonia capitalista dominante. Essa estratégia consiste no exercício pedagógico de socialização da política, na ocupação de posições estratégicas, na absorção processual desses pela massa num movimento histórico de constituição de um pensamento crítico e elevação do senso comum. (LUIZ, 2005, p. 103).

É este senso crítico que facilitará e embasará a escolha do sujeito sócio-histórico e criador da sociedade na busca incessante pela Emancipação humana e quem colocará este projeto como primordial na pauta dos seres sociais.

Essa diferenciação entre Emancipação política e humana será essencial para compreender como os/as⁵ assistentes sociais do Senac São Paulo estão entendendo a questão

⁵Em todo o texto adotou-se a linguagem de gênero em consonância com a deliberação da alteração de nosso Código de Ética de 1993, realizada em janeiro de 2011. De acordo com momento político, ético e ideológico da categoria profissional o CFESS passou a adotar em suas publicações a “forma masculina e feminina, simultaneamente. Essa última expressa, para além de uma mudança formal, um posicionamento político, tendo em vista contribuir para negação do machismo na linguagem, principalmente por ser a categoria de assistentes sociais formada majoritariamente por mulheres.” (CFESS, 2011, p. 13).

da Emancipação e como estão materializando a prática profissional, se embasada na busca por direitos apenas, ou se embasada na busca por direitos, porém com o direcionamento a construção de caminhos para a Emancipação humana.

2.3 Emancipação humana e Serviço Social

Pode-se considerar que a Emancipação humana é uma questão ética para o Serviço Social, pois a profissão tem como premissa hegemônica o posicionamento em defesa da teoria social crítica em que a busca pela Emancipação humana ressalta a sua direção social.

De acordo com nosso Código de Ética, a Emancipação humana enquanto horizonte da profissão é descrita no primeiro princípio do mesmo, enquanto condição do valor ético central que é a liberdade. Ou seja, enquanto profissionais do Serviço Social, a principal defesa deve ser o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (CFESS, [2012], p. 21).

A emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE, indicando sua finalidade ético-político, mais genérica. Os demais princípios (valores) essenciais: liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana. (BARROCO, 2012, p. 58).

O desafio atual está exatamente em realizar as mediações para garantir a materialização desse princípio e dos demais que compõe a dimensão ético-política da profissão que se traduz em ações, que também são pautadas nas dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas. Por meio dessas dimensões será possível articular o caráter propositivo e interventivo do Serviço Social que responda a realidade de forma vinculada aos projetos da classe trabalhadora para a transformação social.

Lutamos em nossas atividades para garantir o legado da profissão que é a luta contra toda e qualquer forma de opressão, sendo um enfrentamento necessário e urgente diante da barbárie vivenciada. E assim como a sociedade passa por uma crise, também a Educação, da qual não podemos nos isolar, mas sim ingressar nas fileiras enquanto defensores da dignidade humana.

Não devemos, não podemos isolar essa crise da educação de uma crise de civilização, da qual ela é um componente: degradação das solidariedades tradicionais (grande família, vizinhança, trabalho), perda ou degradação do

supereu de pertencimento a uma nação, ausência de um supereu de pertencimento à humanidade, individualismo cuja autonomia relativa é menos responsável do que egocêntrica, generalização dos comportamentos incivis, a começar pela ausência de saudação e de cortesia, compartimentalização dos escritórios, dos serviços, das tarefas em uma mesma administração ou empresa, ausência generalizada de relações, desmoralização ou angústias do presente e do futuro. (MORIN, 2015, p. 64-65).

Somos uma profissão da resistência, portanto, ousamos dizer não ao preconceito, a discriminação, a intolerância, a desigualdade, a opressão e a exploração. Isso contribui para o necessário processo de rupturas moleculares, que faz romper com vivências relacionadas as desigualdades.

As rupturas podem acontecer em relação a Emancipação política que conforme trabalhamos é de fato, uma conquista importante, para o ser social, mas não garante o desenvolvimento do ser humano genérico e suas potencialidades.

A emancipação política que entendemos como possível nesta sociabilidade é também uma das defesas de nosso Código de Ética, que defende o aprofundamento da Cidadania, que é “[...] uma forma sociopolítica de garantir a vigência dos direitos sociais e políticos.” (BARROCO, 2012, p. 61).

Para a Emancipação humana ser buscada é necessário que a massa trabalhadora tenha acesso ao senso crítico e fortaleça ações coletivas no intuito de objetivar projetos societários.

A perspectiva da emancipação está relacionada à necessidade de desenvolver o senso crítico da população, aglutinando forças, estabelecendo estratégias de pressão popular, fortalecendo as ações coletivas para viabilizar direitos. Portanto, a direção social que o assistente social imprime ao seu trabalho definirá a perspectiva educativa que irá implementar nas ações desenvolvidas no âmbito da educação. (MARTINS, 2007, p. 204).

Portanto, o trabalho profissional do/a assistente social contribui para a visão crítica e política da classe trabalhadora, sendo capaz de atuar na mobilização popular e na conscientização das massas, por isso, pode ser reconhecido/a enquanto intelectual que incide diretamente na cultura.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça

como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2001, p. 95-96).

O/a assistente social precisa realizar uma escolha e definir sua posição a partir da possibilidade do pluralismo, manter o conservadorismo ou buscar a Emancipação humana.

O que nos fica claro pela pesquisa de campo é que os/as profissionais estão buscando o que é concreto para este momento atual que é a efetivação da Emancipação política. Ela por mais importante e necessária que seja, se torna o máximo a ser alcançado e não um estágio para se galgar a Emancipação humana a partir de outra sociedade.

Pode-se inferir que a questão está na formação profissional que pouco contribui para o desenvolvimento reflexivo desta questão que é central para a formação e atuação profissional.

Diante deste cenário confirma-se a necessidade de trabalharmos a partir de rupturas moleculares, que elevam a condição de subalternidade à condição de protagonismo social. Ruptura rompe entre o que é para alcançar o que deveria ser.

De acordo com Luiz (2005) ruptura é uma categoria central da teoria social crítica que tem como objetivo a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade que seja livre de toda forma de opressão e exploração de toda classe social.

As rupturas moleculares acontecem a partir da movimentação da contradição do real com a proposição de construir novas alternativas e isso traduz os desafios do/a assistente social nos diversos espaços ocupacionais.

Para evitar essa escuridão e romper com “aquilo que é” a luta pela emancipação social torna-se uma utopia. Sabemos que a sociedade moderna ideal não existe no plano real e que a conquista e o sucesso de rupturas moleculares, produzidas nas mais diversas áreas e dimensões, que demonstrem a insatisfação com a situação vigente e que produzam resultados emancipatórios, devem ser sistematizados, conhecidas e divulgadas. Essas poderão contribuir com elementos para repensar o compromisso ético-político com outro tipo de sociedade que tenha os valores crítico-modernos da democracia e da cidadania como fundamento da emancipação social, fazendo frente à exclusão social e concentração de renda, marcas efetivas dos valores da posição hegemônica atual. (LUIZ, 2005, p. 129).

As rupturas se tornam possíveis quando o ser social e o coletivo de trabalhadores estão preparados intelectual e culturalmente para isso. Faz-se necessário a preparação para a transformação, que pode acontecer por meio de uma revolução processual ou passiva, pois

Para chegar a constituir uma revolução processual serão necessários procedimentos e etapas intermediárias, consideradas como “rupturas moleculares”, como, por exemplo: a elevação cultural das massas, a

propagação de perspectivas pedagógicas críticas, a ocupação de posições na sociedade civil, o trabalho industrial estabelecido como princípio educativo, participação ativa e consciente dos grupos/organizações sociais [...]. (LUIZ, 2005, p. 131).

Essas rupturas serão possíveis por meio de nossas lutas cotidianas, de enfrentamento a expressões da questão social tendo como referencial nosso projeto ético político, que nos traz o direcionamento social e nosso Código de Ética que reitera nosso compromisso com a liberdade, com a autonomia, com a defesa intransigente de direitos, defesa da cidadania e da democracia, com a eliminação dos preconceitos e injustiças, e com classe trabalhadora na busca de outra sociedade.

O fortalecimento da autonomia, do desenvolvimento e emancipação como perspectiva, remete ao intrincado processo de deciframento analítico da conjuntura e estrutura social para que, articulados às estratégias de ação, possibilitem a participação dos sujeitos e uma atuação profissional com mediações particulares e gerais que seja capaz de assegurar direitos. (BARBOSA; LEHFELD, 2012, p. 66).

Os/as assistentes sociais têm capacidade teórica, metodológica, técnica, operativa, ética e política para mobilizar essas rupturas nos diversos espaços de inserção profissional, que se tornam possíveis por meio de seu olhar crítico e desvelado do real, conseguindo se aproximar da essência da realidade vivenciada pela classe trabalhadora.

Isso é um compromisso e uma luta diária, pois são essas atitudes que proporcionarão o preparo das massas para a transformação social.

As conquistas da categoria profissional se inscrevem nesse universo de lutas da classe trabalhadora [...]. Da mesma forma, a trajetória do PEP tem sido forjada por incontáveis práticas significativas que, mesmo em condições ‘adversas, conseguem qualificar, em diferentes graus, o exercício profissional, direcionando-o de forma crítica e de acordo com os valores ético-profissionais. (BARROCO, 2012, p. 56).

As ações que contribuem para a busca da Emancipação humana, como as já citadas e a importância de participação nos espaços sociais e políticos, como conselhos, movimentos sociais, fóruns, etc., fortalecem o ser social para sua Emancipação humana, pois enquanto profissão não podemos emancipar os sujeitos sociais, eles se auto emanciparão pela luta social.

Somos profissionais que pelos vínculos, estabelecemos relações sociais com os sujeitos, usuários dos serviços e nos aproximamos de sua realidade, o que nos dá

possibilidade de transformar nossa identidade atribuída, bem como de gestar caminhos para a transformação societária.

Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo. (MARTINELLI, 2006, p. 10).

Enquanto assistentes sociais, acessamos lugares e pessoas que nenhuma outra profissão consegue chegar, isso nos traz dimensões de conhecimento da realidade capazes de romper limites estabelecidos pela cultura dominante e reconstruir junto aos sujeitos sociais o movimento contínuo da realidade.

3 EDUCAÇÃO: sua concepção legal, conceitual e histórica

“A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.” (PAULO FREIRE, 1987, p. 38.).

Neste capítulo refletiu-se a Educação e a Educação técnica profissional com enfoque no ensino técnico do Senac São Paulo. Algumas perguntas nortearão o desenvolvimento do estudo nesta etapa: O que estamos considerando por Educação? Qual o processo evolutivo da Educação? Qual a função da Educação ontem e hoje? A quem a Educação responde? Para que serve? O que é a Educação técnica-profissional? Quando ela surge e por quais motivos? Como o Senac entende e desenvolve a Educação? Pretende-se também discutir se a Educação é capaz de empoderar e mobilizar os sujeitos para a busca da transformação social.

Para isso, organizou-se este item em três momentos: o primeiro para estudar o que é a Educação; o segundo para Educação técnica-profissional no Brasil e no Senac São Paulo; e o terceiro para dialogar a relação da Educação e Serviço Social, refletindo a presença do/a assistente social na Educação, como isso vem acontecendo e quais lutas estão fomentadas pela categoria profissional.

Entende-se que a Educação é uma esfera da vida humana presente em todas as dimensões sociais, acontece na família, na religião, na comunidade, na escola, na rua, entre outros. Contudo, nosso enfoque aqui é refletir a Educação que acontece nas escolas de ensino técnico profissional, especificamente no Senac São Paulo.

A partir do estudo do contexto sócio histórico do Brasil, compreenderemos aqui a origem do sistema educacional e refletiremos especificamente sobre o ensino técnico profissional no Senac São Paulo.

3.1 O que é a Educação?

Etimologicamente a palavra Educação:

[...] tem origem em termos latinos, tais como os verbos “educare” e “educere”. Este último vem de “exducere”, que significa, literalmente,

conduzir (à força) para fora; o primeiro vem de “educare” que significa amamentar, criar, alimentar [...] É possível, então, chegar a duas expressões práticas da ação de “educar”: de um lado, a ideia de conduzir, impondo uma direção, o que a aproxima de “ensino” – introjetar a sina, o destino de alguém; de outro lado, a ideia de oferta, dádiva que alimenta, possibilitando o crescimento [...].Creio que é possível afirmar que a educação é aquilo que alguém conquistou ao fim de um processo em que interagem a prática e a teoria, a teoria e a prática, a ciência e a técnica (tekne), o saber e o fazer. É um processo de vida, de construção, de experimentação. A rigor, é a passagem do ser para o dever-ser. A educação tem, portanto, uma conotação lógica alimentada por uma ação teleológica, num processo pleno de intersubjetividade. (SAMPAIO; SANTOS; MESQUIDA, 2002, p. 165-166).

Essas contradições nos entendimentos da palavra Educação são visíveis na realidade social. Por meio dessas características as duas vertentes que são formas de educar – Educação enquanto direcionamento definido por algo ou alguém e que impõe a um grupo social uma determinada forma de ser e enquanto meio para o crescimento e desenvolvimento do ser social - estão em tensão no cotidiano e refletem, portanto, o contexto social, que caracterizamos no primeiro capítulo.

Entende-se que Educar é como afirma Freire (1996, p. 16) “substantivamente formar”, por isso a Educação cumpre uma determinada função social que é a de transmitir o conhecimento e os valores acumulados e construídos por determinada cultura e comunidade aos seus novos membros, em todos os âmbitos da vida do ser social.

Por isso a Educação acontece na família, em espaços religiosos, na comunidade, na escola, e em todos os lugares de inserção social do ser humano que “[...] é simultaneamente biológico, psíquico, cultural, social, histórico.” (MORIN, 2015, p. 140).

Segundo Antunes, C.⁶ (2013, p. 196) a Educação pressupõe o aprendizado, em que aprender é “essencialmente se transformar”, e por isso é necessário considerar que “[...] a família educa, que os amigos educam, que a rua educa, que a televisão, o rádio, a mídia educam, e que a escola também educa.” E cada um desses contribui para a formação e transformação do ser social.

A Educação fornece os referenciais para que “[...] que cada indivíduo, onde quer que esteja, tenha conhecimento e consciência de sua identidade singular e, ao mesmo tempo, de sua identidade comum com todos os outros seres humanos” (MORIN, 2015, p. 140).

⁶As citações de Antunes, C. (2013) constam em: “Celso Antunes e a formação do professor: é preciso muito mais do que conteúdo”. Entrevista presente na obra de Mosé (2013).

A Educação torna o ser humano apropriado de seu patrimônio cultural, o coloca em contato com tudo aquilo que foi construído historicamente pelos seus e o torna também ator desse contexto sociopolítico e econômico.

Concordamos com Tonet [2013a] que afirma que ela é essencial para a reprodução ou transformação social, visto que os seres sociais são educados a partir do acesso a um nível determinado de conhecimento que é adquirido e construído, e também a partir dos valores, costumes e condições materiais e intelectuais de determinada comunidade a qual está inserido.

A educação é, certamente, uma das dimensões de grande importância para a reprodução social. Ela existe desde os primeiros momentos da vida social, pois, ao contrário dos animais, os homens não nascem sabendo o que devem fazer para se reproduzir socialmente. A educação é condição imprescindível para que os seres humanos singulares se tornem, de fato, membros do gênero humano. Por isso eles precisam se apropriar do patrimônio – material e intelectual/cultural acumulado, em cada momento, pela humanidade contribuindo, ao mesmo tempo, para a construção deste mesmo patrimônio. (TONET, 2013d, p.3).

A partir do contato do ser social com sua história é possível o entendimento de que ela é essencialmente construída pela ação humana e que, portanto, ele tem a possibilidade de, a partir de tudo o que foi construído e das condições dadas no real, gestar os rumos futuros da sociedade, com intencionalidade e direcionamento político a partir de sua adesão e sua vinculação a um projeto societário.

De acordo com o mesmo autor, a Educação “[...] seria uma atividade voltada, sob as mais variadas formas, para a preparação dos indivíduos para a vida social, entendendo por vida social a vida nos marcos, ainda que sempre em processo, desta forma de sociabilidade” (TONET, 2016, p. 18).

Entretanto, a Educação que deveria ser essa atividade desenvolvida por várias instituições: família, igreja, comunidade, ficou restrita como responsabilidade da instituição Escola. Essa restrição foi reflexo e resultado das profundas modificações da sociedade, que abordamos no primeiro item desta dissertação, como a apropriação privada dos meios de produção, o desenvolvimento do capitalismo que instaura uma sociedade baseada na contradição Capital e Trabalho, que por diversos mecanismos controla ideologicamente a população, e descobre que a Educação enquanto uma política desenvolvida pelo sistema dominante se torna um importante instrumento para propagação dos valores e da ideologia, responsáveis por manter inalterada a ordem social. Por isso:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (MÉSZÁROS, 2005, p.45).

Nas comunidades primitivas a Educação era responsabilidade de toda comunidade, porém com o surgimento da propriedade privada e um sistema econômico que precisava se perpetuar, a Educação passou a ser entendida como algo específico e restrito a um espaço de ensino, que foi o ambiente escolar.

Para Gramsci (2011, p. 399):

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.

As atividades educativas acontecem em todas as relações sociais, por isso é sempre uma relação dialética, em que estamos ensinando e aprendendo constantemente, ou melhor, estamos nos apropriando de tudo que foi construído historicamente e também possibilitando que outras pessoas se apropriem e juntos façamos o processo sócio-histórico da realidade. Esse processo não é e não deve ser limitado à escola, porém:

[...] é espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. Isso significa que compete à escola o papel de contribuir para a disseminação do saber historicamente acumulado e também a produção de novos saberes. Nesse sentido, a participação dos diversos atores é um aspecto relevante para a efetivação da democratização da escola e da gestão. (PIANA, 2011, p. 192).

De acordo com Antunes, C. (2013, p. 196), “[...] educação é uma palavra que não deve ser confundida com a palavra escola. [...] a escola é apenas um segmento do processo educativo, ela é apenas uma parcela daquele todo da educação.”

Complementando essa argumentação, Gadotti⁷ (2013, p. 125) afirma que “Educar tem a ver com a vida da pessoa, e não só com o cérebro.” Os conhecimentos sistematizados são necessários e a Educação passa por eles, mas não se reduz a este aspecto.

Na Grécia antiga Educação era chamada de Paidéia, que significa de acordo com Gadotti (2013), formação integral do ser humano.

Na escola vivenciamos um lugar marcado pela contradição, em que existe como instrumento de dominação da cultura dominante – motivo pela qual foi criada - e também como espaço de gestão de outra sociedade. Isso também reflete a divisão social em classes fundamentais e o conflito constante de seus projetos societários (burguesia X proletariado) em busca da hegemonia⁸.

Dessa forma, a função social da Educação “[...] é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação.” (CFESS, [2012], p. 16).

Inicialmente a escola foi organizada para responder a interesses das classes dominantes, isso significa que ela se transformou não em apropriação cultural do gênero humano, mas sim em um instrumento de dominação do homem pelo homem, tanto nas relações sociais quanto na ideologia.

Segundo Manfredí (2002, p. 51) historicamente a escola foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social.

De acordo com este autor;

A educação escolar separada da educação imersa nas práticas sociais também não apareceu por acaso nem repentinamente. [...] os sistemas de ensino são criações recentes, produtos do desenvolvimento do industrialismo como modo de produção, de trabalho e de vida em sociedade.

A expansão do capitalismo industrial, [...] criou a necessidade da universalização da escola como agência social de preparação para a inserção no mundo do trabalho. (MANFREDÍ, 2002, p. 54).

A escola enquanto instituição foi e é uma resposta a necessidade do sistema capitalista de se perpetuar enquanto aparato econômico e ideológico, para formar mão-de-obra como

⁷As citações de Gadotti constam em: “Moacir Gadotti e a escola cidadã.” Entrevista presente na obra de Mosé (2013).

⁸Para Gramsci (1999, p. 399, p. 104) “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.” A hegemonia “[...] implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” Ela está dependente da consciência ético política da massa popular e está relacionada com a capacidade de convencimento ideológico e política da população em favor a determinada ideologia.

massa de manobra e exército de reserva para a economia, mantendo esta última ativa e em ascensão.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. (CFESS, [2012b], p. 19).

No momento ideológico da população brasileira, - que reflete o contexto sócio político atual, caracterizado pelo conservadorismo do capital e seus valores, que mascara a exploração à classe trabalhadora, e que apoia uma mudança de governo político na falsa esperança de alterar o sistema econômico de crise que vivenciamos, para que as elites retornem ao domínio – entende-se que a escola deve ser aquilo que segundo Nosella (1992, p. 35) ela não pode se tornar, “[...] uma lareira cinzenta e fria, uma estrutura estranha ao trabalhador, burocrática, autoritária, abstrata, inútil ou até prejudicial.” No entanto, é assim que a escola está se concretizando hegemonicamente, ela é na verdade, um aparato ideológico a favor do grande capital.

Propaga-se que a política educacional tem por obrigação preparar os jovens para o acesso ao mercado de trabalho, e continua “[...] sendo um instrumento de reprodução das relações de produção, a escola na sociedade capitalista necessariamente reproduz a dominação e exploração.” (SAVIANI, 2012, p. 29).

No Brasil a primeira política educacional surgiu com os jesuítas, na época conhecida como Brasil Colônia, perdurando de 1549 até 1759. O ensino implementado no país era de caráter humanístico, defendia o cristianismo católico, portanto, a evangelização era objetivo dos jesuítas. “A educação média era para os homens da classe dominante e a educação superior religiosa, só para classe sacerdotal.” (NEY, 2008, p. 34).

Destaca-se que mulheres não tinham o acesso ao sistema educacional, havia a apropriação do Brasil pelos portugueses e a necessidade de impor uma cultura a população nativa que aqui vivia. Isso aconteceu por meio da ação jesuítica, em que pela evangelização da religião católica se iniciou o domínio do homem pelo homem no Brasil, pois esta ação fazia com que a população aceitasse as condições as quais eram submetidos. Isso era necessário para os interesses do capitalismo, que até então disputava terras para exploração e

aumento das riquezas e precisava da população nativa para essa conquista de territórios e de superioridade.

De 1760 até 1807 vivenciou-se o período pombalino, marcado pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias, e pela centralidade do processo educacional ser assumido pelo Estado, porém no Brasil o reflexo disso foi praticamente nulo, sem alterações do modelo educacional.

A partir de 1808 até 1821 o país foi regido pela política joanina, devido a vinda da família real portuguesa para o Brasil, que implementou “[...] uma série de instituições e modificações na educação brasileira. Entretanto, o objetivo era a preparação para a defesa militar da colônia e para a constituição de uma burocracia estatal de serviço ao reino. [...] A visão era utilitarista e profissional.” (NEY, 2008, p. 36).

De 1822 até 1889 o Brasil vivenciou o período imperial marcado pelo liberalismo e pela primeira constituição, promulgada em 1824, que instituiu a “[...] instrução primária gratuita para todos os cidadãos.” (NEY, 2008, p. 37). Em 15 de outubro de 1827 foi proclamada uma lei que norteou a Educação por mais de 100 anos, ela previa a instauração de escolas para súditos e discípulos do império.

Para Ney (2008) essa lei não surtiu o efeito desejado e em 1834 a partir de um Ato Adicional se atribuiu a responsabilidade de Educação primária e secundária às províncias, mesmo assim em 1872 o analfabetismo era de 64%.

No primeiro período da primeira República ou República Velha, de 1889 até 1929, com a Constituição de 1891 se descentralizou o ensino e os Estados puderam criar as instituições de ensino e legislar sobre elas. Era de responsabilidade da União organizar e sistematizar o ensino superior e aos Estados era cabível o ensino primário e profissional.

Na segunda República, de 1930 até 1937, que foi marcada pela crise do café, devido à crise econômica dos Estados Unidos, o Brasil iniciou o processo de industrialização e ingressou no sistema capitalista contemporâneo, o que gerou a necessidade de mão-de-obra especializada e também o atendimento do sistema educacional à esta demanda.

Foi neste período que segundo Ney (2008, p. 40) tivemos a experiência das:

[...] escolas técnicas secundárias, onde os alunos definiam percursos escolares e sociais a partir de um conjunto de matérias gerais. Tal experiência não logrou sucesso e tivemos o retorno à separação entre escolas profissionais e secundárias.

Foram criados, segundo mesmo autor, Ney (2008, p. 40), importantes legislações, decretos e manifestos para o sistema de ensino:

1. Criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930. Entre 1930 e 1945, o Ministério teria três ministros:
 - Francisco Campos
 - Washington Pires
 - Gustavo Capanema

2. Implantação da Reforma Francisco Campos composta pelos decretos a seguir relacionados:
 - Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação;
 - Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, institui o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior do Brasil e adota o regime universitário;
 - Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
 - Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário;
 - Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; e
 - Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1931, consolida as disposições sobre o ensino secundário. (NEY, 2008, p. 41).

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Este ainda é o “esqueleto” do sistema educacional brasileiro, em que há a obrigatoriedade da frequência, das avaliações, as seriações, que agora levam o nome de anos escolares, com a proposta de ampliar o convívio escolar e universalizar o acesso à Educação regular a partir dos seis anos de idade, ou seja, sempre há busca pela reforma e possíveis

adequações, sem na verdade, alterar a estrutura e as bases da política educacional que deveriam estar relacionadas à busca da transformação social.

Ainda neste período foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que:

Os objetivos do Manifesto eram traçar diretrizes de uma nova política nacional de educação e ensino em todos os níveis, aspectos e modalidades. O Manifesto representa uma síntese e uma tentativa de avanço sobre propostas novas de educação. A preocupação primordial girava em torno da concepção de vida e do ideal que se desejava alcançar, considerando, também, a clientela de educandos.

Este documento vem sendo apontado, como um marco na história da educação brasileira. Consagrou a defesa formal da escola para todos e conferiu visibilidade às contradições do nosso processo de escolarização, estimulando o debate em torno da democratização do acesso à educação.

[...]

O manifesto defende o Rompimento com a velha estrutura do serviço educacional, desprendendo-se dos interesses de classes, deixando de constituir privilégio determinado pela condição econômica e social do sujeito para se organizar para a coletividade. (CAMURRA; TERUYA, 2008, [p. 2-3]).

Ele foi um primeiro movimento para romper com a ideologia do sistema educacional restrito a uma parcela da população que ocupava a posição de elite na sociedade brasileira, esse manifesto pretendia atender os interesses do ser humano e não de um sistema econômico e que tornasse a escola acessível a todos.

Já no período do Estado Novo de 1937 até 1945, o Brasil vivenciou uma nova Constituição formulada por Francisco Campos, promulgada em 1937. A política educacional passou a ser regida pelas Leis Orgânicas de Ensino, reforma essa que ficou conhecida pelo seu idealizador e secretário da Educação e saúde Gustavo Capanema.

O sistema de ensino passou a ser organizado para atender a população de acordo com sua inserção nas distintas classes sociais. Dessa forma, o ensino era específico para cada parcela da população, havia a escola para a elite – classe burguesa, que era preparada para a liderança e o pensar, e a escola profissional para os trabalhadores, com o objetivo de suprir o aprendizado das técnicas para o ingresso no mercado de trabalho, ou seja, pretendia-se formar apenas para o fazer, sem considerar a dimensão reflexiva e interventiva do ser humano.

[...] a educação, deveria preparar os indivíduos para o exercício de uma determinada profissão que, assim se esperava, seria exercida até o tempo da sua aposentadoria. É claro que tal educação teria, necessariamente, um caráter predominantemente informativo e limitado, pois o conteúdo de que o trabalhador necessitava não exigia um pensamento crítico e capacidade inventiva. (TONET, 2016, p. 13).

A partir das Leis Orgânicas de Ensino que se traduziram no conjunto de Decretos-Lei como objetivando adequar o sistema educacional para a intensificação da ordem econômica e social que se configurava no Brasil, surgiram instituições educacionais responsáveis pela instauração do conhecimento técnico, que formasse os trabalhadores para a execução de tarefas rotineiras das indústrias e do comércio, setores que estavam em ascensão e desenvolvimento. Essas instituições foram às escolas de segundo grau, ou segundo ciclo, que atualmente conhecemos como escolas de ensino médio.

A criação do técnico de 2º ciclo (atualmente, nível médio). Os educadores da época observaram que as forças armadas tinham o sargento coordenando as tarefas rotineiras e, com isto, liberava o oficial para as tarefas mais nobres, bem como servia de elemento de ligação entre soldados e oficiais nas transmissões das ordens e de seu cumprimento. Em função desta ideia, a indústria e o comércio, também, deveriam dispor de técnicos de natureza semelhante e, por isto, criaram este técnico. (NEY, 2008, p. 43).

Os Decretos-Lei que normatizaram o processo de ensino, segundo Ney (2008, p. 44) foram:

- Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, Cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial; regulamenta o ensino industrial;
- Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário; regulamenta o ensino secundário, com o objetivo de segundo Manfredi (2002) formar os dirigentes da sociedade e prepará-los para o ensino superior;
- Decreto-Lei nº 4.481, de 16 de julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% do número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI;
- Decreto-Lei nº 4.436, de 07 de novembro de 1942, amplia o âmbito do SENAI, atingindo o setor de transportes, das comunicações e da pesca;
- Decreto-Lei nº 4.984, de 21 de novembro de 1942, compele que as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, instale uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes; e
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial; regulamenta o ensino comercial.

Foi a promessa de integração sistêmica, desenvolvida sob o capitalismo do pós-guerra que engendrou a ideia de modernização e de construção da escola pública como instância educativa das massas. A escola de massas tornou-se uma instituição central na criação de condições que deveriam permitir a integração plena dos indivíduos à cidadania. Sedimentou-se a função simbólica da escola e da própria formação profissional para o mundo do trabalho. Criou-se, a partir da promessa da modernização, um senso comum que articulava trabalho, educação, emprego e individualidade. A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva. (ALVES, 2007, p. 252).

No ano 1946 o país adentrou o período da Quarta República, que perdura até 1964. Já no ano 1946 é promulgada uma nova constituição, que reconhece a Educação como direito de todos, sendo obrigatório o ensino primário, além de ser regida por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecida pela União.

Neste período os Decretos-Lei, segundo Ney (2008, p. 47) foram:

- Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário; regulamenta o ensino primário que se destinava as crianças de 7 a 12 anos, com duração de quatro a cinco anos;
- Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal; regulamenta o ensino normal, voltado para a formação de professores para o ensino primário;
- Decretos-Lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, criam o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); e
- Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola; regulamenta o ensino agrícola.

A partir da apropriação da Teoria do Capital Humano nos anos 1950 e 1960, pelo Estado, a Educação ganha um novo papel ideológico, pois por meio desta teoria entende-se que investir em formação humana é um meio para ampliar a produtividade, e impõe ideologicamente a sociedade que esse investimento aumentará o bem-estar da população, ao acesso aos direitos e a riqueza socialmente produzida.

No entanto, “[...] a educação, ao invés de ser tornar um elemento de transformação e superação, funciona como um importante instrumento de fortalecimento do sistema capitalista e manutenção de um projeto societário excludente e desigual.” (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p. 6).

A prática desta teoria foi outra estratégia do capital para utilizar a Educação como instrumento de dominação em relação ao ser humano, e atingir seu objetivo em ter maior formação de mão de obra a seu dispor e conseqüentemente um exército de reserva pronto a ser absorvido pelo mercado e que garante a exclusão social e a desigualdade.

Foi neste período marcado principalmente por tensões políticas que a Educação também inserida nestas e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1961, sofre alteração na sua estrutura de ensino, destaca-se de acordo com nosso objeto de estudo a transformação do:

[...]primeiro ciclo do Ensino Médio em uma formação propedêutica única sem preocupação de formação profissional como ocorrera na estrutura anterior. Destaca-se que aqueles que precisavam trabalhar tinham a opção do aperfeiçoamento profissional. A saída de qualquer alternativa do 2º ciclo do ensino médio passara a permitir acesso ao ensino superior. Efetivamente passávamos a ter a igualdade e o reconhecimento de estudos para o 2º ciclo do Ensino Médio. (NEY, 2008, p. 48).

Em 1951 foi inserida a Pós-Graduação (Decreto nº 29.741)⁹ que criou a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), e em 1955 surgiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Esses níveis de ensino foram espelhados em modelos norte americanos e franceses, determinando que a Pós-Graduação acontecesse por meio de especializações (*latu senso*) e mestrado e doutorado (*scripto senso*), com o objetivo, nos termos de Santos e Azevedo (2009), a formação de elites dirigentes. Afirmam que tinham como intuito a:

[...] formação qualificada de professores para atender à expansão do ensino superior, elevando seu nível de qualidade, estímulo ao desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores e formação de técnicos e intelectuais de alto nível para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (Brasil, 1965). (SANTOS; AZEVEDO, 2009, p.536).

Isso traz para o cenário brasileiro novamente uma formação destinada à classe elitizada, que goza de privilégios e que tinha mais uma alternativa para o controle e comando. No entanto, com a possibilidade de adensamento teórico e acesso a conhecimentos produzidos pelo ser social historicamente isso significou que os/as estudantes da Pós-Graduação pudessem olhar e desvelar a realidade por meio de suas pesquisas, o que podemos deduzir que contribuiu para a formação da massa crítica que consegue se organizar a partir da década de

⁹Brasil (1951).

1970 e realizar o movimento de vanguarda no país, responsável por instaurar a luta popular frente a opressão vivida pela sociedade.

Em 1961 também foram criados o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação, além disso, foram elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1962: o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi elaborado sem peso de lei, como uma iniciativa deste órgão, enquanto um conjunto de metas a serem concretizadas no prazo de oito anos. Além do PNE foi organizado o Programa Nacional de Alfabetização.

Essas instâncias foram criadas para organizar o sistema educacional de acordo com os preceitos políticos e econômicos vigente no país, o Conselho Federal se responsabilizou por instituir quais as disciplinas a serem trabalhadas em cada ano escolar e os Estados deveriam organizar o ensino escolar de acordo com as diretrizes federais.

Para tanto, dedicava-se à preparação de um quadro de trabalhadores especialistas e alienados de toda espécie, necessários para a manutenção da sociedade de consumo e do sistema internacional de divisão do trabalho que houvera se instalado na ordem econômica mundial no período do pós-guerra. (MARCHELLI, 2014, p. 1489).

Essas legislações demonstraram a possibilidade de comandar a Educação de acordo com a ordem econômica, mascarando a possibilidade de um sistema voltado para a apropriação cultural da classe trabalhadora e não apenas como formação para mão de obra no mercado em ascensão no país, no entanto, tinha em seu cerne a alienação, a formação de consumidores e trabalhadores (vendedores da força de trabalho) para o sistema do capital.

A partir dos anos de 1960 o país começou a vivenciar a experiência das escolas Vocacionais¹⁰, que tinham como missão fomentar o aprendizado de forma prazerosa, com alegria e afetividade, era um momento de esperança em relação a reestruturação do ensino. De acordo com Lima e Rovai (2015, p. 91) aprender era “[...] um ato prazeroso, tinha sabor de aventura, ou seja, de descobertas, de conexão com o mundo, de criatividade, de crescimento, de expansão e autoafirmação do ser.”

Este foi um modelo de escola que atuava de forma interdisciplinar, preocupado com a formação humana e unia toda a comunidade educativa (estudantes, família, professores,

¹⁰O Ensino Vocacional tinha como propósito uma pedagogia social, capaz de mobilizar os jovens para novos desejos e outros interesses além dos imediatos, “[...] cuja proposta foi elaborada para o despertar da consciência dos jovens sobre os efeitos de uma sociedade que se tornava massificada. Com certeza não foi por outra razão que ela foi brutalmente extinta. E não é diferente o nosso propósito, já que a sociedade de massa continua viva e apresenta, atualmente, mecanismos muito mais sofisticados do que nos idos de 1960, inclusive pela ação das tecnologias de comunicação, que promete a ilusão de informar, e não faz mais do que fragmentar o pensamento por algumas de suas características de descontinuidade temporal e espacial, de indiferenciação, de apelo fácil, mágico e sedutor.” (LIMA; ROVAI, 2015, p. 3).

funcionários) ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, considerava a integridade do ser social.

Apesar deste contexto, a partir da ditadura de 1964 e pelo Ato Institucional nº 5 (AI 5) de 1968, os ginásios Vocacionais foram extintos, pois

[...] quanto mais ela se desenvolvia pedagógica e tecnicamente e nos seus propósitos, mais ela foi ficando distante dos interesses da máquina do Estado, que não soube estabelecer o diálogo entre o político e o pedagógico e, assim, adequar-se as realidades das mudanças educacionais solicitadas para o seu tempo. (LIMA; ROVAI, 2015, p. 98).

Essa experiência inspiradora para os educadores teve pouca duração, e sofreram toda represália que foi implantada no Brasil com o início da ditadura militar.

De 1964 até 1985, o país vivenciou a ditadura militar, que impôs a autoridade e a repressão para comandar as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas. Neste período toda e qualquer forma de reivindicação, mobilização ou outros era marcado pela proibição do aparato Estatal, que logo agia contra a população, de variadas formas, a mais conhecida, foi o exílio, para conter reivindicações e organização da classe trabalhadora.

Assim, a política educacional estava nas mãos dos militares, que foram buscar nos Estados Unidos uma assessoria para o desenvolvimento da educação.

Foi nessa etapa que surgiram os diretórios acadêmicos, a LDB foi alterada de acordo com o momento histórico, em 1971 a nova versão estabelecia a profissionalização obrigatória ao final do curso de 2º grau, tendo em vista que vivenciávamos o período do desenvolvimentismo, em que estas normas foram essenciais. Isso somente se alterou em 1982, quando dispensou as escolas desta obrigação de oferecer a profissionalização do final do 2º grau. “[...] a formação do técnico de 2º de grau permaneceu junto ao curso de ensino médio.” (NEY, 2008, p. 51).

A partir de 1986 o Brasil passou por um processo de abertura política até 1996, período marcado pela promulgação da Constituição Cidadã de 1988 que refletiu em mudanças significativas na sociedade e na aprovação de um novo projeto de LDB em 1996, com o objetivo de disciplinar a Educação escolar e vincular a Educação escolar com o mundo do trabalho e à prática social.

A Constituição traz a Educação como um direito social de todos os brasileiros, e dever do Estado, da família e com colaboração da sociedade, com o objetivo de desenvolvimento do ser humano, preparação para a cidadania e qualificação para o trabalho.

De 1996 aos anos seguintes as mudanças continuaram a ocorrer nos campos político, econômico e social, pois a base do sistema educacional continuou materializada da maneira como foi gestada no passado e, por isso, são várias as discussões e diálogos de como realizar um processo educativo atual que acompanhe estas alterações, ou seja, como romper com a estrutura dos séculos XIX e XX ainda presente nas escolas que formam pessoas no e para o século XXI.

Vivenciou-se a partir dos anos 1990 o modelo econômico baseado no sistema neoliberal que interferiu em todas as esferas da sociedade, redefinindo as relações políticas, sociais e econômicas no país, principalmente como uma medida de barrar o avanço dos movimentos social e sindical que desde 1980 estavam fortalecidos.

A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. (FILGUEIRAS, 2006, p. 183).

Desde este momento vivenciou-se no Brasil os processos de reestruturação produtiva e privatização de estatais, que alteraram além de outros fatores a relação capital-trabalho com o surgimento de novos métodos de trabalho e avanço tecnológico, isso gerou segundo Filgueiras (2006), o fortalecimento dos grupos privados em detrimento do enfraquecimento e perda da organização e força política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e sindicais.

Entre os anos de 1997 e 1999 foram elaborados os Parâmetros Nacionais Curriculares, que de acordo com Winckler e Santagrada (2012) destacavam os estímulos para desenvolvimento das competências e temas com posturas transversais e flexíveis, com a função de orientar e garantir coerência dos investimentos no sistema educacional, que propiciem a formação para a cidadania.

Em 2001 foi aprovado o PNE enquanto lei (Lei n. 10.172)¹¹, refletindo as aspirações da Constituição Federal de 1988, ou seja, houve atraso nesta aprovação do PNE. O plano a ser estabelecido nacionalmente teria como validade e previsão das ações a serem implementadas, o período de dez anos, em que previa uma Educação nas escolas de ensino fundamental em tempo integral, com jornada escolar para sete horas diárias destinadas especialmente às

¹¹Brasil (2001).

crianças de família com baixa renda. A partir do PNE, os Estados e Municípios deveriam realizar seus planos de acordo com as atividades da União.

Em 2007 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar todas as etapas da Educação básica no Brasil, com a ampliação da Educação em tempo integral no país.

Neste mesmo ano pelo Decreto n. 6.253 (BRASIL, 2007), foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e Portaria 873, de 1º de julho de 2010 – Financiamento da Educação Integral, com o objetivo de destinar recursos pra todas as etapas da Educação Básica Pública. O fundo é um complemento das verbas direcionadas à Educação vindas da União (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). Após a aprovação do decreto que criou o FUNDEB, em 1º de julho de 2010, foi aprovada também uma portaria prevendo financiamento para a implantação da Educação integral.

No ano de 2008, foi sancionada a Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008, que determina a organização do ensino profissional:

Art. 1º Os arts. 37, 39, 41 e 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (NR). (BRASIL, 2008).

Em 2014, foi elaborado outro PNE (Lei n. 13.005)¹² que trouxe um avanço para a Educação Integral, tornando essa modalidade da Educação uma meta a ser atingida em todo o país. O PNE/2014 prevê a oferta de Educação em tempo integral para no mínimo 50% das escolas públicas e o atendimento de ao menos 25% dos estudantes de Educação básica do

¹²Brasil (2014).

Brasil. Além dessa meta, o PNE/2014 também prevê sobre o estímulo a uma Educação infantil em tempo integral para todas as crianças de até cinco anos, como já é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Todas essas medidas foram direcionadas e organizadas para a consolidação do neoliberalismo no país e que por isso interferiu nos demais setores da sociedade, bem como nas leis, como por exemplo, na reformulação da LDB em 1996, que (re) organizou o sistema educacional a partir de uma formação básica curricular comum a todo o país, e pressupõe que cada região desenvolva o ensino de forma diversificada para atender a localidade, e configura ainda uma resposta a perpetuação desse sistema propagada no aparato midiático para gerar consensos e garantir sua hegemonia.

Por isso:

[...] quem organiza a educação é, em última instância, o Estado e este, por mais que, em sua concretude, seja o resultado da luta de classes, em sua essência, nunca deixa de ser um instrumento de defesa dos interesses da burguesia. Isto significa que não só o acesso, mas também as formas e inclusive os conteúdos a serem transmitidos serão, de alguma forma, e sem que isso implique intencionalidade manifesta, clivados no sentido de favorecer a reprodução da sociedade burguesa. Todos os conhecimentos, ideias, valores, comportamentos e habilidades serão, de alguma forma, postos a serviço da continuidade da sociedade burguesa. (TONET, 2013d, p.5).

Em todo este período histórico retratado não pode-se deixar de enfatizar que o ingresso ao sistema educacional, sempre foi elitizado e que o acesso e a permanência nos sistemas educacionais estão diretamente relacionados com os interesses da classe dominante e com as condições materiais e sociais de existência do ser social. No entanto, esse acesso é também importante porque contribui para a luta da classe trabalhadora contra a opressão.

Este acesso ao conhecimento e a uma determinada formação, garantido pelo ato que funda a sociedade burguesa, passa, então, a ser uma arma de dois gumes. De um lado, pode favorecer os interesses da burguesia. De outro lado, também pode favorecer os interesses do proletariado. Daí porque o controle, não só político e administrativo, mas também ideológico, do processo educativo é de capital importância para a burguesia para que ela possa manter-se como classe dominante. Daí, também, porque a luta contra esse controle é de grande importância para que o proletariado possa levar adiante o seu projeto societário. (TONET, 2013d, p. 4-5).

Outro fator elementar é a função que a Educação escolar cumpre desde o “descobrimento” do Brasil, em que por mais que tem por finalidade histórica, a apropriação

cultural do ser social ao contexto sócio-histórico construído pelo ser humano, passou a ser utilizada como instrumento de dominação do homem pelo homem.

O Brasil é um país que teve sua origem em uma cultura de exploração, e foi durante anos alvo também de exploração, de matérias-primas e reservas naturais. Isso ainda não conseguimos romper, seja pela não organização da classe trabalhadora, seja pela não apropriação do patrimônio humano genérico pelo ser social.

Então, pensando neste contexto, “[...] é possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?” (SAVIANI, 2012, p. 30). Entende-se nesta pesquisa que sim, pois se considera a história fruto da ação humana. No entanto, acredita-se que essa transformação só será possível pela organização da classe trabalhadora, pela ação conjunta da coletividade que partilha e luta pelo mesmo projeto societário.

Atualmente a Educação escolar a partir desse histórico se configura como:

[...] prática da dominação, que vem sendo objeto desta crítica, mantendo a ingenuidade dos educandos, o que pretende, em seu marco ideológico, (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam) é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão. (FREIRE, 1987, p. 38).

Entretanto, pela perspectiva crítica da Educação, se almeja a Educação escolar enquanto espaço de diálogo, com escuta ativa, e não a efetivação dessa acomodação do ser social causada pela história, por isso lutamos para que a pessoa tenha acesso a criticidade e se direcione para a transformação social.

[...] o complexo educacional deve ter compromisso social com o seu tempo, expressando seu caráter universal de compreensão da realidade, contribuindo para a generalização do conhecimento, visto que a autêntica atividade educativa não visa uma finalidade prática imediata, mas atingir o plano da universalidade, sua função original figura um momento de consciência de si em determinado momento histórico. Em outras palavras, eleva o homem para além de sua cotidianidade e imediatismo para um plano superior universal e à chegada à consciência, visando à transformação de si mesmo e da sociedade. (SOUSA, 2014, p. 35).

Essa é a Educação escolar que almejamos, que potencialize e desperte a consciência humana, levando o ser social a ultrapassar a aparência para descobrir a essência de cada situação apresentada e busque outra sociedade. Isso se opõe a Educação bancária denominada por Freire (1987), que vem sendo praticada nas escolas de nosso país.

[...] a concepção bancária é aquela em que você vai depositar no banco, vai fazer um depósito, e depois você cobra, faz uma retirada, dá um cheque. A educação bancária é aquela que considera a criança uma lata vazia na qual você vai depositando e depois, nos exames, vai tirando para saber se ainda está lá, na cabecinha dela. Essa educação é um desastre e precisamos desaprender isso. Aliás, a escola precisa desaprender muita coisa. Não só aprender coisas novas, mas desaprender coisas que não servem, uma é essa, de que a criança é uma página em branco, sem nada escrito. (GADOTTI, 2013, p. 133-134).

Se faz necessário romper com essa característica da Educação bancária de ver os estudantes como “tábuas rasas” que precisam receber todos os conteúdos e de conceber o professor como “ser iluminado”, de muita sabedoria, detentor de todo conhecimento e transmissor de verdades absolutas.

As aulas precisam ser únicas, considerando o contexto daquela turma formada por pessoas com diversidades que devem ser consideradas: diversidade de cor, de contexto social, de família, de gênero, de religião, etc.

Já não podemos aceitar uma Educação em ambiente escolar que pretende ajustar as pessoas ao mundo. Conformá-las com a situação atual, induzindo a passividade nelas com a possibilidade de que estamos buscando a paz no mundo, no entanto, nada tem haver a paz com passividade. Além disso, no Brasil uns dos livros mais vendidos são os de autoajuda, onde busca-se fórmulas para felicidade, riqueza, convivência, e negamos a possibilidade e a potencialidade de elaborar reflexões a partir de nosso olhar, de entender o que cada uma destas questões representa de fato para cada um de nós.

Vivenciamos algumas situações em que preferimos deixar que outras pessoas ou o próprio sistema, que tem interesses específicos, e estes são relacionados ao “TER”, olhem e nos contem a realidade, por isso permitimos uma imposição de valores, de ideologia, de ideal de sociedade e não conseguimos romper paradigmas e realizar uma construção conjunta da realidade que queremos.

A Educação que acontece nas escolas atualmente é marcada pela memorização de conteúdos que são vazios para os estudantes, pois não tem significado, não vai além da famosa “decoreba” que fazemos na véspera da prova, para não ficarmos com nota vermelha, para passar de ano, e quem sabe conseguir responder corretamente as perguntas do vestibular – que se tornou o grande negócio das escolas privadas que fornecem cursos específicos para essa aprovação. Isso é reflexo da crença que ingressar em uma universidade pública ainda mantém o *status quo* do/a aprovado/a e sua imagem, que de acordo com a ideologia

dominante propagada pelos veículos de massa, como a mídia, por exemplo, é a grande conquista do ser humano.

Ou seja, o foco desta escola, é o depósito de conhecimentos e de verdades estabelecidas, diferente da Educação escolar que queremos, que objetiva construir junto aos educandos um determinado conhecimento que nos apropriem da realidade e que haja reflexão e superação das verdades já estabelecidas, para construirmos outras mentalidades que definam qual projeto de sociedade queremos buscar.

A Educação escolar pela perspectiva crítica busca a emersão de consciência, de acordo com Freire (1987) implicando no desvelar da realidade pela reflexão crítica, no rompimento da alienação, e reconhecendo o ser social ontológico como responsável por sua história, além de poder fomentar a organização da classe trabalhadora pela busca da transformação social.

O objetivo da escola precisa ser o compromisso:

[...] na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, que é resistir à morte. Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevida da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiseração recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a ética da compreensão planetária. (MORIN, 2000, p. 78).

Isso é essencial para entender que a Educação não é a única capaz e responsável por conseguir realizar a transformação social, já que não forma a consciência revolucionária, no entanto, acredita-se que ela pode desenvolver o senso crítico nos educandos de forma que estes acessem seu conteúdo humano genérico e possam adquirir a partir disso a consciência na luta social.

Uma educação regenerada não poderia por si só mudar a sociedade. Mas poderia formar adultos mais capazes de enfrentar seus destinos, mais aptos a expandir seu viver, mais aptos para o conhecimento pertinente, mais aptos a compreender as complexidades humanas, históricas, sociais, planetárias, mais aptos a reconhecer os erros e ilusões no conhecimento, na decisão e na ação, mais aptos a se compreenderem uns aos outros, mais aptos a enfrentar as incertezas, mais aptos para a aventura da vida. (MORIN, 2015, p. 68).

De acordo com Freire (1987) a relação a ser estabelecida entre educador e educando deve ser dialética, em que ninguém educa ninguém, ambos se educam ao mesmo tempo pelo processo e pela relação humana, mediatizados pelo mundo. Ao mesmo passo que o educador enquanto educa é educado, também o educando enquanto é educado também educa.

Dessa forma, [...] a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor. (GRAMSCI, 2011, p. 399). Isso permite que a escola veja o educando não como página em branco, mas sim com um contexto sócio histórico a ser considerado em que:

A criança traz desejos, vontades, paixão, inquietação, medo, ousadia, tem tudo isso. A criança, o jovem, o adulto são cheios, carregados de emoção. Se não passar pela emoção, conhecimento não chega ao cérebro, digamos. É preciso preparar o coração para poder conhecer. O oposto da educação bancária é a educação problematizadora. O que é um professor numa educação problematizadora? É o organizador da aprendizagem. (GADOTTI, 2013, p. 133-134).

Aqui entra uma figura importante do processo que é o professor, não como detentor do saber, mas sim como mediador, em que deve propor situações de aprendizagem a partir da realidade social da comunidade escolar. Ele deve ser um questionador e mobilizador dos educandos.

A mediação na Educação é baseada no método socrático¹³ de questionar, de levar o ser social a encontrar a suas respostas e formular o seu entendimento de mundo, de vida e de necessidades a partir de seu contexto, é a partir disso que a Educação escolar se torna significativa para o educando e faz emergir outros conhecimentos e ideias.

O que estamos vivenciando na realidade é que, “[...] os professores não se sentem preparados para discutir as questões. Porque eles também não se sentem prontos para este mundo contemporâneo, nem prontos para uma educação reflexiva.” (GADOTTI, 2013, p. 131). Ou seja, o professor não se torna um mediador em essência a partir de um instante ou de um passe de mágica, em geral esse docente também é fruto da formação acrítica, e então como exigir dele algo que não teve a oportunidade e a experiência de vivenciar.

Isso exige coragem, além de uma escolha em fazer diferente a Educação, para que esteja relacionada com a intencionalidade maior que é a emersão de novas mentalidades para gestar a transformação da sociedade.

A escola e todos os educadores dela, que são todos aqueles que exercem sua atividade de trabalho – pessoas que atuam na limpeza, na organização, na biblioteca, na secretaria, na docência e na direção, assim como os/as assistentes sociais – precisam estar mobilizados e almejantes dessa mudança.

¹³ Sócrates, conhecido como pai da filosofia, por meio do diálogo levava seus interlocutores a conhecerem a si mesmos e as suas opiniões, pela arte de perguntar indagava o conhecimento e as crenças de cada um, proporcionando surgimento de novas ideias, então pela maiêutica – o nascimento, parto de conhecimentos - se tornava possível a partir das verdades de cada pessoa.

A escola é formada pela comunidade escolar caracterizada pelos: estudantes, professores, família, comunidade do entorno onde a escola está alocada e demais parceiros, ou seja, nela estão presentes diversos atores sociais que podem ser os mobilizadores de um pensamento crítico e reflexivo sobre a necessidade da transformação da Educação escolar que deverá influenciar e também ser reflexo da transformação societária.

Considera-se que uma das funções da Educação em ambiente escolar é despertar a classe trabalhadora que existe em “classe em si” para a “classe para si”.

Conforme Montaño e Duriguetto (2011, p. 97-98):

A classe em si é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outas. [...] remete à mera existência de uma classe. Conforma uma classe para si aquela, que consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes.
[...]
Esta dupla dimensão da classe, “em si” e “para si”, que em condições históricas determinadas pode coexistir num mesmo momento, em que outras caracteriza uma passagem, levando-nos às seguintes determinações da classe: a “consciência” e as “lutas” de classe.

Essa consciência pode ser adquirida pela criticidade e inserção nas lutas sociais, que por sua vez poderão ser proporcionadas, segundo Tonet (2013d) a partir do desenvolvimento de atividades educativas que possam contribuir para que a classe trabalhadora tenha acesso ao patrimônio acumulado pela humanidade, principalmente a um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que os educandos se entendam como sujeitos capazes de transformar radicalmente o mundo.

Dessa forma, a Educação escolar que se tornou um direito social e uma política pública, precisa efetivar o seu papel e sua responsabilidade em concretizar a Educação para elevar o ser social à consciência crítica, empoderando os sujeitos transformadores da realidade para a conquista da hegemonia.

3.2 Educação técnica-profissional no Brasil e no Senac São Paulo

A Educação de nível técnico-profissional surge no país a partir deste contexto sociopolítico contemporâneo elucidado no item anterior, como uma das principais estratégias da modernidade e pós-modernidade para a consolidação do sistema neoliberal.

O ensino técnico se configura como preparação de mão-de-obra específica ou qualificada para o mercado de trabalho por meio da capacitação técnica de determinada profissão.

O ensino técnico profissional como conhecemos atualmente está preconizado nas leis e decretos federais que organizam a Educação como um sistema educacional no Brasil. Desta forma a partir do Decreto n. 2.208 (BRASIL, 1997) é que ocorreu a diferenciação da Educação profissional em três níveis de ensino:

Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis: I – básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Este foi substituído pelo Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004), e, posteriormente, pelo Decreto 8.268 (Brasil, 2014), que diz,

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; (Redação dada pelo Decreto nº 8.268, de 2014); II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A Educação técnica-profissional é fruto de um momento específico da sociedade brasileira, em que por demandas internacionais e nacionais começamos a vivenciar as Revoluções Industriais¹⁴ que em cada período da história, exigiam determinada mão-de-obra para o mercado de trabalho. Por isso, a profissionalização está ligada a questão histórica do desenvolvimento econômico da sociedade.

De acordo com Ramon Oliveira (2000), o ensino técnico é resultado do processo de globalização, que se caracteriza pelos mercados transnacionais, formação dos blocos econômicos, avanço tecnológico, desenvolvimento da informática e da robótica e também por promover a universalização da pobreza, exacerbando a exclusão e a negação/violação da dignidade social da população a ser atendida pelo ensino técnico.

Necessário refletir em até que ponto esta Educação para o trabalho se preocupa em participar da formação integral do ser humano, fornecendo as condições para o despertar da consciência, com criticidade e com relativa autonomia (relativa, pois consideramos que na atual sociedade não temos acesso à plena autonomia, devido as nossas condições sócio-históricas, subordinadas ao capital, e que só será possível a partir da superação desta ordem) e não apenas para a inserção de atividades laborais, de forma acrítica e alienante.

O trabalho é uma atividade fundante do ser social que passou a ser utilizado na sociedade como moeda de troca a partir da divisão social do trabalho que instaura a separação entre trabalho manual e intelectual. Devido à apropriação privada dos meios de produção que necessitam da força de trabalho, da qual é propriedade do trabalhador, este precisa vendê-la como forma de garantir sua subsistência e sobrevivência, isso garante a manutenção da sociedade.

Como desenvolvimento do sistema capitalista o ser humano deixa de realizar as atividades para suprir suas necessidades biológicas e sociais de forma autônoma, para ser submisso ao capital por meio de uma relação assalariada.

As atividades de trabalho foram se desenvolvendo a partir da necessidade de formação para o exercício de determinadas funções de maneira sistemática, demandando qualificações e especializações para cada trabalho. Durante séculos essa preparação para o trabalho acontecia

¹⁴Estamos considerando as Revoluções Industriais, como os três momentos marcantes para o desenvolvimento da humanidade, em que de acordo com Costa (2002) a primeira Revolução Industrial aconteceu no final do século XVIII com a descoberta da energia a vapor e as respectivas máquinas a vapor, a segunda aconteceu no século XIX, por meio da invenção da energia elétrica, que alterou os padrões produtivos mundiais, e a terceira Revolução, a qual vivenciamos, iniciada no século XX e caracterizada pela tecnologia e a informação. Nesta era ocorre a diminuição das barreiras de comunicação por meio da internet, responsável por nos manter conectados mundialmente de forma virtual com as demais pessoas.

na própria comunidade junto com a atividade do trabalho, por meio de transmissão de conhecimentos.

A formação para o trabalho na era dos nativos brasileiros era alcançada pela comunidade, onde os mais velhos ensinavam os mais jovens, ou seja, quem realizava a atividade com conhecimento, ensinava a um aprendiz, para que houvesse uma continuidade das atividades. Posteriormente, acontecia por meio da convivência das pessoas em aprender um determinado ofício ou atividade com aquelas que já realizavam aquele ofício ou atividade, por exemplo, sapateiros, artesãos, tecelões, etc.

Esse processo de aprendizagem informal, que abrangia o domínio dos métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constituiu, durante séculos, a única escola de que homens e mulheres, jovens e adultos das classes populares dispunham. (MANFREDÍ, 2002, p. 53).

As classes populares eram as responsáveis por manter a mão de obra de reprodução da sociedade, não havia uma sistematização de formação profissional nas escolas e o aprendizado das técnicas era realizado pela própria comunidade, mesmo porque as escolas eram restritas as classes dominantes, que eram preparadas para a dominação da sociedade.

Em concomitância com o desenvolvimento do sistema escolar de responsabilidade do Estado, foi criado também por esta esfera um ensino separado com o objetivo de formar mão-de-obra para a produção, como por exemplo, os artífices para as oficinas, as fábricas e os arsenais.

Entre 1840 e 1856 foram criadas as casas dos educandos artífices que recebia crianças e jovens que estavam em situações de rua, ou em vulnerabilidade social e econômica (como denominamos atualmente), mas que naquele período entendia-se por mendicância.

Nestas casas adquiriam conhecimentos básicos de leitura, de escrita, da aritmética, do desenho, da escultura, da geometria, entre outros e aprendiam ofícios como: tipografia, encadernação, tornearia, sapataria, tecelagem, etc. Após o período de aprendizado a criança ou o jovem deveria permanecer mais três anos na casa como forma de pagamento ao que aprendeu e também para garantir o mínimo de reserva monetária.

Diferente destas casas que eram mantidas pelo Estado, algumas organizações privadas também nesta época criavam liceus de arte e ofícios com uma parcela de ajuda do governo.

Entre 1858 até 1886 foram criados liceus de artes e ofícios em alguns centros urbanos do Brasil, eles destinavam-se a ensinar ciências aplicadas, álgebra, geometria, física, química, e artes, desenho geométrico, desenho de máquinas, regras de construção civil, escultura, gravura, pintura, etc., eram esses estudos de artes que compunham os cursos profissionais.

Estes eram também mecanismos de disciplinamento dos setores populares, para conter ações contra o sistema vigente, e nisto se concretizava uma das principais funções de porque a Educação se tornou responsabilidade do Estado e do sistema atual.

A partir de 1889, com a consolidação da imigração, expansão da economia cafeeira, o país vivenciava um aceleração econômica com o desenvolvimento da indústria e dos centros urbanos, que desencadeou a necessidade de um ensino profissional capaz de realizar as qualificações profissionais a um maior número de pessoas para trabalharem como assalariados nos setores econômicos em ascensão.

Em nível nacional foram criadas a partir de 1906 quatro escolas profissionais (para o ensino de ofícios e aprendizagem agrícola) e com isso se iniciou no Brasil o ensino técnico por meio do Decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906, segundo o Ministério da Educação (2009). Em 1909 se consolidou o ensino técnico-industrial no Brasil, pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), que criou as “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Essas escolas sofreram diversas alterações, se transformaram em Escolas Industriais e Técnicas, depois em Escolas Técnicas Federais. Após 1978 e amplamente em 1994 todas estas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que deram início a partir de 2008 aos Institutos Federais Educação Tecnológica (IFETs).

Em 1911 surgiram em São Paulo escolas que formavam homens para as artes industriais – cursos de mecânica, de marcenaria, de pintura, de eletricidade - e mulheres para economia e prendas manuais – curso de rendas e bordados, confecções, pintura e desenhos. Ou seja, essa separação ocorria também em função da cultura de organizar atividades específicas masculinas e femininas.

Após os anos 1912 o ensino profissional foi visto como estratégia para barrar uma possível organização do operariado brasileiro. Foram criadas escolas para realizar a Educação profissional em territórios de influência econômica e política.

Essas escolas eram reconhecidas como escolas de aprendizes, responsáveis em ensinar a prática profissional apenas por conhecimentos técnicos e restritos a uma determinada função. Elas formavam operários para os trabalhos manuais nas oficinas e nas indústrias. Duraram 33 anos e deram lugar para as instituições do Sistema S (especificamente, SENAI e SENAC, a partir de 1942 e 1946, respectivamente).

A partir de 1930 o mundo vivenciou uma crise econômica, com o avanço dos ideais do comunismo, uma organização em classe dos trabalhadores e, também um agravamento das

expressões da questão social, em que para manter a ascensão e vida do capitalista era preciso elaborar estratégias e organizar a sociedade de acordo com os anseios do liberalismo.

Neste sentido, a Educação profissional também se tornou uma forma de conter a massa de trabalhadores e seu avanço ideológico, impondo uma cultura pela repressão que fizesse a manutenção da condição atual do capital.

Esse foi um período de reorganização do sistema educacional brasileiro, que passou a ser composto pelo ensino regular, pelo secundário – como preparatório para o ensino superior e o ensino profissional e pelo ensino médio.

Esse cenário mudou com a ditadura militar em que a profissionalização acontecia junto ao ensino secundário, para que houvesse um número maior de trabalhadores prontos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

A partir de 1964 com a ditadura instaurada no país houve maiores investimentos no Sistema S, devido à necessidade de profissionalização das massas para o mercado de trabalho e desenvolvimento, ocorrendo então o apoio ao Programa Intensivo de Formação de mão de obra (PIMPO), que destinou recursos de incentivo para realização de Educação profissional no Brasil que profissionalizasse as massas para formação de mão de obra para o mercado. Este era um momento que o país tinha o intuito de estar inserido na economia internacional e para isso precisava de pessoas com qualificação específica para realizar o trabalho, então intensificou a formação de mão de obra técnica para absorção pelo mercado de trabalho e consequente provocou o enriquecimento do grande capital brasileiro.

A partir de 1990 com o processo de reestruturação produtiva, abertura econômica, processo do neoliberalismo, o país passa por um período de crítica e de propostas para uma reforma na Educação profissional.

Esse processo se materializou junto e em reflexo:

[...] a consumação do Plano Real em 1993, a partir de 1995, desencadeiam um conjunto de medidas governamentais, legais, político-ideológicas e econômico-sociais capazes de engendrar todo um processo de aprofundamento que tinha e tem, como uma das suas bases e pilares fundamentais, a reforma do Estado brasileiro e, conseqüentemente, mas imbricada e congruente com ela, reformas que desaguaram no campo político, financeiro e econômico, com profundas e marcantes reformas geradoras, que se processam nas condições e particularidades da formação social brasileira, de um conjunto de reformas preconizadas pelo receituário (neo)liberal modificado pelas conveniências nacionais, congruentes com as disputas, composições e contradições enfrentadas pelas classes dominantes. (DEITOS, 2005, p. 108).

Portanto, como afirmam Scacchetti, Oliveira e Moreira (2015, p. 434) “No decorrer de mudanças mundiais nas estruturas de trabalho de acordo com as reestruturações produtivas, o governo adotou um novo projeto pedagógico, no qual a principal contribuição era a reforma do ensino técnico.”

Essas mudanças se concretizaram, a partir da reformulação da LDB, aprovada em 1996, em que o ensino médio passa a ser voltar para preparar o ser humano “para a vida” e ao ensino profissional cabe fornecer as técnicas para e conhecimentos específicos para a inserção no mercado de trabalho.

O acesso ao ensino profissional foi ampliado para receber “[...] alunos e egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem e adulto, independentemente da escolaridade alcançada.” (MANFREDÍ, 2002, p. 129).

Além disso, com a aprovação do Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997, se estabeleceu os níveis de ensino da Educação profissional: básico – para a qualificação de trabalhadores e suas atualizações ou reprofissionalização, independente de sua escolaridade -, técnico – para a profissionalização de estudantes matriculados ou egressos do ensino médio - e tecnológico – destinado a pessoas que concluíram o ensino médio, possuindo a validade de cursos superiores voltados para o trabalho.

A partir disto se concretiza a separação do ensino médio e Educação profissional e se estabeleceu os níveis de Educação profissional.

É a partir deste decreto que se começa a trabalhar nas escolas de ensino profissional por meio de Competências, que irão estabelecer e nortear o perfil profissional do egresso deste ensino, portanto, serão as competências presentes em um itinerário formativo que deverão ser desenvolvidas no educando, como as bases e o norte para realizar a Educação profissional.

Esse decreto foi substituído pelo Decreto n. 5.154/2004, que por sua vez foi substituído pelo Decreto n. 8.268/2014, citado anteriormente. Atualmente a Educação profissional acontece tanto em instituições privadas com e sem fins lucrativos, quanto públicas – estaduais e federais.

Nas instituições públicas pode-se citar em nível Federal a existência dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs), Escolas Técnicas Federais, e as Escolas Agrotécnicas Federais. Também nesta instância foram criados programas para ampliar o acesso ao ensino profissional por parte da população, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e

Tecnológica (SISUTEC). Programas que são desenvolvidos por várias instituições que realizam a Educação profissional, como por exemplo, as do Sistema S.

O Governo optou, contrariamente ao projeto liberal, por reforçar a rede pública de ensino profissional através dos IFETs, articulado ao desenvolvimento regional e local. Além disso, o Governo Federal estabeleceu uma política de apoio institucional e material às escolas profissionais estaduais. (WINCLER; SANTAGRADA, 2011, p. 107).

Em nível estadual encontramos as Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo (ETEC's) e as s Faculdades de Tecnologia (FATEC's) que são instituições públicas de ensino superior do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

E como instituições privadas sem fins lucrativos encontramos as do Sistema S – SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAR, SECOOP, SEST, SENAT e SEBRAE¹⁵– que surgiram no Brasil a partir da década de 1940, em virtude do contexto social e econômico.

Este sistema S hoje é ocupado por profissionais provenientes das mais variadas áreas do conhecimento, no intuito de atender ao público de acordo com as demandas do mercado de trabalho.

O Senac foi criado em 1946, a partir de Decretos-leis n. 8.621 e n. 8.622 baixados pelo presidente Dutra, em que autorizou a:

Confederação Nacional do Comércio a instalar e a administrar, em todo país, escolas de aprendizagem comercial para trabalhadores menores entre 14 e 18 anos, bem como cursos de continuação e de especialização para comerciários adultos, e fazia determinações sobre aprendizagem dos comerciários, estabelecendo os deveres dos empregadores e dos trabalhadores. (MANFREDÍ, 2002, p. 185).

Essa regulamentação permitiu que as escolas técnicas se concretizassem:

[...] essencialmente, uma opção para os pobres, para aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho e não podiam aguardar uma formação profissional mais ampla e demorada em um curso superior, de graduação. (CORDÃO, 2002).

Dessa forma, a Educação profissional passou a ser considerada a melhor alternativa e encaminhamento para formação rápida de profissionais executores de tarefas cotidianas

¹⁵Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SECOOP), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas(SEBRAE).

dentro das organizações. Seu maior público era o/a adolescente, pois representava e ainda representa um espaço de acolhida, contribuindo para a perspectiva assistencialista que o/a acolhe para não fique na rua.

No entanto, ainda é possível perceber que “[...] a educação profissional havia se desvirtuado de seu sentido, na medida em que suas vagas haviam sido capturadas pelas classes não trabalhadoras, que as utilizavam como via de acesso à universidade pública.” (WINCKLER; SANTAGRADA, 2012, p. 101).

Isso nos faz perceber o quanto o Estado é mínimo para o social, pois não se investe em Políticas Públicas para a Juventude, mas sim em formações profissionais para que este já ingresse no mercado de trabalho, esteja submisso a ele e que muitas vezes configura a única alternativa para que as pessoas que compõem a classe que vive do trabalho entrem no mercado de trabalho como mão de obra, e ainda esse/a jovem é quem se torna o/a arrimo do lar.

Atualmente o Senac São Paulo, entende que:

Educar é uma ação intencional e política. Possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de competências, fundamentado em conhecimentos científicos e tecnológicos, aprendendo a conhecer, viver, conviver, agir e transformar sua vida e sua prática social, e a participar da sua comunidade. Uma educação participativa e de qualidade deverá ser capaz de gerar ferramentas para que as pessoas possam:

- ampliar a visão crítica de mundo;
- participar da vida pública;
- defender seus direitos e ampliá-los;
- inserir-se e permanecer no mundo do trabalho, com desempenho de qualidade e de empreendedorismo;
- assumir responsabilidades- assumir responsabilidade social, com desempenho ético, de preservação do meio ambiente e de atenção à saúde individual e coletiva. (SENAC SÃO PAULO, 2005, p. 5).

O ensino profissional técnico do Senac se destina a atender pessoas acima dos 14 anos, materializando o Decreto n.8.268/2014, portanto, seu público alvo é composto por adolescentes que estejam no ensino médio e já desejam iniciar os estudos técnicos, a pessoas que concluíram o ensino médio e a pessoas que desejam ou necessitam realizar um aperfeiçoamento, uma especialização e/ou uma atualização de seus conhecimentos teóricos e práticos.

Além disso, o Senac é uma das instituições que oferece o Programa Aprendizagem, destinado a pessoas de 14 a 24 anos, em que o/a jovem ingressa no mercado de trabalho na condição de aprendiz e concomitante a prática realiza a reflexão teórica da vivência

profissional, que em geral, é sempre a primeira experiência na condição de trabalhador assalariado.

Atualmente o Senac conta com 60 unidades distribuídas no estado de São Paulo, um Centro Universitário e dois Hotéis Escola, tendo a missão de "[...] proporcionar o desenvolvimento de pessoas, por meio de ações educacionais que estimulem o exercício da cidadania e a atuação profissional transformadora e empreendedora, de forma a contribuir para o bem-estar da sociedade." (SENAC SÃO PAULO, 2016b).

É um espaço educacional que também vivencia as contradições societárias, por isso tenta a partir da criticidade de seus educadores romper com concepções e práticas escolares dualistas, que foram vivenciadas a partir dos anos 1940, em que por um lado acontecia a formação acadêmico-generalista, em que os alunos adquiriam conhecimentos que se ampliavam por meio dos estudos e, por outro lado, a Educação profissional, em que o aluno tinha informações para dominar seu ofício, sem ter aprofundamento teórico, científico e humanístico (MANFREDÍ, 2002, p. 102-103).

Por isso se trabalha com o/a estudante de cursos técnicos, livres, capacitações, o aprofundamento teórico, científico e humanístico (relacionado a valores), bem como leva reflexões aos mesmos para que desvelem o real vivido, a sociedade e as suas contradições.

Tais considerações levam-nos a ter muito mais cautela para afirmar que SENAI, SESI, SENAC e SESC constituem, hoje, simplesmente aparatos ideológicos a serviço do empresariado. São, como todos os outros sistemas educativos, palco de contradições, de tensões e de lutas internas, em que diferentes visões de mundo, de sociedade e de educação se defrontam. (MANFREDÍ, 2002, p. 188).

A partir da universalização da escola no século XX ela se torna um bem público que passa a ser reivindicado pela população e extrapola a sua significação de ser aparato do capital para o simples acesso ao mercado.

Esse é o principal paradigma a ser vencido pelo ensino técnico profissional. Pois, na escola regular influenciada pela cultura, somos condicionados a um determinado comportamento enquanto receptores do conteúdo a ser transmitido por um ser superior e iluminado que é o professor e se busca o ensino técnico apenas para o saber fazer e o ingresso rápido ao mercado de trabalho.

No entanto, o próprio ensino profissional técnico percebeu que isso não responde as necessidades humanas e sociais e não vem mais buscando responder os anseios do capital,

mas do ser social. Vem atuando a partir da materialização dos quatro pilares da Educação, que de acordo com Delors et al. (1996, p. 90):

[...] ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.

No entanto, isso se configura em um duplo e dialético desafio, tanto para os educadores, quanto para os educandos.

Em primeiro, os atuais educadores foram formados pela cultura que se busca romper, somos frutos do século XX, atuando no século XXI, e vivenciamos as profundas mudanças da sociedade: tecnológica, científica, nas áreas da informação e da ciência, e que transformaram os valores e os costumes.

Em segundo, aos educandos não foi permitido o pensar, o refletir, o questionar e o escolher. Por isso, quando a escola propõe a eles uma Educação baseada em metodologias ativas, que visam tornar o processo educativo significativo, trazendo reflexão e a proposta da participação popular em olhar a realidade pelo viés crítico, isso é assustador e a primeira reação do estudante é a repulsa por essa novidade, pois ele foi induzido a reprodução do sistema sem criticidade em todo o processo educativo desde o ensino infantil, quando não desde os espaços sociais que também educam.

Além disso, vivencia-se outro desafio que se refere a pessoa que busca o ensino profissional técnico influenciado pela ideologia dominante propagada pela mídia em que:

[...] salienta à exaustão a necessidade dos indivíduos consumirem um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional. O que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles, a “culpa” pelo fracasso na sua inserção profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de “culpabilizar” as vítimas. (ALVES, 2007, p. 253).

O ser social se culpa pela sua determinada inserção ou não inserção profissional e por mais que a Educação seja um direito social cabe a cada um financiar sua qualificação profissional e isso segundo Maria Rita Oliveira (2000), que na verdade tem fundo político e econômico, é obscurecido pela classe dominante, que também atribui a profissionalização o status social de cada pessoa na sociedade, influenciando a busca por determinadas profissões

que ao invés de desenvolver as potencialidades podem trazer maiores rendimentos financeiros ao final de cada atividade realizada.

As políticas educacionais e como são materializadas interferem na vida em sociedade, por isso o Senac desenvolve atualmente suas diretrizes a partir do entendimento que Educação para o trabalho profissional é uma dimensão da formação integral do ser humano e não apenas uma formação técnica e prática, com ausência de valores e formação ética.

Para essa formação o Senac atende as diretrizes nacionais e desenvolve a relação ensino-aprendizagem por meio da competência que é definida por esta instituição como a ação ou o fazer profissional observável, potencialmente criativo, que articula conhecimento, habilidades, valores e emoções, e permite o desenvolvimento contínuo.

A concretização dessa Educação vem contrapondo o entendimento e o senso comum que compreende que

[...] para a educação profissional busca-se, tão-somente, o desenvolvimento de competências que habilitem o aluno a ocupar um emprego e o capacite a uma aprendizagem contínua para a adequação da sua prática às mudanças na produção, tornando-se apenas um cidadão produtivo. (OLIVEIRA, R., 2000).

A oposição a este conceito vem se realizando a partir do ensino por meio de metodologias ativas de aprendizagem.

O SENAC São Paulo propõe-se a práticas pedagógicas inovadoras, que estimulam o aluno a construir o conhecimento e a desenvolver competências. Metodologias que são mais participativas, estruturadas na prática, baseadas em situações reais de trabalho, através de estudos de caso, pesquisas, solução de problemas, projetos e outras estratégias, especialmente algumas apoiadas em recursos da tecnologia educacional. Procura-se fortalecer a autonomia dos alunos na aprendizagem, desenvolvendo a capacidade crítica, a criatividade e a iniciativa. (SENAC SÃO PAULO, 2005).

Essa Educação comprometida com a formação integral é em primeira instância comprometida com a sociedade que se pretende realizar, por isso ela deve mobilizar os estudantes a se reconhecerem enquanto classe social, que possui interesses sociais e econômicos, bem como é vinculada a um projeto societário que se pretende implementar e em segunda instância precisa contribuir para a Emancipação política dos sujeitos sociais.

A escola precisa refletir com os estudantes o verdadeiro significado do trabalho, o recolocando como central e fundante do ser social e não apenas como força de trabalho a ser vendida para os detentores dos meios de produção.

Faz-se necessário compreender a sociedade de classes em que vivemos, que é tida como natural por muitos sujeitos, e não se entende a sua perspectiva histórica consolidada a partir do sistema capitalista que se apropria dos meios de produção e que impõe ao trabalhador a venda de sua força de trabalho.

É preciso dessa apropriação consciente da realidade para que o coletivo se organize enquanto coletivo para gestar o futuro, assumindo sua posição ética e política na luta de classes.

Toda revolução foi procedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados de homens antes refratários e unicamente preocupados em resolver dia a dia, hora a hora, o próprio problema econômico e político para si mesmo sem ligações de solidariedade com os outros que se encontravam nas mesmas condições. (SIMIONATTO, 2011, p. 36).

Esse processo de mudança de um sujeito apático para um sujeito ativo e presente na sociedade enquanto transformador da realidade pode acontecer por meio da materialização das metodologias ativas que o Senac vem desenvolvendo em seu cotidiano que tem como finalidade contribuir para a apreensão crítica da realidade, pois ela determina uma consciência que nem sempre pode estar imbuída de criticidade, de reflexão e de discernimento do real. Como afirma Nosella (1992, p. 72) “O senso comum também é um educador das massas, e por isso esse senso comum precisa ser elevado ao senso crítico.”.

A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. A mera vivência das pessoas sobre a(s) realidade(s) sociais determina um tipo de consciência, mas esta última pode se desenvolver de diversas formas e níveis, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 98).

Essa consciência de acordo com a inserção e apreensão do real acontece por meio da adesão dos estudantes as atividades propostas pelas metodologias ativas, que possibilitam a “autonomia” a partir do despertar da curiosidade e necessidade em alterar sua realidade. Mediante a isso, os educandos podem deixar a passividade de lado e aprender e ensinar em uma relação dialética com a comunidade e com a escola. Esse processo envolve sentimentos e apropriação da pesquisa e das propostas de transformação da realidade, pois há o empoderamento do estudante enquanto sujeito sócio-histórico.

Assim, aprendizagem ativa ocorre quando o aluno interage com o assunto em estudo – ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando – sendo estimulado a construir o conhecimento ao invés de recebê-lo de forma passiva do professor. Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento. (BARBOSA; MOURA, 2013, p. 55).

Essa é outra mudança significativa, pois o professor deixa de ser o detentor do saber, para junto com o coletivo de estudantes aprender e ensinar, tendo a função de facilitar/mediar a aprendizagem e não de depositar suas verdades sobre os sujeitos. Essa é uma Educação que se propõe estar baseada no respeito e na ética.

Podemos entender que as Metodologias Ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos. (BERBEL, 2011, p. 29).

As metodologias ativas no Senac acontecem hoje majoritariamente por meio da Metodologia de Projetos, que está preconizada no Modelo Nacional Pedagógico do Senac, que uniformiza que todo o ensino que acontecer no Senac será o mesmo em todas as unidades do país, ou seja, terá os mesmos preceitos, princípios, normas e planos de curso. Neste sentido os estudantes são instigados a olhar criticamente sua realidade e por meio de pesquisas ler a mesma por uma ótica crítica e propor alternativas que possam solucionar ou indicar possibilidades para a situação observada.

No entanto:

Quem procura uma escola técnica procura conhecimentos, habilidades, valores que o conduzam a um exercício profissional competente, em condições de arrumar um emprego novo ou de melhorar seu desempenho profissional no emprego atual, desenvolvendo suas atividades profissionais com eficiência e eficácia. Precisa, para tanto, ter condições de responder aos desafios profissionais, que lhe são apresentados sempre como novos, de maneira original e criativa, o que pressupõe, por parte da escola, um projeto pedagógico necessariamente participativo. (CORDÃO, 2002).

Esse se configura em um novo desafio, pois de fato uma pessoa procura o ensino técnico para galgar sua condição social e econômica, no entanto, faz essa busca a partir do referencial do ensino tradicional, em que as aulas serão repletas de conteúdos brilhantemente desenvolvidos por um docente, detentor de todas as verdades que irá depositar em seus alunos, todo o conhecimento necessário para o desempenho de uma profissão; esses

conteúdos por sua vez serão cobrados em uma prova, em que para ser aprovado é necessário decorar cada detalhe do que foi ensinado.

Em nenhum momento aqui é permitido a criticidade, a reflexão e o aprendizado conjunto. O estudante vem de um modelo mental que a escola jamais irá lhe perguntar sua opinião, ou lhe dará “autonomia” para olhar a realidade e formular suas questões e respostas a partir de seu referencial.

O ensino técnico profissional que tem em seu projeto pedagógico a realização do ensino a partir do desenvolvimento de competências (conhecimento, habilidade e atitude) por meio de projetos, precisa assumir a postura socrática, para provocar em seus estudantes a curiosidade e por meio de questionamentos e não de respostas, levá-los a emergência de novas ideias – maiêutica – nascimento de opiniões, de argumentos, de pensamentos, a partir de sua realidade, que desperte para o protagonismo social.

É necessário considerar a totalidade da realidade, suas contradições e não olhar apenas aquilo que os olhos enxergam no imediatismo, mas ter a capacidade para ultrapassar e descobrir a essência de cada situação.

[...] a educação *no* e *para* o trabalho é um processo complexo de socialização e aculturação de jovens e adultos nos espaços de trabalho, entrecruzando-se com as aprendizagens realizadas em outros espaços socioculturais: bairro, escola, família, sindicato, partido, movimentos sociais e políticos, além de diferentes momentos da vida de cada sujeito-trabalhador. Trata-se de processos de aprendizagem multifacetados, mediados por relações de historicidade entre sujeitos, contextos e tempos. As práticas educacionais intencionais, assim como a educação escolar, constituem, pois, uma dimensão específica desse complexo, intrincado e dialético processo de socialização e aprendizagem. (MANFREDÍ, 2002, p. 54, grifo do autor).

É indispensável desenvolver na escola profissional uma Educação que contemple as várias dimensões da sociedade e de acordo com Morin (2015) que atue não só por competências sócio profissionais, mas principalmente por competências existenciais de regeneração da cultura.

Iniciou-se no Senac um processo traduzido em uma oportunidade de idealizar e construir com os educadores a escola que queremos a partir da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Cada unidade do Estado de São Paulo até o final deste ano deverá ter construído e elaborado seu PPP, que elucidará: Qual a intencionalidade e direcionamento da Educação profissional desenvolvida pelo Senac? Queremos reformar ou transformar a realidade a partir das metodologias ativas? A qual projeto societário se vincula? Isso depende

da instituição, mas principalmente dos profissionais que estão junto aos estudantes diariamente, sendo importantes intelectuais na formação da cultura e da hegemonia.

Um importante espaço de representação discente acontece com a realização da reunião de representantes de classe, que é um momento específico para conhecer as reivindicações dos estudantes, suas necessidades e como espaço de construção e decisão conjunta entre educadores e educandos.

Neste cenário que contém contradições advindas da relação capital e trabalho, que origina a questão social, que os/as assistentes sociais estão atuando, na perspectiva de atender as funções estabelecidas pela instituição e ir além, tendo a intenção e a direção para buscar outra sociedade humana por meio de suas ações de suscitar a reflexão e mobilizar a comunidade escolar com quem atua.

3.3 Educação e Serviço Social

O intuito neste item é refletir como o trabalho profissional do/a assistente social está se concretizando no campo educacional, especificamente no ensino técnico-profissional, visto que é pelo trabalho que o ser humano se torna ser social e por meio da Educação se apropria de toda cultura construída historicamente.

O trabalho está presente também, de certa forma, no dinamismo da própria natureza. Uma planta ou um animal também trabalham na medida em que interagem com o meio, trocam informações, se mostram flexíveis e se adaptam tendo em vista à sobrevivência. No ser humano, porém, o trabalho se transforma em modo de ser consciente e assume o caráter de um projeto e de uma estratégia. (OLIVEIRA, J. J. A., 2004, p. 18).

Pretende-se entender quais são as especificidades, as características teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, e os instrumentais da atuação do/a assistente social no ensino técnico-profissional. O/a profissional materializa seu trabalho no enfrentamento das expressões da questão social,

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o assistente social exerce uma função eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (IAMAMOTO, 2013, p. 45).

Por meio desta identidade educativa e organizativa junto à classe trabalhadora, da qual fazemos parte, temos a premissa de incidir sobre as formas de ver e agir dos seres sociais, com quais atuamos, por isso nossa prática é condizente com a função dos intelectuais orgânicos que tem a capacidade de influenciar na cultura, na consolidação de determinada ideologia para levar a hegemonia.

Os intelectuais orgânicos, por serem vinculados àqueles que se organizam para construir uma nova civilização, buscam democratizar o poder, socializar os direitos, eliminar a barbárie, formando um novo “bloco cultural e social”, não temem universalizar a intelectualidade, pois, conscientes de seu papel de interação pedagógico-dialética com os subalternos, de formação crítica e econômico-cultural que eleve politicamente esses últimos, realizada coletivamente, devem levar à subsunção de si mesmos, enquanto intelectuais separados das classes subalternas para intelectuais-massa, pela superação das dicotomias entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, intelectual e massa.(SOUSA, 2014, p. 117).

Os/as assistentes sociais atuam por meio de uma relação pedagógica e dialética com as pessoas usuárias dos serviços, no intuito de despertar o senso crítico e a organização da massa em coletivo para a busca da transformação social, em que se supere as desigualdades e polaridades presentes nessa sociedade.

De acordo com Piana (2009) o Serviço Social em âmbito educacional surgiu em 1906, nos Estados Unidos e na Europa a partir da necessidade de vínculo entre a escola e seu entorno, para compreender os motivos da ausência das crianças na escola e da evasão e também entender a dificuldade de aprendizagem e não adaptação ao espaço escolar. Este trabalho era realizado por meio de visitas domiciliares, na busca de um ajustamento social das famílias e indivíduos a proposta do sistema educacional.

O objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço escolar. Na América Latina, o trabalho profissional na área escolar embora atendesse individualmente, buscava a relação da escola com a comunidade por meio da família dos alunos. (PIANA, 2009, p. 125).

No Brasil, o Serviço Social surgiu em 1936 e de acordo com a mesma autora o Serviço Social na Educação data de 1946, nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, em que a prática profissional deveria estar voltada para a “[...] identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações

que permitissem a adaptação dos escolares a seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar.” (PIANA, 2009, p. 125).

De acordo com Amaro (2012, p. 19) “Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social.”

Essa era uma resposta que estava de acordo com o período histórico da profissão, pois o Serviço Social surgiu como estratégia da classe dominante – burguesia e Estado para gerir tensões advindas da questão social que se agravava.

Estava inicialmente ligado a igreja católica, em que as expressões da questão social de acordo com Iamamoto (2013) era antes de econômica e política uma questão moral e religiosa, na qual Deus era o proveniente da justiça, amor e paz.

A profissão era destinada às moças, que semelhante às freiras, deveriam fazer caridade, ser virgem e ter bons costumes para realizar a tarefa de atender aos pobres e reajustá-los.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

O Serviço Social se legitima e se consolida enquanto profissão pelo Estado para responder aos interesses da burguesia atuando por meio de referenciais estrangeiros, de forma positivista, sempre no intuito de reajustar o trabalhador ao sistema vigente, atendendo o mínimo de suas reivindicações e contribuindo para o desenvolvimento e continuidade do capital.

Configurou-se como uma profissão do consenso, promovendo uma relação harmoniosa entre capital e trabalho, no intuito de contribuir para que os trabalhadores aceitassem como natural as suas condições de exploração e subalternidade.

Essa característica de persuasão da profissão era realizada pela dimensão educativa do Serviço Social, que ainda está presente na prática profissional, no entanto, hoje atua hegemonicamente pela teoria social crítica.

Essa postura conservadora perdurou até a década de 1960 quando a profissão começou a ter contato com referenciais críticos que instauraram na profissão o Movimento de Reconceituação de Serviço Social ou como denomina Paulo Netto (2015) o processo de

Intenção de Ruptura, que propõe romper com a suposta neutralidade histórica e o positivismo do Serviço social.

O movimento de Intenção de Ruptura afirma o compromisso da profissão com a classe trabalhadora o que indica a superação da prática assistencialista para uma prática na ótica dos direitos.

Neste momento a profissão tinha a necessidade de buscar suportes teóricos que de fato contribuíssem para a compreensão da realidade brasileira, superando o tradicionalismo teórico-metodológico que era baseado em referenciais americanos e europeus do Serviço Social.

A partir da Constituição Federal de 1988 é que a Assistência Social passou a ser um direito constitucional destinado a quem dela precisar, compondo o tripé da seguridade social: saúde – direito universal, previdência social – direito para quem contribuir e assistência social – direito para quem dela precisar.

De acordo com Iamamoto (2013), o Serviço Social tem suas origens no cerne do sistema capitalista, sendo uma profissão criada para interferir nas expressões da questão social, com o objetivo de manter a ordem social vigente e responder aos anseios do capital.

Esta postura de ser um profissional legitimador da ordem social, política e econômica vigente, que atuava pela perspectiva desenvolvimentista, contribuindo para que o aluno se tornasse cidadão produtivo e útil ao capital, persistiu até a década de 1970, quando a profissão ingressou no Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que nos levou a assumir um direcionamento crítico e reflexivo na busca da transformação social pela adesão e compromisso com a classe trabalhadora.

É a partir do movimento de Reconceituação que a categoria profissional assumiu uma posição voltada não mais a reprodução do sistema, mas sim, a criar estratégias para mobilizar as massas e classes trabalhadoras para a emersão de outras mentalidades humanas que almejem a transformação social. Por isso, “[...] torna-se necessário o encaminhamento de um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa.” (SIMIONATTO, 2011, p. 36).

Contrariando o sistema do capital e buscando a ruptura com a vinculação a esse sistema a qual a profissão esteve sempre ligada, a categoria realiza a gestação do projeto ético-político em que os/as assistentes sociais se reconhecem também como classe trabalhadora e se reposicionam hegemonicamente no tecido social enquanto categoria que

defende e luta pelos direitos humanos e sociais, se opondo a opressão, a exploração, a contradição capital e trabalho, ao preconceito, a dominação, a desigualdade, a violência, etc.

O projeto ético-político profissional defende um projeto societário de transformação desta sociedade. Este projeto por mais que seja hegemônico carrega consigo tensões que são características do sistema capitalista e que traz aos profissionais a necessidade de militância para a sua concretização.

Ele representa a ânsia pela conquista da hegemonia cultural a ser alcançada por meio da guerra de posição, que pretende criar consensos e rupturas com a ideologia dominante para ser possível outra sociedade. De acordo com Simionatto (2011, p. 46) o enfrentamento da categoria deve estar:

[...] em torno da conquista da hegemonia, a ser obtida no âmbito da sociedade civil. Esta estratégia denominada por Gramsci “guerra de posição”, encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder. A “guerra de posição” supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e participativo, implicando também unidade na diversidade, um movimento dialético e democrático. Da “guerra de movimento” a “guerra de posição”, ocorre uma mudança de qualidade, ou seja, é quando há predominância do consenso sobre as forças coercitivas.

Esse processo em busca da hegemonia que carrega consigo tensões e lutas é acompanhado pelo Código de Ética profissional que em 1986 representou um marco de ruptura ética e política com o conservadorismo histórico, defendido pelo projeto neoliberal do capital. Com isso de fato o Serviço Social assume sua posição a favor da classe trabalhadora, e repudia qualquer forma de opressão, exploração e preconceito, passando a defender a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes: autonomia, Emancipação e plena expansão dos direitos sociais.

A partir de 1993 com a atualização deste Código de Ética, sendo a quinta versão do Código, o compromisso da profissão passa a ser com princípios e valores que defendem a dignidade humana e a emersão de outra sociedade e não mais com a classe trabalhadora. Temos a defesa em favor desta classe que vive do trabalho, mas o compromisso é com os princípios e valores que são elencados nos onze princípios do Código de Ética, em que a Emancipação humana é a direcionalidade e busca constante da categoria profissional.

A partir de 1980 o Serviço Social assume novos desafios em sua prática profissional devido a todo o processo de reflexão crítica que se firmou desde os anos de 1960 e permite em relação a atuação na Educação descobrir,

[...] que a escola, funciona como um aparelho ideológico e, portanto, serve funcionalmente à reprodução social mediante a educação massificadora, tradicional e bancária que oferta. Em vista disso, parte-se à construção de práticas profissionais que não só sirvam à retroalimentação da política educacional como também a problematizem, enfocando nos aspectos econômicos, sócio-políticos e culturais e nas contradições entre a escola e a realidade social. (AMARO, 2012, p. 20).

Na Educação, assim como em outros espaços sócio ocupacionais, o trabalho profissional se alterou de acordo com o momento ético e político da sociedade, no qual a profissão esteve atuante e por meio do posicionamento hegemônico da categoria profissional.

Por meio da aproximação com referenciais da teoria social crítica, a leitura da realidade se alterou, assim como o posicionamento na contra mão da sociedade em favor da classe trabalhadora e o compromisso com os princípios e valores que hoje são enaltecidos em nosso Código de Ética.

O assistente social hoje busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, com uma flexibilidade das disciplinas, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades, por meio de interlocuções com outras áreas do saber (pluralismo), a indissociabilidade nas dimensões ensino, pesquisa e extensão e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. (PIANA, 2009, p.143).

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, investigativo e propositivo, em que por meio da categoria mediação e da perspectiva teórico-crítica se aproxima sucessivamente do real, para compreender as demandas que as mudanças societárias e o cotidiano solicitam ao/a profissional, para além daquelas já instituídas pelos espaços ocupacionais em que o/a assistente social está presente.

Estamos nos nossos ambientes ocupacionais, conquistando os espaços e propondo ações baseadas na realidade pesquisada a partir da análise de conjuntura que possibilita as intervenções e proposições com direcionamento ético-político.

Mais do que nunca o/a assistente social precisa ter ousadia em sua prática profissional que esteja comprometida com a transformação societária.

Assim o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas

potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade. (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

Na Educação, enquanto espaço ocupacional de trabalho do/a assistente social e a partir do caráter contraditório que ocupa enquanto política pública, se faz necessário a apropriação destas demandas do real que se abrem a profissão, para que estejamos firmemente posicionados em favor da função essencial de busca da transformação que a Educação carrega consigo, pois:

[...] a educação, como uma das dimensões da vida humana, precisa ser compreendida em seu sentido mais amplo, sendo um dos mais complexos processos constitutivos da vida social e como um instrumento que proporciona a elevação cultural das massas, possibilitando-lhes conhecer e dominar os mecanismos de reprodução global da formação socioeconômica passíveis de transformação. Como uma área estratégica de atuação do Estado, a política de educação, como as demais políticas sociais, é um espaço contraditório de lutas de classes e de correlação de forças pela disputa de diversos projetos sociais presentes em um determinado momento histórico. (CFESS, [2012b], p. 75).

Busca-se suprimir a atual ordem societária para juntos fazermos emergir outra, sem a exploração do homem pelo homem, em que o ser humano possa desenvolver suas potencialidades e encontrar-se com o gênero humano.

Convive-se na prática cotidiana com a contradição, pois, por mais que tenhamos assumido princípios e valores que fundamentam nossa busca pela liberdade, Emancipação, autonomia e defesa dos direitos, entre outros, continuamos respondendo as necessidades do capital, porém o que torna nossa profissão necessária é exatamente a reprodução desse sistema.

Entende-se que uma das principais demandas que tem se aberto ao Serviço Social atualmente é a inserção de assistentes sociais na Educação para gerir as expressões da questão social que são evidenciadas no espaço escolar, que

[...] estão diretamente vinculadas as mais diversas contradições societárias e históricas no âmbito da sociedade de classe e na atual forma de produção e reprodução da vida, gerando por sua vez modificação do perfil e das necessidades dos estudantes e da sociedade em geral. (CFESS, [2012b], p. 72).

Além disso, atualmente segundo Martins (2007) os/as assistentes sociais estão sendo chamados a contribuir com o acesso, permanência, e sucesso dos estudantes na Educação.

Este acesso não é condição suficiente por dois motivos. Primeiro, porque a educação escolar não é o elemento-chave para a formação da consciência revolucionária. A luta social é este elemento fundamental. É na luta social

que esta consciência, dependendo também, de determinadas condições, se forja de maneira muito mais rápida e clara. Segundo, porque todo o processo educativo está clivado no sentido de atender os interesses da reprodução do capital. Os próprios conteúdos do conhecimento sistematizado, que são fundamentais no sentido da formação de uma consciência revolucionária, já foram sistematizados e são organizados e tratados de modo a impedir, embora não de forma absoluta, uma compreensão efetivamente revolucionária de todo o processo histórico.

Este simples acesso contribuirá, no máximo, para uma formação de alto nível, mas conservadora. É o que se pode observar cotidianamente. (TONET, 2013d, p. 5-6).

O/a assistente social contribui para o acesso a esse direito social que é a Educação, no entanto, não é o acesso por si só que garantirá a transformação social, mas sim a luta social. Nosso papel é promover o acesso e mobilizar os sujeitos para o engajamento nas lutas sociais, que poderão dar subsídios a eles para a transformação social.

A permanência será possível a partir de outros determinantes sociais além da própria escola que influenciam na vida estudantil do ser social, de acordo com sua situação social, econômica, emocional, mas o/a profissional precisa se aproximar desta realidade vivenciada pelos estudantes no intuito de elaborar propostas que contribuam para a permanência do estudante ao seu direito que é a Educação. Neste sentido o/a assistente social deve realizar outras ações, como encaminhamentos as instituições da rede socioassistencial quando preciso e realizar as devidas orientações a eles, a família e a comunidade.

Quanto ao sucesso estudantil é preciso ter determinado cuidado, pois o significado de sucesso pode estar culturalmente relacionado a ideologia neoliberal, em que o sucesso é visto como felicidade e precisa ser buscado a qualquer custo pelas pessoas individualmente “esquecendo” os valores que preservam a dignidade humana. Então o sucesso precisa ser entendido como a apropriação da cultura pelo gênero humano e despertar da reflexão crítica, responsável por descortinar os olhos e demonstrar a necessidade de novas mentalidades humanas. Pois, “[...] é impossível pensar em um homem que não seja também filósofo, que não pense, precisamente porque o pensar é próprio do homem como tal.” (GRAMSCI, 2011, p. 411).

O sucesso deve estar relacionado ao desenvolvimento do ser social enquanto ser humano genérico que o mobilize em busca de suas potencialidades que poderão ser desenvolvidas na superação desta ordem social.

No ensino técnico-profissional considera-se que as expressões da questão social são todas as que podemos perceber nos demais *locus* profissionais do/a assistente social, que refletem as contradições societárias e seus desdobramentos, como:

[...] questões delicadas e de difícil solução, tais como uso de drogas; narcotráfico; gravidez precoce; trabalho infantil; condições socioeconômicas precárias dos/as alunos/as e suas famílias; as próprias mudanças no perfil dos/as alunos/as, que imprimiram novos valores no universo escolar; as diferentes manifestações de violência e as dificuldades referentes às relações sociais estabelecidas no ambiente institucional e seu entorno.

Da mesma forma, é demanda para o Serviço Social contribuir na luta pela efetivação da política de educação enquanto direito social, portanto luta por melhores condições de infraestrutura e de trabalho para os/as profissionais da educação. Por isso, o/a assistente social precisa estar inserido/a no âmbito da política de educação, conhecer seus meandros e intervir conjuntamente com os/as educadores/as. (CFESS, [2012b], p. 76).

A Educação técnico-profissional é um dos espaços que nós assistentes precisamos ocupar, de modo a materializar o que o Serviço Social preconiza como: o desvelar da realidade, a apropriação da consciência crítica e o despertar da classe trabalhadora, levando em consideração que este ensino historicamente propõe uma formação voltada para o mercado de trabalho, não considerando a essência humana, a potencialidade do ser, sendo esta uma das principais contradições que precisamos enfrentar, para defender.

Uma escola que dê a criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. [...] Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. [...] A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores apenas de um olhar infalível e de uma mão firme. (NOSELLA, 1992, p. 20).

A partir desta consideração entende-se a dimensão de realizar a Educação profissional também a partir dos quatro pilares da Educação que são elencados por Delors et al. (1996), ou seja, não apenas educar pelo saber conhecer e saber fazer, que se refere exclusivamente a força de trabalho, mas proporcionar neste ensino o conhecimento pelo saber ser e conviver, que são as dimensões responsáveis por inserir valores, emoções, e construção de um direcionamento social em coletivo.

É nesta Educação que o/a assistente social tem a tarefa de inserir, materializar os princípios éticos e contribuir para a essencial mudança de olhar para o estudante, a forma de relacionamento com o mesmo, e a inclusão dos afetos na Educação que mobilizam pensamentos e ações, ou seja, a esfera dos direitos é essencial e primordial, entretanto não exclui a necessidade de trabalhar esta dimensão relacionada aos sentimentos.

Esse é um momento de enfrentamento para a categoria profissional que amplia sua presença na Educação, o que nos leva a refletir e entender que o período que vivenciamos,

Trata-se, pois, de um momento de mudanças significativas, que requer não mais um profissional executor terminal de políticas sociais. É necessário ser um profissional qualificado na execução, gestão e formulação de políticas sociais públicas, com uma postura crítica e ao mesmo tempo, criativa e propositiva, ou seja, um profissional que possa responder com ações qualificadas que detectem tendências e possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas. (SARMENTO, 2000, p. 100).

Somos marcados pelo fazer profissional, é preciso repensá-lo e refazê-lo todos os dias, no intuito de construir caminhos para afirmação de outro horizonte societário alinhado a valores emancipatórios (CFESS, [2012b], p. 71), pois nossa história é fruto de nossas experiências e de nossa apropriação da cultura socialmente produzida, que influencia em nossos atendimentos, orientações e acompanhamentos dos sujeitos sociais.

Ressalta-se o quanto o/a profissional também se transforma ao lidar diariamente com as expressões da questão social, com os sujeitos e histórias de cada um, neste sentido faz-se uma analogia com os escritos de Oliveira (2004, p. 52) que cita:

[...] que se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela não faz simplesmente alguma coisa com o outro, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas de sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional.

Enquanto profissionais do ensino técnico atuamos com a classe trabalhadora, a qual defendemos e fazemos parte, por isso, precisamos mobilizá-la, para despertá-la na busca de outra sociedade, com valores que desenvolvam o ser humano em suas potencialidades. Temos como necessidade gestar práticas que possibilitem aos sujeitos autonomia e criticidade para ampliarem capacidades que busquem outra sociabilidade e outra cultura humana.

Entende-se que isto faz parte de mais um de nossos desafios, pois, a partir do momento que se tem consciência do trabalho e da finalidade do mesmo, pode-se criar meios para responder e efetivar direitos e materializar nosso projeto ético-político, a partir dos instrumentos que fazemos uso na prática profissional.

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade é

tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (GUERRA, 2000, p. 53).

No ensino técnico-profissional os instrumentais: linguagem, entrevistas, visitas domiciliares, orientação, encaminhamento e acompanhamento estão direcionados a um determinado objetivo que é:

[...] mediar demandas ligadas às expressões da questão social, de modo interdisciplinar com toda a comunidade escolar e considerando fatores como vivência social e familiar, cultura e territorialidade, entre outras particularidades dos/as educandos/as, somando esforços aos/às educadores/as no desafio cotidiano[...]. (CFESS, [2012], p. 67).

Para atuar de forma interdisciplinar junto com a comunidade escolar, os alunos e a família, precisa-se articular constantemente as dimensões investigativa e interventiva que compõem a identidade do/a assistente social, pois “[...] a prática investigativa é uma atitude necessária e básica do fazer profissional, tanto por seu papel destacado de indagação e questionamento permanente das ações desenvolvidas, como, principalmente, de construção da realidade.” (SARMENTO, 2000, p. 107).

Por meio do conhecimento e do olhar ampliado sobre o real e os direitos sociais é possível intervir nas expressões da questão social vivenciada pelos/as estudantes. Além dessas dimensões da profissão que são comuns a todo espaço sócio ocupacional, destaca-se aqui algumas das especificidades do Serviço Social no ensino técnico-profissional, que se caracteriza pela necessidade do constante relacionamento e articulação com a rede (Educação, saúde, assistência, lazer, esporte, cultura) municipal e intermunicipal.

Quando se fala em ensino profissional, se faz necessário analisar que o público e os sujeitos sociais que farão parte da escola têm como idade mínima 14 anos, mas não há idade máxima, e isso torna essa Educação diversificada e heterogênea, além de proporcionar uma ampliação no acesso a esse direito social.

Essa diversidade traz a necessidade de se conhecer as políticas sociais e os direitos voltados para tais públicos para garantir o acesso a eles.

De acordo com o documento do CFESS ([2012], p. 77), pode-se destacar na Educação, as competências do/a assistente social,

a) Desenvolver ações socioeducativas envolvendo, principalmente, famílias e funcionários/as das unidades educacionais, de maneira a desencadear um processo reflexivo que envolva a percepção objetiva de sua vida e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade.

- b) Mobilizar a participação efetiva das famílias nas instâncias de poder decisório existentes na escola e no acompanhamento do processo educativo dos/as alunos/as.
- c) Elaborar o perfil socioeconômico e cultural das famílias e alunos/as, contribuindo para subsidiar o projeto pedagógico da escola.
- d) Promover a articulação com o Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e Ministério Público para efetivar ação conjunta no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e abrigados/as, de maneira a cumprirem medidas educativas visando à permanência na escola.
- e) Promover a articulação dos projetos sociais que têm como condicionalidade a frequência escolar e são de iniciativa de outras políticas sociais, tais como Bolsa Família e programas de transferência de renda.
- f) Elaborar programas e projetos em parceria com equipe interdisciplinar de outras áreas sociais que visem prevenir a violência doméstica, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e infecto-contagiosas e demais questões pertinentes à saúde pública, entre outras.
- g) Efetuar pesquisas sobre as demandas existentes na comunidade escolar, subsidiando a política de atendimento à criança e ao/à adolescente no município, tanto no que tange à educação quanto a outras políticas sociais, e realizando contato com os conselhos municipais setoriais.

Além disso, de acordo com Amaro (2012) em ambiente escolar o/a assistente social vem sendo chamado a atuar na formulação, avaliação, revisão e execução do PPP da escola, visando garantir que os direitos sociais do/a educando/a estejam contemplados e em consonância com as normativas que defendem a dignidade e integridade da pessoa – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto da Igualdade racial, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Estatuto do Idoso, etc. –, concretizando a escola como espaço de proteção e não de violência.

Todas essas competências precisam estar solidificadas nos conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, e estar visível à comunidade escolar, para podermos unir forças com outras categorias profissionais que compartilhem do mesmo objetivo e direcionamento social que o Serviço Social, para empoderar os sujeitos sociais como capazes pela transformação social e curso da história. Ou seja, junto a este coletivo precisamos criar caminhos que “[...] propiciem à escola condição para exercer sua função principal: preparar a nova geração para a vida em sociedade e para a formação de cidadãos/ãs críticos/as que se percebam como sujeitos transformadores da história.” (CFESS, [2012], p. 77).

A ação do/a assistente social na Educação é também educativa, e deve acontecer em todos os momentos da prática profissional. Enquanto categoria profissional que possui um direcionamento ético e político de busca a superação desta ordem social, entende-se que nesta atual ordem não é possível o ser social desenvolver suas potencialidades e alcançar a Emancipação humana.

Como afirma Tonet (2013d, p. 9-11) é possível nos espaços onde estamos inseridos realizar atividades educativas de caráter emancipador, que são:

[...] todas aquelas que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe, hoje. Não basta, porém, o acesso, abstratamente pensado.

[...]

E, por fim, todo esse conjunto de atividades contribuirá para que as pessoas possam se engajar na luta pela construção dessa nova sociedade, participando tanto das lutas específicas da dimensão educativa quanto das lutas mais gerais.

Nosso trabalho profissional nas escolas precisa contribuir para que os sujeitos sociais tenham acesso à história socialmente construída, por meio das atividades educativas de caráter emancipador que devem acontecer em variados espaços de acordo com cada conjuntura como afirma Tonet (2013d, p. 12):

Bastante variados são os espaços para a realização destas atividades. Na sala de aula, em eventos dentro e fora do âmbito escolar, no laboratório, na pesquisa e na publicação, em atividades de extensão, em cursos e palestras, em grupos de estudo e pesquisa, na participação nas mais diversas lutas dentro e fora do espaço escolar, etc. Não existe receita para a sua realização porque cada situação é diferente da outra. Então, a criatividade, a iniciativa e a disposição, são elementos fundamentais.

Precisamos conhecer o contexto que fazemos parte, a comunidade de dentro e ao redor da escola, a realidade social, econômica e política do município para propor projetos e atividades de caráter emancipador que sejam significativas para a população atendida e para que o objetivo de mobilizar a classe trabalhadora seja atingido.

Toda ação precisa estar alicerçada nos princípios do Código de Ética do/a assistente social, tendo como premissa o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (CFESS, [2012a], p. 23).

Na Educação precisamos nos pautar sobre os onze princípios, mas com maior ênfase materializar principalmente:

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (CFESS, [2012a], p. 23-24).

O trabalho do/a assistente social no ensino técnico profissional deve estar voltado a facilitar, garantir e lutar pelo acesso aos direitos sociais e políticos dos/as estudantes e familiares.

O ambiente escolar é o espaço da diversidade e temos a tarefa de incentivar o respeito às diferenças, ter aversão aos preconceitos, e garantir a pluralidade entre os sujeitos sociais.

Além do trabalho voltado para a população atendida, é importante a atenção e abertura para auxiliar os demais educadores a compreender as expressões da questão social que vivenciamos nas escolas, bem como construir possibilidades e caminhos para lidar com as mesmas, para que a escola esteja voltada a um objetivo de tornar crítica à comunidade escolar e que seja gestada outra sociedade humana.

O/a assistente social por meio de seu trabalho pode contribuir enquanto intelectual orgânico no surgimento de nova cultura, para existir outra sociedade, desde que suas ações estejam em consonância com o projeto ético-político hegemônico na profissão, que tem como horizonte a Emancipação humana.

Este é um trabalho de resistência e de luta constante que se faz e se refaz o tempo todo, sempre pautado em princípios e valores que são enaltecidos pela categoria profissional como elementares para alcançar aquilo que nos propomos. O trabalho profissional do/a assistente social no ensino técnico profissional é repleto de desafios, assim como em outros espaços,

[...] deve ser vivenciado de modo pleno, consciente e comprometido (política e eticamente), para que a ação profissional apresente-se como uma possibilidade, não de alienação, mas de construção de valores que deem sentido ético e político à história profissional. (MAGALHÃES, 2003, p. 69).

A prática alicerçada no Código de Ética possui três eixos fundamentais para nortear o trabalho, de acordo com o documento do CFESS [2012b], que se caracterizam por gestar ações que ampliem o acesso e a permanência ao direito da Educação, sendo eles: (1) fomentar a participação da comunidade escolar nas decisões, na elaboração do projeto pedagógico,

entre outros, (2) atuar por meio da dimensão socioeducativa que possibilita o processo reflexivo dos sujeitos sociais, (3) e promover a intersetorialidade para gerar a rede de proteção aos alunos e familiares.

O trabalho profissional desenvolvido na Educação, que é um espaço propício para construção de nova cultura, de coletividade, de interdisciplinaridade e que por isso pode contribuir para suscitar a mudança social pela mobilização dos sujeitos sociais, tem a possibilidade de ser realizado em conjunto com demais educadores. Além disso, precisa-se buscar nesse espaço pares que compartilhem do mesmo projeto de profissão e de sociedade que o Serviço Social.

No ensino técnico-profissional é necessário demonstrar aos demais profissionais as competências e atribuições do/a assistente social, como uma estratégia para romper a identidade atribuída do Serviço Social, que projeta no ideário de outras profissões a figura de assistencialismo, de salvador/a da pátria e de reprodução do sistema.

[...] a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda sociedade. (MARTINELLI, 2005, p. 123-124).

Para que seja possível desenvolver atividades educativas de caráter emancipador é preciso que o/a profissional tenha clareza da realidade e da condição sócio-histórica que se encontra naquele determinado espaço sócio ocupacional, para que possa gestar projetos que tragam em seu bojo a diversidade que atendemos no ensino técnico-profissional e que proponha ações socioeducativas que contemplem e provoquem a reflexão dos estudantes e comunidade escolar no curto tempo¹⁶ em que permanecem na instituição.

Outros desafios presentes na prática profissional neste lócus é conseguir trabalhar valores, com pessoas que vem para o ensino-técnico já esperando por uma Educação bancária,

¹⁶Pensando no contexto social e histórico da realidade, considera-se como curto tempo à permanência dos/as estudantes no ensino técnico, tendo como parâmetro o tempo que uma pessoa permanece no ensino regular, fundamental e médio. Na formação técnica, uma pessoa fica inserida por no máximo dois anos na instituição, e se formos pensar, que mudanças significativas, com apropriação da cultura, conhecimento crítico do real, requer um tempo de reflexão, de diálogo, este período precisa ser aproveitado ao máximo para desenvolver as atividades educativas de caráter emancipador que propiciem a busca pela transformação social.

unilateral, positivista, focada no saber fazer, e conseguir construir vínculos com estudantes e familiares em pouco tempo de estudo na escola técnica.

Essencial é a dimensão propositiva e interventiva do/a assistente social, para que se possa propor práticas que suscitem reflexões e mudanças significativas na sociedade, que respondam a nossa análise de conjuntura. Compreende-se que:

[...] o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.(CFESS, [2012],p. 38).

Na atuação do/a assistente social do Senac São Paulo, essas relações coletivas estão sendo estabelecidas gradativamente a partir de ações com as diversas esferas públicas e privadas que também participam da escola, a partir da realidade vivenciada por cada instituição do Senac, e da relativa autonomia do/a profissional que está à frente deste trabalho.

O Serviço Social pelas suas competências e atribuições, sendo uma profissão liberal possui uma autonomia quanto as suas prerrogativas privativas, no entanto, essa autonomia é sempre relativa, devido à vinculação laborativa às instituições em que o/a assistente social exerce suas atividades e devido aos limites do próprio tecido social em que estamos inseridos e que não nos permitem a autonomia de fato.

Enquanto categoria profissional, estamos em um processo de adensamento teórico, prático e político do Serviço Social na Educação, com consonância com o projeto ético-político e percebe-se um aumento considerável de profissionais nas escolas, diante desse fato se fez necessário a articulação da categoria para refletir e sistematizar esse trabalho profissional.

No 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS em 2001, pela primeira vez a categoria realizou proposições de âmbito nacional. Neste mesmo ano, foi constituído um “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” pelo CFESS, que construiu uma brochura intitulada “Serviço Social na Educação”. (CFESS, 2011, p. 5).

O conjunto CFESS-CRESS, também firmou um grupo de trabalho, intitulado GT da Educação, constituído por representantes das diversas seccionais do CRESS do Brasil, que

começou a se reunir e a trabalhar ativamente nesta questão da sistematização da prática, em 2008.

Perante isso, dois documentos foram elaborados e subsidiam a atuação profissional nos ambientes escolares: o primeiro divulgado em 2011 que orienta o debate do Serviço Social na Educação “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação” e na gestão de 2011 – 2014; foi divulgado o segundo documento, que disponibilizou à categoria “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, sendo o documento mais completo e reflexivo em relação ao tema.

Além disso, existe um Projeto de lei n. 3.688 (ELIAS, 2000), conhecido como PL Educação, que tem como objetivo ter presença efetiva de assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica Nacional. Este projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 07 de julho de 2015. Após esta data foi encaminhado ao Plenário da Câmara para ser votado pelos/as parlamentares e se aprovado segue para sanção presidencial.

No entanto, de julho de 2015 até março deste ano está sendo apresentado e ainda não houve mais progressos em relação ao PL Educação e agora com o atual momento político, econômico e social que se encontra o país, talvez ele continue ainda sem andamento.

Enfim:

[...] pensar a inserção dos assistentes sociais na área de educação nos coloca o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e de permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital. (CFESS, 2011, p. 25).

Nossa responsabilidade e nosso desafio são constantes e se faz necessário construir caminhos para romper com a coerção ideológica da qual a escola é também aparato para podermos instaurar outras mentalidades e se pensar em outra sociedade. É preciso que os estudantes se empoderem enquanto sujeitos de transformação, portanto, responsáveis pela historicidade humana.

4 EDUCAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: como o Serviço Social inserido na formação e Educação técnica-profissional pode contribuir para a busca da Emancipação humana

“Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.” (GERALDO VANDRÉ).

O título deste item é o questionamento que permeia toda a pesquisa com o anseio de refletir o trabalho profissional do/a assistente social desenvolvido no ensino técnico profissional a partir da direcionalidade hegemônica da profissão para a Emancipação humana. Buscou-se entender quais as atividades específicas do/a assistente social neste lócus ocupacional, especificamente no Senac São Paulo. Essa instituição é historicamente marcada por uma Educação para o mercado de trabalho, e que há poucos anos tem assumido uma postura diferente ao educar¹⁷. Além disso, procurou-se analisar se o Serviço Social na Educação tem respondido aos anseios capitalistas ou se tem em seu bojo a crítica e a mobilização das pessoas para a autonomia e a Emancipação humana.

Sistematizou-se neste item reflexões realizadas ao longo da pesquisa bibliográfica e de campo, que trouxeram as categorias para análise dos dados empíricos da realidade que serão elucidadas neste item.

A pesquisa de campo foi realizada com três assistentes sociais, sendo um/a profissional/sujeito de cada GO do Senac São Paulo. Os nomes que escolhemos para nossos sujeitos são: Aparecida - GO1; Maria - GO2; Ana - GO3.

Elencou-se como categorias para a análise: o Serviço Social, a Educação, a Emancipação política e humana, que foram os grandes temas trabalhados ao longo da Dissertação, e dentro da categoria Serviço Social novas categorias se destacaram, a Identidade atribuída, o Projeto ético político e a Interdisciplinaridade, que foram temas recorrentes nas falas dos sujeitos da pesquisa de campo e, por isso, entendeu-se como necessários para esta análise, tendo em vista alcançar o objetivo desta pesquisa.

¹⁷Essa postura diferente é caracterizada pela mudança de entendimento sobre a função da Educação no ensino técnico. Até o ano de 2012, a Educação presente neste espaço era voltada para o saber fazer, com foco em formar mão de obra técnica para o mercado de trabalho. A partir do contato com compreensões críticas sobre a Educação concretizadas por meio de Metodologias ativas de aprendizagem, o Senac voltou seus esforços para realizar um ensino que além do saber fazer, pudesse ensinar o saber ser e conviver, ou seja, inseriu na Educação técnica os valores e a convivência, entendendo que a função do ensino deve formar para a vida, para a cidadania, de forma crítica, consciente, em que o/a estudante se reconheça como sujeito de sua história e da história da humanidade. Isso é recente na instituição e ainda há muito caminhar, mas o primeiro passo para voltar a Educação para seu significado de formação humana está dado.

Por uma questão de organização e desenvolvimento lógico deste item, abordou-se os temas na seguinte ordem: Educação, Emancipação política e humana, Serviço Social, Interdisciplinaridade, Identidade atribuída e Projeto ético-político.

Vamos iniciar esta análise refletindo a categoria Educação. De acordo com o documento produzido pelo CFESS ([2012]) a Educação pode ser um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades e capacidades do ser social, o que direciona a Educação como instrumento para a Emancipação humana.

A partir do texto percorrido nesta dissertação a Educação enquanto política pública, que acontece nos ambientes escolares, ou seja, nas instituições públicas e/ou privadas, tem a possibilidade de desenvolver ações e/ou atividades de caráter emancipador que tenham como base a emergência de outras mentalidades humanas e a luta pela transformação social, a partir da qual a Emancipação humana será possível, se a sociedade gestada, preconizar a liberdade, a autonomia e o desenvolvimento das capacidades do ser humano genérico, portanto, com a inexistência da exploração do homem pelo homem.

Entende-se a partir do referencial teórico estudado que a Educação enquanto formação humana é um meio para o desenvolvimento e apropriação histórica do ser genérico, ela possibilita o alcance da consciência crítica e se concretiza por meio da atividade coletiva, em que as pessoas ensinam e são educadas em uma relação dialética.

Para APARECIDA a Educação é:

[...] um instrumento de potencializar as habilidades e até mesmo, a visão dos indivíduos de seus direitos, da visão de mundo, enfim, de todas as questões que ele possa passar pela vida dele. Eu acredito que seja isso, a educação é a questão da formação dos indivíduos, de todas as fases da vida dele, desde quando é bebê, da educação de dentro de casa, até quando ele vai para um ambiente escolar, um ambiente que seja acadêmico. Ele vai se educando e trocando as experiências com as outras pessoas. Então eu acredito que educação não se faz sozinha, ela se faz sempre em conjunto e numa dupla mão, você tanto passa quanto você aprende, seja pela vivência, experiência, teoria, enfim.

Ela considera aquilo que Gramsci e Freire afirmam sobre a Educação, que enquanto esfera formativa do ser humano está presente em todos os espaços de inserção do ser social, pela construção de sua identidade junto ao coletivo que pertence, no entanto, como vimos no item dois desta dissertação, a Educação por essa essência de incidir na vida dos sujeitos, e principalmente contribuir para a hegemonia das ideias de uma cultura, foi apropriada pelo sistema econômico político e ideológico da contemporaneidade como uma política pública e

tem sido entendida não mais como formação do ser humano, e sim como um sistema restrito ao espaço chamado escola para aculturação da classe trabalhadora, como meio de ditar as regras desta sociabilidade.

Essa perspectiva é possível identificar nas falas de nossos sujeitos ANA e MARIA, que entendem a Educação enquanto ensino:

Eu acho que é toda forma de ensino, o Senac é instituição de educação, que qualifica a pessoa para o mercado, para o trabalho, uma área específica, entendo Educação assim. Entendo educação como um todo, não só na escola, a educação já vem de casa. Desde quando a gente nasce o ser humano já está pronto para aprender. A educação vem de casa, mas a escola é que encaminha para uma área e estudo específico. MARIA

Por mais que demonstre a amplitude da Educação, considerando que também acontece na família, MARIA a restringe ao ensino/aprendizado e não a apropriação do gênero humano do que foi construído historicamente pelo ser humano, pode-se inferir que traz a Educação como algo que se deve aprender em uma relação vertical e não como algo em que o ser social deve participar da construção.

Para ANA:

Educação é muito ampla. É um progresso, o que vemos no Senac são pessoas que vem para o ensino técnico, e que algumas ficaram muito tempo fora da sala de aula, ou que tiveram um ensino médio e fundamental que não deram a base para ela chegar aqui. Então, a gente vê que há uma defasagem que acaba refletindo aqui quando chegam no Senac. Eu vejo a Educação como degraus que você tem que subir e passar, degrau por degrau, até subir aonde você quer. E o que me deixa triste é que esses degraus acabam sendo pulados, tem muitas lacunas que a gente só consegue enxergar quando chega aqui (Senac), alunos que não conseguem fazer regra de três, alunos que não sabem ler, analfabetos funcionais, enfim.

Ana também considera a Educação como atividade ampla, que acontece em variados espaços e momentos. Ela a entende como meio de conquista de objetivos, porém quais são esses e quais as possibilidades para a conquista desses objetivos, houve de fato escolha em relação à Educação por parte dos/as estudantes da classe trabalhadora, pensando que essas pessoas são regidas por um determinado sistema econômico que faz imposições e confere os caminhos a seres seguidos pelo ser social.

Relacionado a essa questão de conquista de objetivos pela Educação ressaltada por Ana, questiona-se quais são as possibilidades que o ensino formal ou Educação básica vem oferecendo aos estudantes para que tenham e busquem seus objetivos, se é que essa Educação vem fortalecendo os interesses do capital, ou se estimulam o ser social a descobrir a essência

de si mesmo e suas intenções na sociedade. Além disso, pode-se requerer uma formação que não foi proporcionada aos estudantes, quando a escola que deveria ser um espaço de construção de valores, de ideais, de sabedoria, de diversão, é na verdade, espaço de aversão para as crianças e jovens? Faz-se necessário pensar que enquanto profissionais na Educação, um de nossos principais papéis é adentrar esta realidade de vivência dos alunos e buscar compreender quais puderam ser as escolhas destes jovens, quais as oportunidades que tiveram e como reagiram a negligência de direitos a qual foram submetidos à vida toda. Essa é uma questão a ser conhecida para efetivar a Educação que queremos.

Essas dificuldades enfrentadas na escola, que são elencadas por Ana como, por exemplo, o analfabetismo funcional¹⁸, faz parte de uma realidade vivenciada há muitos anos pelas instituições escolares e se configuram como desafios para a perspectiva crítica da Educação, que busca transformar o sistema vigente, que na contemporaneidade é responsável por universalizar o consenso, que cala e conforma o ser social a sua condição social e econômica, com sua situação de acesso a escola, ao mercado de trabalho e aos direitos sociais.

A Educação tem a função de aprender e ensinar uma nova lição junto aos educandos e comunidade, e parafraseando Vandr e, de fazer a hora e não de esperar acontecer.   o momento de fazer a hora para o respeito e a preserva o da vida humana, de lutar por outra cultura e por isso, não h a mais tempo para passividade.

Atualmente as UE's do Senac São Paulo, que historicamente se firmaram com o único propósito de forma o de mão de obra para o mercado de trabalho atendendo as demandas econômicas e políticas do Brasil, vem passando por um processo de mudança significativa deste parâmetro e entendendo que a Educa o pode fazer uma escolha, ou seguir essa imposi o instituída pelo ideário neoliberal vigente, ou realizar um processo educativo que busque romper as amarras que nos aprisionam no conservadorismo.

Dessa forma, há alguns poucos anos a institui o escolheu realizar uma Educa o crítica por meio das metodologias ativas de aprendizagem, que caracteriza uma nova forma em educar. A proposta que vem se concretizando   a Educa o por meio de projetos, que sugere o olhar crítico para a realidade e supõe o reconhecimento dos/as estudantes como responsáveis pela (re) constru o da história.

Esta se propõe a realizar uma forma o generalista, mas não para atender ao modelo de produ o toyotista, que solicita profissionais polivalentes, mas sim para proporcionar conhecimentos amplos para atua o do ser humano em sociedade.

¹⁸ Analfabeto funcional   aquele que consegue identificar letras e números, porém não consegue ter o entendimento de textos e sua devida compreensão.

[...] educação constitui um setor da prática social humana, cujo espaço e características só se definem em função do contexto global no qual estão inseridas. É importante ressaltar que essas medidas só adquirem significações se referidas à totalidade na qual foram produzidas, num determinado momento de seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2004, p.25).

A Educação precisa responder a seu contexto e isso significa uma possibilidade de ampliar as perspectivas dos/as estudantes e permitir o acesso a conhecimentos e a culturas que uma Educação tradicional não permitiria. O momento que vivemos retratado no primeiro item desta dissertação se assemelha ao trecho da música abaixo:

Um dia me disseram
 Que as nuvens não eram de algodão
 [...]
 A vida imita o vídeo
 Garotos inventam um novo inglês
 Vivendo num país sedento
 Um momento de embriaguez
 Somos quem podemos ser
 Sonhos que podemos ter
 [...]
 Sem querer eles me deram
 As chaves que abrem essa prisão
 [...]. (ENGENHEIROS DO HAWAII, 2005).

Que pela Educação nos lancemos a descobrir que as nuvens não são de algodão e que aceitemos o desafio de contar a comunidade escolar a realidade, que possamos permitir os desvendar dos olhos dos educandos e os nossos também, pois isso será nossa chave de abrir a prisão que estamos. Que entendamos que a vida vem imitando e reproduzindo um sistema que nos disseram que era o correto e que devíamos reproduzir. É preciso inventar novas formas de ser e estar em sociedade. O país e o mundo estão sedentos por novas relações, e hoje somos quem podemos ser, dentro destes muros que nos limitam, mas podemos sonhar a sociedade que queremos e trilhar os caminhos para conquistá-la. Esse é nosso posicionamento contra a corrente, que nos traz compromisso e responsabilidade de contribuir para esse processo.

A proposta do Senac em educar a partir da metodologia de projetos também pode ser considerada uma ação de resistência, de militância, que caracteriza uma guerra de posição, em que se busca conquistar o despertar da consciência crítica dos/as educandos e incide diretamente na cultura. No entanto, a efetivação disso depende do/a profissional atuante com a população, de sua insatisfação com o modelo atual econômico e de seu posicionamento ético-político que o/a faça materializar princípios que revele a defesa da contra hegemonia, assim

como os/as profissionais de Serviço Social, que possuem hegemonicamente uma direção social, mas nem todos materializam os princípios de nosso projeto ético político e CE.

Por todas estas características refletidas anteriormente é que a Educação está relacionada à Emancipação, tanto política quanto humana. Essa ligação é percebida pelos sujeitos da pesquisa, em que, de acordo com ANA a Educação “*É uma forma de você se emancipar*”, para MARIA, Emancipação e Educação caminham juntas, segundo ela “[...] *quando você estuda e busca um conhecimento eu acho que você está se emancipando. Quanto mais você se conhece, conhece seus direitos, mais você pode não ser enganado [...] Saber votar direito, conhecer melhor os nossos direitos.*”

Para APARECIDA:

[...] a Educação é uma ferramenta de informação e de formação dos individuo é um caminho para uma emancipação. Como ela é uma educação feita na sociedade capitalista, ele sempre vai estar voltada para o interesse do capital, mas eu acredito que você consiga fazer a mediação dessas informações em prol de que essas pessoas possam se emancipar em apenas algumas áreas da vida delas. Não que vai ser uma emancipação total, mas de algumas áreas.

É perceptível que a dimensão da Educação para nossos sujeitos existe enquanto possibilidade de Emancipação, sendo que na sociedade capitalista a possibilidade é que seja uma Emancipação em relação aos direitos sociais e políticos, ou seja, a Emancipação política como elucidado no primeiro item desta pesquisa.

Para ANA, a Emancipação financeira contribui para uma libertação,

Quando você tem uma emancipação financeira, você se liberta de qualquer coisa, você pode se libertar de uma família opressora, de um marido agressivo, enfim, eu já lidei com vários casos aqui dentro do Senac.

No entanto, não é a condição socioeconômica capaz de promover essa libertação, antes outros fatores são essenciais, como o reconhecimento do/a estudante enquanto ser social, o acesso a condição humano genérica e a garantia da dignidade humana. A Emancipação política tem essa importância ressaltada por ANA, sendo um estágio para as mudanças significativas na vida dos sujeitos, mas sempre dentro dos limites desta sociedade.

O acesso a Educação nesta sociabilidade, que é um dos direitos a serem alcançados na Emancipação política, se torna para o sujeito social um meio de sobrevivência e de esperança para uma mudança de vida, como diz ANA a partir das falas dos sujeitos atendidos no Senac:

“Eu estou aqui porque eu quero me separar”, “Estou aqui porque meu pai é alcoólatra”, “Eu preciso ter esse curso para ter a minha vida”, “Não posso sair de casa hoje porque eu não tenho um emprego, não tenho um estudo.”

Quando esta pessoa chega a um ambiente escolar, as possibilidades precisam ser ampliadas, mostrando a ela que além da mudança de vida individual que foi buscar, existe a necessidade da mudança social, que é coletiva, a ser realizada em conjunto com os demais atores sociais e que ela possui responsabilidade sobre si e sobre os outros na construção da história.

Além disso, é necessário refletir que não se pode atribuir a escola uma possibilidade de total transformação da sociedade, porque isso depende das condições do real e de outras variáveis, como a organização da classe trabalhadora, a mobilização popular e a direção social e política que a escola defende. Não é a Educação a responsável por realizar transformações significativas na vida dos sujeitos por si só, ela é um importante instrumento para a construção do caminho para a Emancipação humana.

É preciso desvelar o real aos nossos sujeitos, evidenciando que as situações vivenciadas em suas particularidades são as expressões da questão social, que possuem origem nas contradições do sistema capitalista, e por isso, não podem ser tratadas como anormalidades e problemas individuais, como afirma o sistema ideológico dominante, mas sim como especificidades da própria realidade. Por isso, as respostas às particularidades precisam estar conectadas com a totalidade e com os limites da sociedade capitalista, buscando a superação deste.

Pesando-se na contribuição da Educação para a conquista da Emancipação política e humana, e na distinção entre ambas, temos os seguintes entendimentos pelos nossos sujeitos sobre a Emancipação. Para MARIA a Emancipação acontece quando

O ser humano [...] consegue ser autônomo, não só no trabalho, conhecer direitos e deveres. Não só ser autônomo, que passa pela sobrevivência, de se manter, mas aquele que tem acesso à garantia de direitos.

Nesta mesma perspectiva, ANA afirma que Emancipação é:

[...] uma forma também de liberdade, de trilhar o seu rumo, e fazer pelos seus próprios meios. Mas, para isso você precisa de algumas coisas, uma delas é a educação. [...] é ensinar a pescar, é isso o que a gente faz, ensina a pescar, quando joga a pessoa no mercado de trabalho, aí ela recebe os frutos do esforço que ela teve aqui dentro. [...] isso é uma forma de emancipação, o trabalho que a gente desenvolve aqui no Senac.

Estas falas representam o entendimento da Emancipação enquanto Emancipação política, que consiste de acordo com nosso estudo teórico, no acesso aos direitos sociais, à liberdade, aos espaços sociais, no entanto, são inserções e conquistas dentro do capital e dos seus limites. Como ressaltamos é uma conquista e uma etapa necessária, pois ela configura o que é possível nesta sociedade, mas há um horizonte que precisa ser alcançado, que está para além dos muros dessa sociabilidade, que é um entendimento presente na fala de APARECIDA, também sujeito de nossa pesquisa:

[...] é difícil falar de emancipação humana, nessa sociedade capitalista. Mas, eu acredito que a gente possa ter algumas ferramentas para ajudar, não sei se é a palavra correta, mas eu acredito que para dar subsídios para que as pessoas possam se fortalecer. Eu acredito que emancipar as pessoas nessa sociedade não é possível. Mesmo quando a gente tenta educar, quando a gente tenta dar subsídios. Mas, emancipar [...] infelizmente não é possível, por causa da sociedade que a gente vive, que é uma sociedade de contradições, em que para que tenha ricos a gente precisa que haja exploração dos pobres e a contradição capital X trabalho, não permite que a gente se emancipe.

APARECIDA traz a contradição do sistema capitalista e sua principal característica de exploração do homem pelo homem que impede o desenvolvimento das potencialidades do ser social. Ela conecta a Emancipação humana com a luta e direcionalidade da profissão e ressalta a nossa indispensável intervenção no fortalecimento e empoderamento dos sujeitos sociais para essa busca coletiva.

Essa luta será encarada como revolução passiva, também chamada de restaurações progressistas ou revoluções-restaurações, em um processo que se dá por dentro, de baixo para cima, por conquistas sucessivas e graduais que culminarão **em outra sociedade** [...]. (CARDOSO, 2013, p. 173, grifo nosso).

A revolução passiva não significa uma solução reformista para o contexto sócio político que vivenciamos, pois ela tem uma horizontalidade definida, que é a superação desta ordem social, no entanto, ela é a possibilidade real para as conquistas em favor da classe trabalhadora e dos princípios da dignidade humana na atual conjuntura. Essa revolução passiva, que também é denominada guerra de posição, representa as possíveis rupturas moleculares nos espaços de inserção do ser social.

A Educação como política pública é um instrumento que de acordo com o sistema econômico vigente configura-se como um meio de dominação da população pela cultura política e ideológica de seus preceitos, valores e normas que por ela são expandidos. No

entanto, tal como a realidade social, este é um espaço também para a construção de um novo projeto cultural e outra hegemonia, que torna possível a organização social para a busca da Emancipação humana.

Como diz Vandr  (2000) em uma de suas composi es musicais os homens trabalhadores “[...] acreditam nas flores vencendo o canhão”, ou seja, acreditam no poder das ideias em oposi o   guerra com armas. Entretanto, a a o pedagógica precisa estar voltada neste momento para a guerra de posi o, que Gramsci, retrata como rupturas nos espaços de inser o daqueles que desejam e acreditam na conquista da hegemonia ideológica, para a mudança radical desta sociedade.

De acordo com Monta o e Duriguetto (2011) a cotidianidade   um espaço intrínseco de disputas, em que ao mesmo tempo em que o real   o espaço de domina o, aliena o,   também, espaço para desaliena o e constru o da Emancipa o humana.

A Educa o se configura como um destes espaços, mas não realiza sozinha a transforma o social, porém interfere na elimina o dos grilhões e amarras ideológicas que aprisionam o ser humano a modelos e comportamentos de ser em sociedade, ditados pelo conservadorismo.

Em ambiente educacional   possível realizar rupturas e criar espaços para desaliena o a partir da interven o de um/a profissional comprometido/a com a direcionalidade social da transforma o.

Uma das profissões que possui esse compromisso e esse objetivo a ser alcançado   o Serviço Social, sobre o qual falaremos em sequência, especificamente entendendo a contribui o neste sentido na Educa o.

A tarefa enquanto assistentes sociais atuantes na Educa o,   a interven o junto ao coletivo escolar no intuito de demonstrar e incentivar pelos elementos da realidade a necessidade deste coletivo se vincular a um projeto societário crítico e contribuir com os rumos da materializa o do projeto educacional que esteja empenhado em formar seus/as estudantes para o reconhecimento de suas potencialidades, para uma atua o crítica no real, e para o fortalecimento em coletivo.

A nossa contribui o   construir junto com o coletivo escolar formas de lidar com os entraves e criar solu es nas quais a educa o convive atualmente. E isso perpassa que a institui o escola possa se questionar sobre qual o projeto de educa o pretende implementar para os seus alunos, ou seja, um modelo hegemônico de educa o simplesmente para o mercado de trabalho ou de formadores de cidadãos conscientes e conhecedores de sua existência na sociedade. (FIGUEIREDO, [20--], p. 15).

Contribuir de tal maneira, junto ao coletivo e na efetivação de uma determinada direção educacional, é possível pela dimensão investigativa da profissão, que se concretiza pela pesquisa e isso torna a prática crítica, reflexiva e não imediatista, porque somente transformamos o que conhecemos.

O trabalho profissional que de fato é crítico e responde as necessidades do ser social, preconizando seus direitos, valores e princípios, acontece embasado na pesquisa da realidade e em sua análise de conjuntura.

Isso permite, na Educação técnica profissional, exercer a capacidade do Serviço Social em criar momentos reflexivos que possibilitem a compreensão do real e a socialização de conhecimentos que elevem o ser social ao reconhecimento de seu protagonismo, o que lhe confere o poder de idealizar e buscar suas perspectivas de sociedade.

Filosófica e politicamente a originalidade de uma ação está relacionada em livrar o pensamento social dos grilhões ideológicos que o mascaram e em socializar o conhecimento crítico para que os homens/massas “amorfas”, possam elevar-se a protagonistas de sua história, com uma consciência autônoma; possam participar da vida filosófica e social; e construir alternativas democráticas condizentes com as suas próprias perspectivas. (LUIZ, 2005, p. 96).

Na Educação escolar e também no ensino técnico profissional o/a assistente social está sendo requisitado por essa sua capacidade em realizar as mediações para desvelar os grilhões ideológicos que aprisionam os/as estudantes e incentivar a relativa autonomia do ser social que convive em um cotidiano caracterizado pela pseudoconcreticidade. Como afirma Kosik (1976) a realidade é um jogo de claro e escuro, em que para apreender este movimento dialético entre essência e aparência, é necessário compreender os vários elementos que compõe determinado fenômeno. Essa aproximação com a essência deve ser realizada por meio de arcabouço teórico e rigor crítico, no intuito de empoderar os sujeitos para viverem sua própria história.

O compromisso principal do trabalho do Serviço Social educacional é levar, literalmente, os indivíduos a escreverem sua “própria história”. Tudo começa com a criação de uma oportunidade para que possam gerar suas próprias problematizações, referências e alternativas de ação transformadora no meio social onde vivem. Mas o importante é que esse caminho seja realmente calcado na autonomia de pensar e agir, ou seja, deve-se incentivar e patrocinar que as ideias e enfrentamentos emergjam da própria comunidade. (AMARO, 2012, p. 107).

O/a assistente social pode contribuir com a abertura destas oportunidades para enxergar o real, no intuito de transformá-lo, o que vai ao encontro da Educação pela metodologia por projetos, permitindo que o ser social educando se reconheça como autor da história e a partir dela crie as respostas com as condições da realidade.

De acordo com Almeida (2000) a Educação técnica profissional precisa ser espaço de conquista da hegemonia política e cultural, em oposição a única função de desenvolver as aptidões para a vida produtiva.

Se esta possibilidade se tornar um objetivo o/a assistente social poderá desenvolver sua capacidade em realizar as rupturas moleculares em favor da guerra de posição ao passo que atua nas expressões da questão social presentes na escola.

No ensino técnico profissional desenvolvido no Senac São Paulo as principais demandas que atualmente desafiam os/as assistentes sociais se referem a intervenção nas expressões da questão social. Porém, os/as assistentes sociais foram contratados pela instituição a partir de 2008, sendo um dos reflexos do entendimento da necessidade em realizar uma Educação integral e que o/a assistente social contribui neste âmbito.

Inicialmente o trabalho estava restrito a efetivação da Política de Bolsas do Senac São Paulo. A requisição ao/a profissional era a realização de estudos socioeconômicos para garantir o acesso da população economicamente necessitada ao ensino profissional por meio das bolsas de estudos oferecidas a pessoas com renda per capita de até dois salários mínimos federais.

A Política de Bolsas surgiu no Senac no ano de 2006, possibilitando descontos parciais ou totais nos cursos oferecidos desde que o pré-requisito de condição socioeconômica fosse atendido.

A partir de 2008 o Senac criou o Programa Senac de Gratuidade (PSG), que tem como objetivo devolver a população parte de sua receita compulsória, em forma de bolsas de estudos as pessoas que tenham renda per capita de até dois salários mínimos federais. Neste programa o/a assistente social era chamado a realizar entrevistas e os devidos estudos socioeconômicos para possibilitar este acesso a Educação técnica-profissional.

Após alguns anos e consolidado o PSG, o processo para o acesso ao Senac como bolsista se tornou isento de entrevistas e etapas comprobatórias de documentos de renda, as solicitações são todas realizadas via internet por ordem temporal de inscrição, dois meses antes do início de um curso a partir das nove horas da manhã. A comprovação de renda pode ser solicitada via visita domiciliar do/a assistente social, para as pessoas que solicitam a bolsa

de estudos ou desde que haja alguma denúncia quanto a irregularidades no processo por parte dos candidatos solicitantes.

Neste processo o/a assistente social é chamado a garantir a efetivação os critérios da política de bolsa e ser um guardião da lisura do programa de bolsas.

Isso remete a alteração do público atendido pelo Senac, pois quando foi criada a instituição, seu objetivo era atender a profissionalização da classe trabalhadora para o acesso ao mercado de trabalho, no entanto, essa formação profissional que deveria ser gratuita a população, se tornou uma mercadoria a ser adquirida pelo trabalhador, portanto, a classe trabalhadora ficou responsável em investir financeiramente para acessar essa qualificação, para possível inserção no mercado de trabalho e se tornou uma alternativa interessante para os filhos da burguesia.

O Senac ficou reconhecido a partir disso como uma escola para a elite brasileira, pois representava um ensino de qualidade que seria um antecedente da universidade e que foi ocupado pela classe dominante e não pela classe trabalhadora. Essa realidade começou a mudar a partir do surgimento do PSG, possibilitando o acesso de pessoas que jamais pensaram em realizar um ensino dito de qualidade, com infraestrutura necessária para a aprendizagem e para aquisição das chamadas competências para o mercado de trabalho.

O Senac passou a receber uma população que trouxe mudanças à instituição, mudanças de valores, de cultura, de acesso a direitos, bem como começou-se a vivenciar dentro dos muros da instituição as expressões da questão social, já que a classe trabalhadora é que as vivencia no cotidiano e como esta classe adentrou a escola, isso passou a estar diante dos olhos dos educadores.

Foi, portanto, a partir disso que os/as assistentes sociais foram chamados a interferir nestas situações, que para o Serviço Social, é o objeto de atuação profissional, mas que para a comunidade educativa, eram sinônimos de situações complexas e sem solução alguma.

Nossos sujeitos nos contam quais são as principais expressões da questão social que vivenciam em ambiente escolar técnico atualmente.

Para APARECIDA, sua atuação está voltada;

[...] desde saúde mental até questão de drogas, então eu acredito que a gente consegue trabalhar com a equipe, porque nós conseguimos contribuir, mas as outras áreas também; e a questão da família, do acompanhamento com a família, das visitas, do próprio estudo socioeconômico dentro da unidade, de mapear quem é o nosso público de bolsista e garantir se [...] nosso público realmente está dentro dessa per capita, é um público que precisa de outras coisas, além de uma bolsa de estudos.

Ela traz às frentes de trabalho do/a profissional, a interferência na questão social de acordo com seu surgimento na escola, e as ações voltadas a garantia e a veracidade do processo da política de bolsas do Senac São Paulo, conforme falamos anteriormente.

Para MARIA, o trabalho profissional tem se voltado a atender as seguintes demandas:

Violência, droga, falta de interesse no curso, evasão, trabalhamos mais com alunos bolsistas, quando é pagante os professores mesmo encaminham, eu acho que também deveria ser envolvida, mas as vezes fico mais envolvida no aluno que é bolsista. Em questões de conflitos, e aí chamamos as famílias, tentamos introduzir a Cultura de Paz. A gente atua também em questão financeira, para verificar possibilidade de bolsa por mudança sócio financeira. A gente lida com as situações conforme aparecem, em alguns casos chamamos os pais, para entender a história, o que está acontecendo e resolver aqui, mas se percebemos que precisa da intervenção da rede, então realizamos o encaminhamento.

Eu não tenho muita demanda, é pontual, as colegas de unidades grandes falam que existem mais conflitos e questões para intervir, aqui não, mas tive alguns casos.

MARIA retrata as expressões da questão social, que foram elucidadas pelo referencial teórico como as demandas ao/a assistente social na escola e traz uma importante imagem também a ser vencida nas UE's do Senac São Paulo, que é a vinculação do/a assistente social apenas aos alunos bolsistas, desconsiderando a atuação generalista com todas as pessoas que compõe o universo escolar que está inserido/a. Como o surgimento do Serviço Social na instituição esteve diretamente relacionado e restrito inicialmente ao PSG, se restringiu culturalmente que a atuação era relacionada apenas ao/a estudante bolsista.

Ela ressalta também a necessidade da interdisciplinaridade, e do encaminhamento a rede socioassistencial do município, além de nos instigar para a realização de uma pesquisa que desvele o motivo de poucas demandas chegarem até ela, pois se a classe trabalhadora está na escola, então existe expressão da questão social, e a possibilidade de elaboração e execução de projetos sociais.

Segundo ANA:

Agora nesse início de ano (2016), tenho recebido muitos alunos de inclusão, de pessoas com deficiência, que ficaram em casa por muito tempo e agora buscam esse acesso. Mas, eu tive muitos casos de pessoas que estavam em depressão, pensamento em suicídio. Alunos que não tem dinheiro para virem para cá. [...] A gente já entreviu também em briga de alunos, em sala de aula, aí fazemos um trabalho de mediação. (grifo nosso).

Todas as falas nos leva a inferir que as expressões da questão social são diversas, refletem o contexto social de cada localidade e altera a permanência do/a estudante na escola,

isso vai exigir do/a assistente social a capacidade investigativa, propositiva e interventiva para conhecer e analisar as situações, realizar propostas de intervenção e concretizá-las na realidade vivenciada pelos sujeitos, tendo como foco a efetivação de direitos e a necessidade da emergência de outra sociedade.

Na Educação o/a assistente social consegue materializar seu trabalho profissional com a intencionalidade do CE e do projeto ético-político, no entanto, gesta suas ações dentro dos limites do capital. Para Tonet (2013d, p. 1) não é possível conferir a Educação um caráter emancipador e atribuir a ela a responsabilidade em promover a Emancipação humana, é possível apenas que a Educação permita a realização de “atividades educativas de caráter emancipador”. Para ele, essas atividades precisam acontecer por meio de:

- 1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores.

Uma das atividades de caráter emancipador que os/as assistentes sociais estão sendo chamados a atuar no Senac São Paulo e configura uma importante possibilidade para a materialização dos princípios do nosso Código de Ética, são as ações relacionadas e vinculadas ao Programa de Cultura de Paz.

Este programa surgiu no ano de 2012, para atender as demandas das unidades escolares no tocante a violência, ao preconceito, ao *Bullyng*, ao racismo, a diversidade, entre outras questões e que precisam ser trabalhadas pelo viés educativo e não punitivo.

Essas ações são realizadas em duas frentes de trabalho, uma delas refere-se a um curso oferecido a todos/as os/as funcionários/as das Unidades do Senac São Paulo chamado “Educar para a Paz”, que traz elementos para refletir essas questões, e atualmente alguns/mas assistentes sociais da rede são também multiplicadores deste curso nos ambientes escolares.

O intuito é que todos os educadores - seja a pessoa que desempenha sua função laborativa de serviços gerais, seja o professor, seja o/a atendente da secretaria ou outro setor, ou até mesmo o diretor da escola - tenham a possibilidade de refletir estas situações e saibam lidar com elas de forma ética e construtiva, a partir do respeito, da responsabilidade e da empatia.

A outra frente se refere às ações locais que podem ser desenvolvidas por meio das demandas de cada UE. Isso tem se concretizado por meio da realização de palestras sobre os

temas considerados necessários, como dependência de substâncias psicoativas, como as drogas lícitas e ilícitas, ou tem se realizado ciclos de debates e rodas de conversas sobre questão de gênero, sexualidade, *Bullyng*, etc.

Outro campo de trabalho no Senac que o/a assistente social foi chamado/a a participar em conjunto da comunidade educativa, é a construção do PPP, que possibilita a intervenção e o conhecimento do Serviço Social na direção educativa que será efetivada nos próximos anos.

Este projeto da UE se assemelha ao nosso projeto ético-político, que define uma direção hegemônica e um determinado projeto societário a ser materializado e essa participação possibilita a contribuição genuína do/a assistente social junto ao coletivo de educadores para a determinação de quais valores nortearão a Educação profissional neste futuro próximo.

Os/as assistentes sociais possuem desafios a serem enfrentados na Educação técnica profissional, como por exemplo, realizar mudanças significativas em relação à cultura, a organização da classe trabalhadora em “classe para si”, a busca pela hegemonia de uma ideologia que defenda a transformação social, a realização de rupturas com uma perspectiva conservadora que impregnou toda a dimensão da vida humana, e isso em um curto período de tempo em relação aos/as estudantes, que é o tempo de permanência na instituição.

Em relação a comunidade educativa do Senac esse trabalho se torna permanente e constante, no intuito de romper a formação positivista e conservadora de que todos/as somos frutos e construir a perspectiva de uma Educação que incentive e defenda a Emancipação humana.

No Senac o trabalho profissional é desenvolvido por meio da relativa autonomia, em que por mais que exista as limitações da própria realidade e da instituição, esta tem permitido e incentivado o desenvolvimento de projetos a serem elaborados e executados pelos/as assistentes sociais. Isso contribui para a possibilidade de realizar um trabalho que atenda as diretrizes, as competências e a horizontalidade hegemônica da categoria profissional.

Outro desafio é contar com um/a assistente social por UE, em que as demandas burocráticas e a intervenção social são numerosas, o que instiga a buscar parceiros de forma estratégica e com intencionalidade. Isso remete a necessidade da interdisciplinaridade, do trabalho coletivo, em que por meio de vários olhares e entendimentos específicos é possível compreender e encaminhar uma situação a partir de sua totalidade.

No entanto, não buscar essas parcerias impacta em uma atuação imediatista ao invés de crítica, pois os/as profissionais são tomados pelas inúmeras demandas que impulsionam o trabalho profissional a se realizar sem as mediações necessárias que os/as façam penetrar no

tecido social dos sujeitos, e propor ações por meio dessa possibilidade em dar subsídios ao ser social.

A Educação técnica profissional enquanto espaço de inserção do/a assistente social se torna terreno fértil para articulação com outras categorias, o que o/a faz buscar parcerias para avançar em relação ao projeto de profissão, e no incentivo aos educandos para organização da classe trabalhadora que também defendemos com ideal a ser concretizado.

O trabalho interdisciplinar pode buscar os espaços e desenvolver juntamente com os demais educadores, fazer da escola um ambiente propício à mudança cultural para a busca da hegemonia.

A interdisciplinaridade¹⁹ propõe por meio de diálogos entre diferentes profissões que possuem suas especificidades, contribuir para uma construção conjunta de conhecimentos, e de alternativas para determinadas situações vivenciadas no cotidiano e nos espaços ocupacionais que nos inserimos.

É preciso que nos apropriemos dos conhecimentos teóricos das demais áreas de conhecimentos por dois motivos: primeiro - para uma atuação generalista juntos aos sujeitos, e segundo - para que possamos encontrar outras categorias profissionais que compartilham do mesmo projeto societário ao qual se vincula o Serviço Social e com elas somarmos forças na busca de um objetivo comum de forma conjunta e coletiva.

A interdisciplinaridade parece contribuir com a função da Educação, de desvelar, socializar, conscientizar, construir, incitar protagonistas, garantir a participação social política e a autonomia, além de permitir a aproximação entre várias áreas do conhecimento.

No ensino técnico profissional, ela se concretiza principalmente junto ao professor, pois ele é quem traz ao/a assistente social a demanda dos/as estudantes, e as situações a serem atendidas. Atuamos em dimensão menor também junto a supervisão e a coordenação educacional e aos demais educadores que de alguma forma nos apresentam elementos para trabalhar com as expressões da questão social.

De acordo com ANA:

O que acontece com frequência, é que nós assistentes sociais, não estamos próximas aos alunos, quem está próximo ao aluno é o professor, e

¹⁹Para Furegato e Gattás (2006, p. 325) “Interdisciplinaridade poder ser entendida como qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas objetivando-se a compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes cujo objetivo final seria a elaboração de síntese relativa ao objeto comum; implica alguma reorganização do processo ensino/aprendizagem e supõe trabalho contínuo de cooperação [...]”. Essa postura interdisciplinar é premissa do Código de Ética profissional de 1993, pressupõe segundo On (1995), uma prática profissional mais competente e possibilita romper com a endogenia e possível dogmatismo da profissão.

precisamos estar próximos a eles, pois precisam saber o que está acontecendo e aí o aluno se liga tanto ao professor que ele acaba sendo um confidente.

Essa é uma realidade no Senac, pois como o/a assistente social foi chamado/a para atuar inicialmente em estudos socioeconômicos para o acesso ao PSG e ficou mais restrito/a as questões burocráticas desta política, ainda vem conquistando um espaço junto aos/as estudantes e a comunidade escolar. Apenas é sabido da existência do/a assistente social na UE por parte dos estudantes e comunidade escolar se houver uma necessidade que demande o trabalho social, isso é, se esta for de fato uma necessidade no entendimento do/a professor/a ou outro/a educador/a que possui vínculo com este estudante.

Então o trabalho profissional está atualmente relacionado em realizar a disseminação das atribuições e competências profissionais do/a assistente social. Isso requer estar presente em variados espaços, contando que existe esse/a profissional e em quais momentos pode e deve ser procurado/a.

A gente precisa estar sempre presente, o aluno precisa saber que existe assistente social na Unidade, tem que conhecer você e ser acessível. E que se ele precisar, pode procurar, caso seja uma questão social ou outra, que possamos orientar ou encaminhar [...]. Hoje a forma que eu mais contribuo é [...] estando acessível. MARIA.

O/a assistente social na Educação precisa estar acessível tanto ao/a aluno/a quanto à equipe pedagógica, que no Senac, é composta por docentes, coordenadores e supervisor educacional, deixando clara a atuação profissional a estes atores e sendo um suporte para essa mesma equipe nas questões que vivenciam em sala de aula e no ambiente escolar, que reflete o contexto social do estudante, e que, portanto, traz para a escola as expressões da questão social que vivencia fora deste espaço. Por isso, ainda nos diz ANA:

Fazemos um trabalho de orientação [...]. Tenho ajuda dos professores, que acabam encaminhando isso pra mim. É um trabalho conjunto com a supervisora educacional, não necessariamente ela precisar estar junto quando falo com o aluno, mas está ciente de que esse aluno está vulnerável e é claro que, esse aluno que está passando fome em casa, que está em depressão ou pensando em se matar, última coisa que ele vai fazer é vir na aula, então é também uma forma de reter esse aluno conosco, porque se a vida dele está tão complicada, se ele parar o curso vai complicar mais ainda. E o que eu observo é que alguns professores não sabem lidar com certas situações, a gente tem professores que são ligados às áreas sociais enfim, que são mais sensíveis, mas tem professores que chegam apavorados com as situações. Então a gente vê o quanto é importante o nosso trabalho.

ANA afirma a falta de similaridade dos docentes com as situações de vulnerabilidade dos nossos alunos, o que é reflexo da formação educacional destes professores, que foram fruto de uma Educação bancária e foram contratados por serem bons profissionais e não bons educadores²⁰. E nisto entra nossa capacidade de contribuir realizando as orientações necessárias para que o estudante seja visto em sua complexidade e integridade, a partir do trabalho coletivo com a interdisciplinaridade.

Para MARIA a atuação profissional está diretamente relacionada com a questão da orientação, como principal instrumental da profissão no ensino técnico profissional, ela relata que a contribuição do/a assistente social no Senac é:

[...] isso mesmo de orientar, encaminhar, fazer as pessoas entender seus direitos e deveres. Acho que é ponte, a gente não faz milagre, mas somos ponte para encaminhar as pessoas, vai dela querer ou não. A gente domina isso, quando a gente atende, quando a gente ajuda, faz encaminhamento, ou algo que fizemos e deu certo. E algumas questões não dependem só da gente, dependemos da rede que a gente trabalha funcionar. [...] conquiste uma qualidade de vida melhor.

A orientação, segundo MARIA, possibilita o acesso ao conhecimento sobre os direitos do ser humano, acesso a serviços e aos programas sociais, bem como o encaminhamento a outro instrumental presente na atuação facilita esse ingresso aos serviços. Por isso, existe a necessidade de um trabalho constante junto a rede socioassistencial do município e da região que integra o Senac.

Compreendendo essa importância de conhecer a rede socioassistencial para realizar os devidos encaminhamentos da comunidade escolar aos diversos serviços de Educação, lazer, esporte, cultura, assistência, saúde, e psicologia, algumas UE's vêm realizando o trabalho de mapear o município e região nestas questões para facilitar o trabalho do/a assistente social e também para dar subsídio aos estudantes e comunidade escolar acerca de suas necessidades, instrumentalizando sua própria busca, já que é um documento disponibilizado na biblioteca e por acesso virtual.

Este trabalho de mapear a rede socioassistencial deu origem ao Catálogo de Orientações Psicossociais, que para ANA

Esse catálogo é super útil, porque através dele que eu faço orientações e encaminhamentos.

²⁰Considera-se bons educadores aqueles que conseguem entender a Educação pela perspectiva crítica e que tem buscado reconstruir a prática profissional de acordo com esses parâmetros, e que por isso, entende o estudante como pessoa em desenvolvimento que possui um contexto e uma história de vida que devem ser considerados.

Para APARECIDA a presença do/a assistente social na formulação deste catálogo

[...] foi bem efetiva. A partir daí muitas coisas começaram a mudar até mesmo a própria interlocução com a comunidade. Eu acho que isso foi importante, porque levamos o Senac para outras políticas sociais.

Essa aproximação do Senac com a rede facilita a interlocução entre ambas e torna as instituições corresponsáveis no atendimento interdisciplinar ao estudante. Todas as UE's do Senac vêm procurando esse mapeamento e concretizando sua formulação.

Além do contato com a rede outro fator importante para a profissão que tem esse anseio de transformação social e esta disponível para materializar a interdisciplinaridade é a participação nas organizações de classe, de movimentos sociais, estar presente em conselhos, do idoso, da criança e adolescente, entre outros. Isso é reconhecido por Maria, que demonstra um apoio do Senac a essa iniciativa por compreender que a inserção nestes espaços promove o contato da UE com a comunidade. MARIA afirma que:

[...] participo do PROTECA – Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, da rede, o gerente participa da economia solidária, somos unidade de fomento da economia solidária. Se a gente precisar encaminhar conhecemos os equipamentos. [...] Sempre participo das reuniões da rede, pois fico informada e todos os setores do município participam das reuniões. Também estou em contato nas reuniões do CRAS, CREAS, etc. Tanto eu quanto o gerente se envolve com a rede, o que facilita o contato do Senac com a comunidade, amplia o acesso a informação e a educação, de parcela da população que não consegue acesso a isso.

Realizar este contato do Senac com as organizações sociais torna visível a existência do Serviço Social na Educação técnica profissional, pois é uma atuação desconhecida pelas instituições que compõe a rede socioassistencial e a aproximação possibilita uma atuação conjunta diante das expressões da questão social.

Ainda refletindo a interdisciplinaridade, é possível destacar aqui outra função essencial que desempenha nos espaços sócio ocupacionais, que é a de contribuir para romper com a identidade atribuída do/a assistente social, pois ela convida os pares para conhecerem de fato o que é o Serviço Social e sua atuação no real.

A partir de 2008, o/a assistente social passou a compor a equipe técnica da instituição Senac e causou determinado estranhamento nos/as demais profissionais que compunham a escola, pois a maioria não tinha conhecimento da profissão, a não ser a imagem construída

sobre ela, e desde então vivenciamos uma fase de consolidação do trabalho, a partir de novas demandas e de novas inserções neste espaço. De acordo com ANA:

[...] quando houve nossa contratação, foi um corpo estranho na equipe, as pessoas não sabiam o que era uma assistente social, o que ela iria fazer aqui [...]. Porque as pessoas me viam aqui, mas não sabiam para que eu servia, ou sabiam que eu cuidava da documentação de bolsas e fazia entrevistas. Na época que eu entrei no SENAC eu entrevistava todo mundo, eu vivia muito pelas questões burocráticas, e até encontrar a pessoa e marcar um horário. Então eu tive que fazer um trabalho de formiguinha, participar das reuniões gerais, de reuniões pedagógicas, me mostrar. E aí foi legal, porque consegui participar de outras coisas e as pessoas conseguiram enxergar o meu trabalho, então não era só a moça que fazia entrevista, e foi um trabalho devagar, mas constante e hoje todos sabem quem eu sou, para que eu sirvo.

ANA retrata como uma profissão ainda desconhecida pelos pares com quem trabalhamos, daí surge a necessidade de mostrarmos nossa capacidade, nossas atuações, nosso posicionamento, e a busca incessante pelos espaços que podemos contribuir. É de fato um trabalho constante, que requer tempo e compromisso com a tarefa que se quer realizar. Ela traz ainda a alteração no escopo do trabalho, em que as entrevistas e estudos socioeconômicos deixaram de acontecer e que novas demandas foram incorporadas ao trabalho profissional, principalmente a atuação com as expressões da questão social, que são de fato nosso objeto profissional.

Essas características estão presentes também na fala de MARIA:

Com a equipe tem uma certa dificuldade, as pessoas que trabalham no Senac não estão acostumadas com o Serviço Social. A gente não tem um espaço consolidado [...]. Acho que eles desconhecem algumas coisas que a gente trabalha aqui.

A supervisora sugeriu que eu fizesse um trabalho falando o que é o Serviço Social, para eles entenderem um pouco o que nossa prática, que demandas eles podem mandar para gente, porque eles mandam o aluno procurar a gente e não tem nada a ver. As vezes eles mandam sem saber coisas para gente que não é pertinente. Porque temos algumas limitações.

Mas, melhorou bastante de quando entrei, já batemos muito nisso em reuniões, então hoje alguns me procuram quando tem algum problema em sala de aula, um conflito com aluno que não consegue resolver.

[...] eu acho que os colegas de trabalho vêm como um trabalho ocioso, sem muita necessidade. A gente precisa brigar para fazer isso mudar, tem tentado fazer isso mudar, pedindo pro professor me procurar, pra discutir algum caso, ver o que a gente pode ajudar e contribuir.

MARIA enfrenta na realidade escolar os mesmos desafios de ANA, e isso é reflexo da identidade atribuída do Serviço Social, que historicamente se construiu com o surgimento da profissão atrelado ao catolicismo e ao capital. Devido às práticas terem se consolidado em um

ambiente de conservadorismo, formou-se uma imagem perante a sociedade do que é ser assistente social, em que se imagina ser a moça benevolente, com vocação para a caridade, que deveria reajustar e moralizar as pessoas atendidas, sempre sendo chamada no intuito de resolver as mazelas imediatas da população vulnerável, e por isso institui-se a imagem de salvação, pois, considera-se salvo aquele que é reajustado ao sistema vigente e que obedece suas regras, como afirma APARECIDA:

Eu sinto um anseio muito grande desses professores e talvez seja até um equívoco da profissão, como se fossem salvadoras do mundo. É um equívoco do que é nossa profissão, por exemplo, o aluno passou mal chama assistente social, nesse sentido do apagar fogo. Por mais que você tente trabalhar na real atividade do Serviço Social, ainda existe essa imagem; mas tem um caminho árduo, mas a gente consegue. Têm docentes que tem clareza do trabalho do Serviço Social, e aí a gente consegue fazer um trabalho mais efetivo, junto aos alunos, família e até a própria comunidade. Eu sinto que hoje dentro do Senac eu consigo trabalhar melhor, no começo, não era assim.

Esse caminho árduo se refere ao desafio enquanto assistentes sociais de mostrar aos sujeitos atendidos e aos profissionais com quem trabalhamos a verdadeira identidade com qual atuamos na realidade. É necessário cuidado ao desconstruir essa aparência e mostrar de fato quem somos e a que viemos, pois na busca do rompimento dessa imagem com nosso reposicionamento na sociedade, a partir da construção do projeto ético-político e do compromisso com princípios e valores, se perdeu a dimensão da afetividade e dos sentimentos, nos aparentamos rígidos com processos e com as pessoas, quando na verdade efetivar e garantir direitos não exclui a capacidade de realizar a empatia e a alteridade, envolvendo a afetividade, que é uma importante dimensão humana, que também fica frágil com a vivência das expressões da questão social.

Romper a identidade atribuída é afirmar a autoimagem da profissão que se reflete no projeto ético-político, no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (1996), que promove o reconhecimento enquanto profissionais.

A identidade é, por excelência, uma categoria histórica, pulsa com o tempo e com o movimento e constrói-se e reconstrói-se em meio ao jogo de forças sociais, a partir de determinações políticas, sociais, históricas, éticas e culturais. É uma categoria ontológica, não apenas lógica, pois expressa o modo de ser da profissão e suas formas contemporâneas de aparecer socialmente. (MARTINELLI, 2011, p. 3).

Essa identidade que expressa nossa criticidade, nossa aversão a barbárie a defesa a dignidade e direitos humanos que conseguimos pela interdisciplinaridade refletir com os/as

profissionais da Educação técnica profissional, que atuamos com pessoas que nunca tiveram privilégios, pelo contrário a elas foram negados os próprios direitos, quiçá ter acesso a uma Educação de qualidade, acesso a saúde e moradia com boas condições, etc., e nesse sentido demonstrar aos nossos pares que juntos precisamos tornar possível a construção de caminhos para a Emancipação humana, que está ao oposto da mercantilização da vida humana.

Também contribuimos quando conseguimos sensibilizar o sujeito político nos marcos dessa sociedade. Precisamos impedir que as vidas humanas sejam mercantilizadas. Temos todo um potencial de trabalho como educadores, como veiculadores privilegiados de informação. Somos educadores no sentido pleno do termo, trabalhamos com a consciência, com a linguagem que é “relação social”. (MARTINELLI, 1998, p. 141).

É por essa capacidade enquanto educador e pela interdisciplinaridade que o/a assistente social se forma em sujeito coletivo para atender as demandas sociais, e que partir da leitura da história, da conjuntura e com compromisso ético-político, consegue não se acomodar diante da barbárie e continuar na luta, pois como afirma a mesma autora, acima citada, a “Luta que se perde é a luta que se abandona.” E não estamos dispostos a abandonar, por isso:

[...] é fundamental a constituição de uma ação profissional que contribua para: o fortalecimento da ação política dos vários segmentos populacionais destituídos de direitos, tornando a necessidade um sentimento consciente, que mobilize intenções e impulse ações; possibilite a superação da alienação produzidas pelas próprias condições socioeconômicas e transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente: constitua pressuposto para a democracia, justiça e liberdade, como horizonte possível a ser construído com a contribuição dos profissionais de Serviço Social e anunciado em seu compromisso ético-político. (SARMENTO, 2000, p. 109).

Considerando que é este compromisso com os valores e princípios éticos e políticos, que consolidarão nossa atuação e trabalho profissional no campo da Educação, legitimando este espaço como possível e necessário para a busca da Emancipação humana, que constitui o horizonte da profissão.

É com isso que introduzimos a categoria de análise do projeto ético-político. Ele começou a ser gestado na categoria profissional pelo processo iniciado com o movimento de Reconceituação ou Renovação no Serviço Social a partir das condições do real que a categoria profissional vivenciou a partir de 1960. Após um período de adensamento teórico crítico incorporou as discussões em favor de princípios e valores que defendem o

desenvolvimento das potencialidades do ser humano genérico, dos direitos da classe trabalhadora, e se posicionou em favor da defesa da integridade moral e ética do ser humano.

Isso alterou o modo de ser da profissão e trouxe o compromisso de assumir espaços como esse novo posicionamento, antes pouco ocupados, como a Educação, por exemplo.

Acho importante a presença de assistentes sociais nas escolas, desde que se entenda o papel do Serviço social na educação. Que não é apagar fogo, que vai realizar atendimento minimalista, que a gente tem capacidade técnica para estar envolvida em projetos maiores.

Somos uma categoria que vem com a questão do embate, e vamos, aos poucos, construindo um caminho que efetive isso e fortalecer nossa posição e lutar por uma transformação social. APARECIDA.

Mostrar nosso papel e competência na Educação contribui para consolidar este espaço como necessário, bem como garantir o nosso direcionamento ético-político. É preciso coragem em construir uma cultura contra hegemônica e ousadia para alcançar espaços e pessoas aonde a transformação se torne um imperativo.

[...] é fundamental a constituição de uma ação profissional que contribua para: o fortalecimento da ação política dos vários segmentos populacionais destituídos de direitos, tornando a necessidade um sentimento consciente, que mobilize intenções e impulsione ações; possibilite a superação da alienação produzida pelas próprias condições socioeconômicas transformando-as em direitos reconhecidos e legitimados socialmente: constitua pressuposto para a democracia, justiça e liberdade, como horizonte possível a ser construído com a contribuição dos profissionais de Serviço Social e anunciado em seu compromisso ético-político. (SARMENTO, 2000, p. 109).

Essas ações que revelam nosso projeto ético-político representam a essência de nossa atuação profissional e demonstra nossa leitura e intervenção na realidade. De acordo com Vasconcelos (2015) o projeto ético-político se expressa ideo-politicamente no CE profissional, especificamente em seus onze princípios, que representam o compromisso com o fortalecimento do protagonismo dos trabalhadores e indica a perspectiva de superar a atual sociabilidade, para que tenhamos uma sociedade de seres emancipados. Essa base que sustenta a relação com nossos sujeitos, com nossos pares e com a instituição com a qual trabalhamos.

[...] o projeto sinaliza claramente que o empenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se a categoria articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas

similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores. (PAULO NETTO, 2015, p. 105).

A atuação conjunta com categorias que solidarizam e possuem propostas de sociedade que sejam convergentes é ponto de partida para um trabalho coletivo em âmbito educacional, pois garante a resistência coletiva ao enfrentamento do capital e empodera os/as profissionais na luta social.

Na Educação técnica profissional o/a assistente social não pode se desconectar do projeto ético-político do Serviço Social, do CE e das atribuições profissionais, isso reflete a importância da dimensão educativa da profissão e de todo o seu posicionamento.

[...] através da função educativa, a prática dos assistentes sociais junto às classes subalternas responde às necessidades de adesão e consentimento destas classes às condições materiais que servem de suporte a uma determinada direção intelectual e moral. Esta função vincula, portanto, a prática do assistente social à dimensão cultural de um determinado projeto de hegemonia. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142).

É por meio desta dimensão que consegue-se levar informação aos sujeitos, orientar, proporcionar reflexões e realizar ações que tenham a direção intelectual e moral a favor de um projeto de hegemonia. Para APARECIDA, pode-se relacionar nossas estratégias com direcionamento político e ético, transformadas em ações sob o real a partir de nossas ferramentas, ou instrumentais, sendo o principal deles a linguagem.

Então a partir do momento que você dá voz ao seu usuário, que você dá a escuta qualificada e dá diretrizes e até mesmo caminhos pra que ele possa se emancipar na vida, que ele possa ter outras ferramentas e ver outras maneiras de olhar a vida e ver, por exemplo, a política de bolsas que a gente atua no Senac, ver isso como um direito, direito a uma educação de qualidade, uma educação compartilhada, eu acredito que a gente tá sim garantindo alguns princípios, não diria em sua plenitude, devido as contradições que a gente vive nessa sociedade capitalista.

Por meio da perspectiva de materializar os princípios de nosso CE, garante-se a qualidade dos serviços prestados pelos/as assistentes sociais. Consegue-se efetivar os direitos sociais pelo campo das mediações, em que é possível analisar e encontrar caminhos na realidade que fundada no entendimento do ser social, reflete-se como estamos efetivando o acesso àquilo que garante a dignidade humana, contribuindo de fato para a leitura social de nossos usuários.

Pensa-se a partir disso como a formação profissional que tem sido efetivada neste contexto social, buscando compreender se as pessoas que são inseridas no ensino técnico-profissional são incitadas a se reconhecerem enquanto ser social (sócio-histórico e criador) ou se essa Educação tem sido voltada para um ser orgânico, que deve reproduzir sempre o mesmo, e então realiza ações que mantém a ordem social e repete a ideologia, os valores e os costumes existentes.

Ao mesmo tempo em que este sistema do capital solicita que pelo toyotismo se desenvolva o trabalho em equipes e em coletivo, solicita que exercitemos o individualismo, que é um valor que aprendemos desde o nascimento, em que é preciso ser sozinho e destruir o outro para se ter sucesso.

[...], tanto no ser humano, quanto nos outros seres vivos, existe a presença do todo no interior das partes: cada célula contém a totalidade do patrimônio genético de um organismo policelular; a sociedade, como um todo, está presente em cada indivíduo, na sua linguagem, em seu saber, em suas obrigações e em suas normas. Dessa forma, assim como cada ponto singular de um holograma contém a totalidade da informação do que representa, cada célula singular, cada indivíduo singular contém de maneira “hologrâmica” o todo do qual faz parte e que ao mesmo tempo faz parte dele. (MORIN, 2000, p. 37-38).

Inferimos a necessidade de mobilizar os sujeitos sociais a se reconhecerem na alteridade, se apondo a característica da realidade em que está “[...] muito fácil se deixar levar pelas semelhanças exteriores e não ver as semelhanças ocultas e os nexos necessários, mas camuflados.” (GRAMSCI, 2001, p. 33).

As nossas ações precisam ter a finalidade e o direcionamento ético-político pela perspectiva crítica para avançar na defesa da ética e da construção de outra sociedade, como afirma Martinelli (2011, p. 11).

Mas, se queremos avançar na defesa da ética e na construção de direitos, temos de realizar práticas realmente socioeducativas, ancoradas na mútua implicação entre direitos sociais, educação e cidadania, movidas pela busca de justiça, liberdade, equidade, autonomia.

A profissão tem como intencionalidade hegemônica a necessidade de uma revolução que transforme as relações humanas, em que não exista exploração do homem pelo homem, alienação e coisificação das relações humanas. No entanto, de acordo com o texto discorrido no item Emancipação humana e Emancipação política, as possibilidades para essa mudança se

configuram pela guerra de posição que acontece na conquista ideológica das pessoas, nos diversos espaços que estamos inseridos, que nos fazem avançar na aquisição da hegemonia.

Para nossos sujeitos, existe o entendimento que:

[...] não depende só da gente, temos a boa vontade, a gente atende, percebe a carência da pessoa, encaminha e aí para em determinado serviço, ou na rede. Então a gente não consegue fazer essa revolução. O Serviço Social é integrado com outras políticas, e precisa de outras ações para poder chegar lá, então, eu acho que o trabalho não é sozinho, nós vamos sempre trabalhar com o outro, com equipe. Então não vejo essa revolução não, porque a gente lida com o ser humano, cada um tem um jeito, cada um nasceu de uma forma, tem uma crença, tem os seus valores, então a gente pode orientar em algum sentido, mas transformar totalmente, não. Temos que respeitar o limite do outro. Lutamos pela garantia dos direitos dos menos favorecidos, da classe que mais sofre no capitalismo. MARIA

Essa perspectiva que traz a possibilidade da Emancipação política revela as possibilidades dentro deste sistema neoliberal que vivemos, e a dificuldade de articulação com a rede, no sentido de encontrar os pares e com eles promover uma organização para buscarmos a transformação social.

Segundo APARECIDA:

[...] não vamos fazer a revolução sozinhas, então eu acredito que nosso projeto ético-político caminha nesta direção, e nossa atuação tem ser nessa direção, nossos atendimentos tem que ser nessa direção e nossa militância nessa direção, de emancipar os indivíduos, e de nos emancipar também, até porque também somos classe trabalhadora, igual nossos atendidos, nossos usuários. A relação é de acreditar e entender, que precisa transformar essa sociedade e algumas profissões tem isso, essa visão e outras não.

Ela também afirma a necessidade de um coletivo organizado, que precisa ser de profissionais, de trabalhadores para essa transformação, que é a causa da revolução, e nos traz uma importante dimensão para a atualidade que é a militância, que nos mantém na resistência deste sistema e na defesa dos direitos do ser social.

Concordamos com Luiz (2005) quando afirma que momento atual não possibilita já uma revolução, antes se faz necessário as rupturas moleculares que proporcionam o surgimento de outras mentalidades humanas, outra cultura que eleve o ser social a compreensão da necessidade e possibilidade da transformação social e que o faça ingressar nas fileiras que a almejam e tentam construir caminhos para alcançá-la.

Enquanto profissionais constatamos a importância da formação como um elemento primordial para a consciência crítica e política. Faz-se necessário pensar o quanto nossa

formação profissional está respondendo aos anseios do sistema do capital, pois de acordo com nossos sujeitos não conseguimos refletir sobre a atuação de assistentes sociais na Educação, bem como também não falamos sobre Emancipação humana. Isso fica claro nas falas de nossos sujeitos, quando citaram a formação profissional e o que estudaram:

Sobre educação muito pouco, ou quase nada, porque eu não me lembro de na minha época, e já faz quase 10 anos, de falarmos sobre educação. Sobre a questão da emancipação a gente falava sim, principalmente da mulher, da mulher que está sendo oprimida, eu me lembro das discussões sobre isso. ANA.

Novamente a Emancipação é colocada pela perspectiva do capital, ou seja, fala-se da Emancipação política e isso se origina da universidade. É claro, que enquanto profissionais do Serviço Social nossa tarefa diária é a efetivação dos direitos e a garantia do acesso a eles, no entanto, é preciso o direcionamento para além dessa esfera.

Relato de MARIA acerca da questão da Emancipação humana:

Acho que trabalhamos, mas especificamente não. Apesar de trabalharmos isso no decorrer do curso, é o que fazemos, trabalhamos para tentar emancipar o outro, que ele tenha conhecimento dos direitos dele; acho que isso também é uma forma de emancipação.

APARECIDA fala sobre a questão do Serviço Social na Educação:

[...] a gente não aprende nada da Política de Educação. Na verdade, nossa profissão é muito nova nessa área, apesar de termos muitas pesquisas já, é difícil a gente ter essa questão na faculdade, é muito a questão assistencial mesmo, da assistência e outras políticas, mas da educação não tem. Na verdade, eu não vi nada.

Diante disso, por coerência do que discorremos sobre a Educação enquanto formação, refletimos a importância da formação profissional, sendo ela a responsável enquanto Educação por despertar o senso crítico e garantir que os/as estudantes de Serviço Social tenham acesso ao direcionamento hegemônico da profissão elucidado no projeto ético-político e o Código de Ética (CE).

A formação possibilita que os/as profissionais sejam responsabilizados pelas suas atuações, portanto, não é possível culpabilizar um/a profissional por sua ação se a ele não foi disponibilizado momentos de reflexão e acesso a esse conhecimento. Não é possível cobrar do/a profissional uma atuação crítica se sua formação foi positivista ou funcionalista, e

afirmaram os sujeitos, na faculdade até falava-se na perspectiva crítica, mas não trouxe os elementos suficientes para que ela fosse apreendida.

Frente à realidade vivenciada, pode-se fazer uma analogia com a música de Cazuza (2005) “O tempo não pára”, ele diz:

Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não pára
Não pára, não, não para

A música lembra que o tempo não para, ou seja, a realidade é dialética, está em constante mudança, e podemos fazer com que o futuro não repita o passado, mas que outras mentalidades humanas sejam gestadas em sociedade e que outros valores humanos estejam regendo o social, valores que exaltem a dignidade humana (respeito, alteridade, responsabilidade). Temos condições de fazer a diferença nos espaços que estivermos, cabe estarmos conectados com a categoria objetivando a efetivação de direitos tendo como horizonte a Emancipação humana.

APARECIDA entende que sua contribuição para a consolidação de preceitos do CE está relacionada a:

[...] atuação no Comitê de Cultura de Paz, que na unidade a gente tem tentado fortalecer, com ações dentro da unidade, com todas as turmas. Então a gente tem trazido algumas questões para debate, até para essa questão mesmo da emancipação, de direitos, de escuta dos alunos [...] a questão do trabalho com a comunidade e com a articulação com outras políticas públicas, que eu acredito que somos peças chaves para isso, de fortalecer as demais políticas, que a partir do momento que você faz um encaminhamento, que você se articula com as demais você fortalece também esses alunos e suas famílias para terem pernas para buscar as outras políticas, e ter um atendimento que seja amplo. Vamos atender as demandas de acordo com aquilo que os alunos acham necessário, discutir, orientar, etc. Esse projeto nos envolve como assistente social e permite ações para emancipação.

Ela entende a importância da reflexão, de trazer temas a tona que sejam desmistificados e discutidos em coletivo para o encontro com a essência humana.

Para MARIA essas ações têm a mesma dimensão e importância:

[...] estamos tentando implantar o Programa de Cultura de Paz, os professores estão estudando e apresentando aquele Livro O adolescente em Foco. No fechamento traremos o autor do livro para subsidiar os professores para lidar com essas situações de dificuldade que estão cada vez mais presentes em nossa realidade, até mesmo porque a política de bolsas

possibilita que uma classe menos favorecida e que traz mais conflitos tenha acesso a educação de qualidade, e precisamos saber lidar com a questão da violência, que é mundial.

Acredito que por isso que temos que desenvolver um trabalho com os docentes, porque são eles que ficam o dia a dia com os alunos e que pode intervir. Acho que nós podemos contribuir com os eventos, que introduza essa cultura de paz.

Conversando com uma colega, ela faz um café cultural, envolvendo a biblioteca e traz alguém da rede para falar sobre algum tema, exemplo, violência, semana da mulher, etc.

Esses momentos de reflexão são propostos para os educadores, discentes e comunidade, no intuito de alcançar um maior número de pessoas, que possam repensar conceitos e determinações sociais sobre esses variados temas e formular novas possibilidades e ideologia perante eles. É um espaço propício para romper preconceitos e uma cultura enraizada no conservadorismo.

Isso possibilita que “[...] cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante.” (GRAMSCI, 2011, p. 413).

Um de nossos maiores desafios enquanto assistentes sociais no ensino técnico-profissional é promover o envolvimento da família no processo educativo. Ele abrange uma diversidade de idades, em que geralmente a família do/a adolescente não atende aos chamados da escola técnica por se referenciar na escola tradicional em que somente era chamada quando existia alguma anormalidade no/a filho/a e precisava ser corrigida. Vivencia-se também a experiência de trabalhar com muitas pessoas adultas, acima dos 25 anos que não deseja e não permite envolver os familiares na escola.

Portanto, o contato com a comunidade ao entorno da escola técnica, que não necessariamente, como no ensino regular é o público atendido, se torna mais acessível do que a própria família do educando.

É exatamente pelo desenvolvimento dessas ações que:

Não se pode alegar que tais instituições atendam com exclusividade apenas à vontade e ao interesse de empresários da indústria, do comércio e outros, pois os corpos técnicos e docentes dessas instituições são grandes e de competência; e eles procuram oferecer uma formação e qualificação profissional de qualidade. São profissionais que sabem o que faz. Estas instituições são modelos de sucesso, inclusive serviram de subsídio para a definição da política de educação profissional atualmente em vigor, bem como possuem o reconhecimento internacional. (NEY, 2008, p. 115).

Nessas instituições, e no nosso caso especificamente o Senac, existe a preocupação com a formação humana e, por mais que seja um espaço também de contradições assim como a sociedade capitalista, vem trabalhando para realizar uma Educação baseada não apenas no conhecimento teórico, mas por uma perspectiva de valores, de ser e estar em sociedade, considerando as dimensões humanas, tanto biológicas, psíquicas, emocionais, sociais e políticas.

Além disso, é um lugar em que se fala da afetividade, como uma importante dimensão a ser cuidada no humano, e isso surge como possibilidade em um espaço onde só se podia falar em técnica, em conhecimentos teóricos e específicos.

Percebe-se, portanto, que é um espaço que pode-se e deve-se ocupar enquanto assistentes sociais. A nossa formação profissional nos insere determinados conceitos de oposição ao trabalho profissional em espaços que são considerados conservadores e neoliberais, como instituições privadas e até mesmo as instituições do Sistema S, que são privadas sem fins lucrativos e que acabam sendo abarcadas por esse ranço. Com este posicionamento nos negamos a participar de espaços que caracterizam oportunidades a nossa profissão, que nos dão possibilidades de atuar com as pessoas que são trabalhadores como nós e de mobilizar para a conquista da hegemonia.

Existe a necessidade de ocuparmos estes lugares, pois se nós que almejamos e temos por horizonte a transformação social, precisamos buscar e mobilizar estes espaços. Estes lugares também são nossos, temos que aceitar esses desafios com coragem, ousadia e enfrentamento, para isso se faz necessário ter certeza do projeto ético político que se quer materializar, de qual Código de Ética e quais as estratégias que serão necessárias para driblar os limites institucionais que estão presentes em todos os espaços ocupacionais.

Isso remete a um ditado popular que nós jogamos fora a água da bacia e junto com ela, o filho também, precisamos deste cuidado, pois passamos por um processo de Reconceituação e firmação de um projeto ético-político que busca romper o conservadorismo profissional, em que o/a assistente social atendia os interesses da burguesia em domesticar, adequar e moralizar as pessoas ao sistema, não podemos a partir disso, desconsiderar que é necessário adentrar em espaços contraditórios e ter neles uma postura emancipatória, pois isto está relacionado a escolha de um projeto de profissão e de sociedade.

É preciso jogar fora toda essa perspectiva de ajuste, mas manter nossa presença nas instituições, porque temos a capacidade para despertar a crítica, a mobilização em coletivo e o olhar que descortina a pseudoconcreticidade. Visando pelo compromisso ético que conseguiremos avançar e romper com as amarras que alienam a sociedade, e pelo

posicionamento em relação ao projeto ético-político que poderemos revelar qual a Emancipação se busca em nosso trabalho profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo teórico e da análise dos dados empíricos da realidade, esta pesquisa conseguiu elucidar a importância da contribuição do/a assistente social na Educação e formação técnica profissional, especificamente no Senac São Paulo, para a busca da Emancipação humana.

A Educação enquanto formação humana apropria o ser social da cultura que foi construída historicamente pela humanidade e empodera esse mesmo ser para o seu reconhecimento enquanto protagonista da direção da humanidade e, por isso, da transformação social. No entanto, a partir do desenvolvimento do sistema do capital, houve o entendimento e restrição desta capacidade formativa a uma política pública a ser materializada em um espaço denominado escola.

A Educação tem a possibilidade de elevar determinada ideologia a uma hegemonia social, que por sua vez direciona os rumos da sociedade, em questão de valores, de compreensão de mundo, de objetivos pessoais e sociais, entre outros, isso nos permite entender, que é por esta função que foi sistematizada enquanto ensino para determinar as relações sociais e perpetuar o sistema capitalista, mantendo a desigualdade social, a exploração do homem pelo homem e a alienação da massa trabalhadora em favor dos ideais que sustenta a ordem do capital.

A era atual caracterizada pelo sistema neoliberal tem em seu âmago a defesa por um mercado que deve controlar a sociedade, com a presença de um Estado máximo ao capital e mínimo ao social. Isso remete aos limites que impõe ao desenvolvimento do ser social e que determina a oposição entre as duas classes sociais fundamentais, proletariado e burguesia, trabalho e capital, sendo respectivamente, detentores e vendedores da força de trabalho, e donos dos meios de produção.

Nesta lógica atual o trabalho é tido como meio de subsistência, e não como forma de desenvolvimento das potencialidades humanas, fundante do ser social. A busca pelo trabalho se resume em realizar capacitação para mão de obra e qualificação para no mercado de trabalho, que deve acontecer por um curso que dê a inserção a uma profissão reconhecida monetariamente pela sociedade, e então o ser humano opta, quando pode, por uma profissão que lhe dê *status* social e dinheiro, que é o grande sinônimo de felicidade. Neste sentido, a pessoa é a responsável por se qualificar, por aprender determinada profissão, por conseguir se inserir em atividades laborais com boa remuneração, quando na verdade, isso representa a desigualdade social que vivemos e a era da opressão que estamos, em que o ser humano é o

grande culpabilizado pela sua condição socioeconômica, quando na verdade, sabe-se que a culpa é deste sistema com todas as suas características inerentes: opressão, exploração, alienação, coisificação das relações humanas, crise de valores e a desigualdade.

A Educação enquanto ensino ficou responsável em promover a formação de mão de obra para o mercado em detrimento da preparação para a vida e desenvolvimento das potencialidades do ser social. Enquanto uma política pública e direito social foi organizada e sistematizada para conter a massa de trabalhadores e disseminar, bem como impor, o funcionamento da sociedade regida pelo capital.

A Educação técnica profissional surgiu sistematizada no país por meio de duas formas: uma relacionada à formação para o mercado de trabalho concomitante ao ensino médio, e outra direcionada a uma formação em instituições específicas ao rumo profissional, composta pelas organizações do Sistema S, que foram criadas a partir da década de 1940.

As instituições do Sistema S surgiram como respostas a uma demanda do mercado de trabalho, para capacitar a massa trabalhadora para a rápida inserção ao mundo laborativo, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico do país em ascensão, que requisitava mão de obra qualificada para ingresso nas indústrias e comércio para garantir esse crescimento, além disso, essa formação garantia que o exército de reserva estaria sempre ativo e pronto para atender aos interesses do capital.

Atualmente toda a Educação escolar regular, isto é, o ensino desenvolvido durante o ensino fundamental I e II e ensino médio, está voltado para o mercado de trabalho, no entanto, a proposta da Educação pública é capacitar pessoas para a execução de tarefas acriticamente e não se propõe a realizar uma formação para a vida, para a criticidade, para a função de intelectuais orgânicos, capazes de organizar a classe a qual se vincula e buscar uma transformação social.

O cenário sociopolítico é marcado pela contradição capital e trabalho que origina a questão social e suas expressões vivenciadas pelos sujeitos sociais da classe trabalhadora, em que o trabalho profissional do Serviço Social é requisitado socialmente.

Os/as assistentes sociais são chamados pelo sistema capitalista para incidir nas expressões da questão social desde o seu surgimento enquanto profissão. Por isso, esteve desde sua origem até por volta da década de 1960, atuando hegemonicamente na realidade com a finalidade de moralizar as pessoas atendidas, de ajustar o ser social ao meio que vivenciava acriticamente, de manter a ordem social de acordo com os preceitos do capital.

A partir da reflexão do Serviço Social conectado com a realidade brasileira e com a aproximação e adensamento na teoria social crítica, vivenciamos a partir de 1960 o

movimento de Reconceituação/Renovação na categoria profissional. Esse novo momento trouxe a profissão a construção do projeto ético-político, que se consolidou hegemônico a partir de 1980 e indica uma determinada direção social que é a transformação dessa sociedade e sua superação para outra ordem social marcada pela Emancipação humana, autonomia, liberdade e pleno desenvolvimento do ser social pelo trabalho.

Essa direcionalidade que está elucidada nos princípios do Código de Ética de 1993, por mais que seja hegemônica carrega tensões, e traz diferentes posicionamentos e atuações para responder as demandas da realidade, institucionais e as demandas éticas postas ao Serviço Social.

Pela pesquisa bibliográfica pudemos identificar que a Emancipação política é a esfera possível nesta forma de sociabilidade, pois ela se refere a conquista e acesso aos direitos sociais e políticos. Ela é necessária, no entanto, não permite o desenvolvimento do ser humano genérico que só acontecerá por meio da emersão de outra sociedade, que não tenha em seu âmago a exploração do homem pelo homem, a alienação e a coisificação das relações humanas.

A partir das contribuições de nossos sujeitos foi possível analisar que todos materializam o trabalho profissional com a finalidade de alcançar e garantir a Emancipação política, sendo essa uma perspectiva necessária e importante, representando já uma conquista da humanidade, mas está restrita a esse sistema, configurando-se como o máximo a ser alcançado nessa sociedade do capital. Um de nossos sujeitos reconhece essa limitação e afirma sua direcionalidade para a busca da Emancipação humana.

Ter essa horizontalidade pressupõe uma formação acadêmica/universitária que possibilite reflexões necessárias para essa escolha e defesa pelo projeto ético político, o que caracteriza a dimensão ética hegemônica da profissão que nos conduz para além da conquista da Emancipação política, tendo como horizonte a Emancipação humana que será possível pela superação desta ordem social.

O estudo mostrou que atualmente no Senac as ações dos/as assistentes sociais estão voltadas para a Emancipação política e algumas se orientam para a construção do caminho para a Emancipação humana. As atividades atuais que possibilitam a Emancipação política e a busca pela Emancipação humana são as atividades de caráter emancipador, que podem mobilizar para uma ou outra Emancipação dependendo da intencionalidade com que se materializam as mesmas, ou seja, as ações podem estar mobilizadas para a conscientização sobre os direitos sociais a fim de conquistá-los, então essa é uma possibilidade para o alcance da Emancipação política. Diferente de uma ação voltada para a conscientização sobre os

direitos humanos, sociais, políticos, com a finalidade de mobilizar as pessoas para essa a conquista de direitos, e para a organização em coletivo para a transformação social, em que outra sociedade seja gestada, tendo como base os direitos e potencialidades preservados.

Essas atividades no Senac são desenvolvidas por meio de espaços, momentos e reflexões variadas, e podemos compreender como uma das principais, as voltadas para o Programa Cultura de Paz, que visa proporcionar construção de outras mentalidades sobre temas considerados complexos e polêmicos no ambiente escolar, que por sua vez, reflete o contexto social e possibilita que a comunidade escolar compreenda criticamente a sociedade que se insere.

São nestes momentos que o Serviço Social tem buscado materializar seus princípios profissionais, no entanto, é preciso ter o devido cuidado para que enquanto profissão não esteja na luta para o melhoramento da sociedade junto ao capital, mas que continue na posição de contra corrente que almeja e contribui na construção de outra sociedade.

A Educação é um espaço ocupacional estratégico para inserção de assistentes sociais, pois é uma atuação direta na formação humana dos/as estudantes, é um lócus em que o/a profissional pelo seu conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo atua com diversos atores sociais de forma educativa, na possibilidade de despertar as pessoas para a essência da realidade e pela busca de outras mentalidades humanas e outra forma de sociabilidade.

Especificamente no ensino técnico profissional, a pesquisa mostrou que o/a assistente social atua por atribuições de elaborar e executar projetos sociais na escola, de incidir nas expressões da questão social e assume os desafios de conseguir se aproximar do cotidiano dos/as estudantes efetivamente, pois o tempo deles de permanência na Educação técnica é relativamente pequeno perto das mudanças que se almeja promover, mas isso precisa ser a mola propulsora das ações e não a trava que paralisa e imobiliza o/a profissional. Por isso, precisa buscar seus espaços e constantemente contar a comunidade escolar sua presença na instituição e suas atribuições.

No Senac o trabalho do/a assistente social baseado nos princípios éticos e políticos consegue uma parceria importante em sua concretização, que é a metodologia que esta instituição escolheu educar, ou seja, pelas metodologias ativas de aprendizagem, que significam uma conquista em relação ao rompimento molecular com a carga histórica da formação para o mercado de trabalho e mão de obra para o exército de reserva e que tem contribuído para a formação da consciência crítica, do despertar da relativa autonomia e para

a reflexão dos valores, ela empodera para escolhas e propicia o Serviço Social a mobilizar para organização da classe trabalhadora, que ainda é um trabalho a ser realizado.

Isso significa que em muitos espaços ocupacionais o/a assistente social não consegue nenhum par para compartilhar o seu projeto de sociedade e seus princípios, mas no Senac isso tem sido possível, a partir do rompimento com a identidade atribuída da profissão e a realização do trabalho de forma interdisciplinar.

Estes espaços precisam ser ocupados cada vez mais, especialmente para romper com os preconceitos da própria profissão em relação aos espaços ocupacionais, visto que, como diz Gramsci, precisamos de coragem e ousadia, ou seja, ter o otimismo da vontade em transformar o mundo que vivemos, e por isso, ingressar em lugares que antes eram inimagináveis ao Serviço Social.

O/a assistente social é um/a profissional que se forma como intelectual orgânico capaz de incidir na cultura de determinada sociedade, e por isso, pela sua capacidade educativa, consegue ser o/a causador/a das rupturas moleculares nos espaços onde se insere e isso requer clareza de seus objetivos profissionais.

Na Educação assim como em outros espaços somos profissionais capazes de compreender a vida de nosso sujeito, realizar junto a ele reflexões, orientações, encaminhamentos para a rede socioassistencial e acompanhamentos (sendo estes os principais instrumentais do Serviço Social na Educação técnica profissional), no intuito de conquista e acesso aos direitos sociais e políticos e na busca de outra sociedade.

Na formação técnica profissional, os dados apontaram que o/a assistente social atua primordialmente de forma interdisciplinar, para junto aos pares realizar uma Educação enquanto formação humana, tem junto ao/a docente (que na maioria das vezes não possui formação para ser professor, mas sim um bom técnico do mercado de trabalho) uma parceria no intuito de refletir com ele/a as dificuldades enfrentadas em sala de aula e então quais os caminhos pedagógicos de determinada turma, para se considerar o contexto de vida de cada estudante, que traz para dentro da escola as expressões da questão social que vivencia.

O Serviço Social contribui para o acesso da classe trabalhadora à Educação, o presente estudo mostrou que a partir deste trabalho interdisciplinar que estabelece com a comunidade escolar consegue atender ao/a estudante em suas demandas, o que possibilita a sua permanência na escola. E por meio de suas atividades críticas, com a finalidade de que todos se reconheçam como protagonistas da história e conheçam a realidade e suas contradições, permite o sucesso deste/a aluno/a como fruto de uma Educação crítica, que deve possibilitar a formação humana integral.

Enfim, chegou-se ao objetivo da pesquisa entendendo que até este momento, o Serviço Social na Educação e formação técnica profissional contribui efetivamente para a Emancipação política, porém ainda falta posicionamento para materializar o projeto ético político e o Código de Ética, tendo como horizonte a Emancipação humana.

É importante ressaltar que consideramos uma importante conquista a presença de assistentes sociais no Senac, e que isso contribui efetivamente no olhar para o/a estudante, pois passa a se considerar o entendimento específico do Serviço Social para esta realidade.

Percebeu-se que pelo contexto histórico da sociedade e da Educação muitas conquistas precisam ser alcançadas e que nosso compromisso ético-político nos mobilize para a organização coletiva e a busca da transformação que traduz nosso horizonte e significado da profissão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 43-71, set. 2004.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 3. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Celso. Celso Antunes e a formação do professor: é preciso muito mais do que conteúdo. In: MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. Campinas: Unicamp: Dany, 2003. Disponível em: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/antunes-adeus-ao-trabalho.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <<http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

ARRETCHE, Marta. Apresentação. In: _____. (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Ed. Unesp: CEM, 2015.

BAPTISTA, Kassiano César de Souza. Karl Marx: Os limites da igualdade política e a necessidade da emancipação humana. **Aurora**, Marília, ano 3, n. 4, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/BAPTISTA,%20Kassiano.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.

BARBOSA, Elizabeth Regina Negri; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Construção, consolidação e empoderamento da identidade profissional do assistente social na contemporaneidade. **Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 57-68, 2012. Disponível em: <<http://revista.catolicaonline.com.br:81/revistadigital/index.php/debatesociedade/article/viewFile/604/519>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr. 2011.

_____.; TERRA, Silvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BATISTA, Erika. Formas de organização do trabalho: apontamentos para uma “anti-sociologia do trabalho”. **Aurora**, Marília, ano 2, n. 2, p. 38-46, jul. 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_misclanea_01.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.2, n.2, p. 139-154, 1998.

_____. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 ago. 1968. p. 10.801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jul. 2004. p. 18. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9>. Acesso em: 1 mar. 2016.

_____. Decreto n. 29.741 de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 13 jul. 1951. p. 10425. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

_____. Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2007. p. 18. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/decreto/D6253.htm>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 26 set. 1909. p. 6975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Lei 8.662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p. 7613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o par. 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7760. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. Decreto n. 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jun. 2014. p. 18. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jul. 2008. p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jun. 2014. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CAMURRA, Luciana; TERUYA, Teresa Kazuko. Escola pública: manifesto dos pioneiros da educação nova e o direito à educação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1.; SEMANA DE PEDAGOGIA, 20., 2008, Cascavel. **Anais....** Cascavel: Ed. Unoeste, 2008.

[p.1-10].Disponível

em:<<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>>.

Acesso em: 1 fev. 2016.

CARDOSO, Franci Gomes. O trabalho profissional do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais.** mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

CARDOSO, Franci Gomes; MACIEL, Marina. Mobilização social e práticas educativas. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais.** mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil.** Campinas: Papel Social, 2013.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre teoria tradicional e teoria crítica em Max Horkheimer. **Kínesis**, v. 2, n. 3, p. 195 – 204, abr., 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/14_MariaErbiaCassiaCarnauba.pdf>. Acesso em:5 maio 2016.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira; OLIVEIRA, João Paulo de. A função social da educação profissional e tecnológica: uma análise do projeto político pedagógico do IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte.). In: **SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA**, 5., 2014. **Anais....** Curitiba: Ed. UFPR, 2014. Disponível em:<http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24201_1397242120.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.

CAZUZA. **O tempo não para.** Intérprete: Cazuza. Disco: O poeta não morreu, 2005. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/cazuza/discografia/>>. Acesso em: 08 maio 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Marcos Legais.** [São Bernardo do Campo, 2016]. Disponível em:<<http://educacaointegral.org.br/marcos/>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 d e regulamentação d a profissão.** 10. ed. rev. e atual. [Brasília, DF, 2012a]. Disponível em :<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília, DF, [2012b]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 2 out 2013.

_____. **Subsídios para o debate de sobre o Serviço Social na educação.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 241-266, abr. 2011.

COMPARATO, Fabio Konder. Constituição de 1988: o direito e o avesso. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S.l.], 1 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2052>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A LDB e a nova Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, jan/abr. 2002. Disponível em: <<http://www.Senac.br/BTS/281/boltec281b.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Ana Maria Nicolaci da. Revoluções Tecnológicas e Transformações Subjetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 18, n. 2, p. 193-202, maio/ago. 2002 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v18n2/a09v18n2.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DEITOS, Roberto Antônio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas , Campinas, 2005.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XX**. São Paulo: Cortez: UNESCO, 1996. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

DEWEY, John. **Democracia e educação: capítulos essenciais**. São Paulo: Ática, 2007.

DUPAS, Gilberto. **Desafios da sociedade contemporânea: reflexões de Gilberto Dupas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

_____. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

ELIAS, José Carlos. Projeto de Lei 3.688 de 31 de outubro de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 2 nov. 2000.p. 53723. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ELIAS, Wiataiana de Freitas; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. A Dimensão Sócio-Educativa do Serviço Social: elementos para análise. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n.1, p. 61-83, 2005.

ENGENHEIROS DO HAWAII. **Somos quem podemos ser**. Intérprete: Engenheiros do Hawaii. Disco: Novo Millennium: Engenheiros do Hawaii, 2005. Disponível em:

<<http://www.vagalume.com.br/engenheiros-do-hawaii/somos-quem-podemos-ser.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FALEIROS, Vicente Paula. O Serviço Social no mundo contemporâneo. In: FREIRE, Lúcia Maria de Barros, FREIRE Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de. (Org.). **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

FARIA, Denise Jesuína. Mediação e Interdisciplinaridade: elementos para reflexão. In: OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; JOSÉ FILHO, Pe. Mario. (org.) **Trabalho Interdisciplinar: Construindo Saberes**. Franca. UNESP, 2010.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis**. São Paulo: Cortez, 2011. (Constituição Federal de 1988, LDB, ECA, Código de Ética do Serviço Social).

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do assistente social na educação: demonstração do plano de ação na escola**. Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

FORTI, Valeria; BRITES, Cristina Maria. (Org.). **Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUREGATO, Antônia Regina Ferreira; GATTÁS, Maria Lúcia Borges. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.19, n. 3, p. 323-327, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n3/a11v19n3.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

GADOTTI, Moacir. Moacir Gadotti e a escola cidadã. In: MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GERMANO, José Willington. Pobreza e Educação: o avesso da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 57, p. 28-51, jul. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura: ação católica: americanismo e fordismo. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.4.

_____. **Cadernos do cárcere**: o risorgimento: notas sobre a história da Itália. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

_____. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 3.
GRAMSCI, Antônio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 3. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IASI, Mauro. **O tempo do cotidiano e o tempo histórico**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/13/o-tempo-do-cotidiano-e-o-tempo-historico/>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

JOSÉ FILHO, Mario; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. (Org.). **Trabalho interdisciplinar**: construindo saberes. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2010.

KOLOGY, Andressa; LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Controle social: entre a contradição e a complementaridade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n.2, p. 142-165, jan./jun. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed, São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Alcimar Alves de Souza; ROVAI, Esméria. **Escola como desejo e movimento**: novos paradigmas, novos olhares para a educação. São Paulo: Cortez, 2015.

LOPES, Regina Pereira. **Pedagogia e emancipação humana**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. **Rupturas moleculares emancipatórias: a potencialidade do Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LUZ, Ricardo Santos da. **Trabalho Alienado em Marx: a base do capitalismo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2802/1/408014.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. São Paulo: Veras, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco; revisão técnica da tradução Paolo Nosella. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Tradução de William Laços. Campinas: Alínea, 2013.

MANFREDÍ, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3 p. 1480-1511 out./dez. 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 10, n. 12, p. 1-17, dez. 2011.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto ético-político. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 6, p. 9-23, 2006.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 57, p. 133-148, jul. 1998.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Assistente Social: um/a parceiro/a essencial para aprimorar a educação. In: CRESS/SP. 9ª Região. **Caderno de posicionamentos políticos**. São Paulo, [201-].

_____. **Educação e Serviço Social: elo para construção da cidadania**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L.1, t. 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultura, 1996a. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L.1, t. 2: o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultura, 1996b. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo: “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 1994.

_____. **A questão judaica**. [1843].

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo; Boitempo, 2005.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2016.

_____. **O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em movimento**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

_____. Portaria nº 873, de 1º de julho de 2010. Aprova a Resolução da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para o exercício de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 jul. 2010. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000873&seq_ato=000&vlr_ano=2010&sgl_orgao=MEC>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196/96, MP de 12/12/2012, Resolução nº 466. Atualizações realizadas pelo plenário do Conselho Nacional de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 12, seção 1, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. (Educadores).

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar. **Ensinar a viver**: manifesto para mudar a educação. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOSÉ, Viviane (Org.). **A escola e os desafios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NEY, Antonio. **Política educacional**: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wake, 2008.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir, GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. **O trabalho do professor universitário**: percepções e sentimentos de assistentes sociais. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o ensino médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 70, p. 40-62, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a04v2170.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

OLIVEIRA, Ramon de. Éramos felizes e não sabíamos: uma análise da educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2000. Disponível em:<<http://www.Senac.br/informativo/bts/261/boltec261a.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

ON, Maria Lucia Rodrigues. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lucia et al. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS. **RETTA**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/Retta/N01-2010.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2016.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O deciframento de uma realidade em movimento: os caminhos de uma pujante investigação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 389-392, abr. 2011.

PAULA, João Antonio de. **Crítica e emancipação humana**: ensaios marxistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____.; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____.; JOSÉ, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. As políticas para a educação profissional técnica de nível médio: dois projetos em disputa. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5., 2011, São Luís. **Anais**. São Luís: Ed. UFM, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/AS_POLITICAS_PARA_EDUCACAO_PROFISSIONAL_TECNICA_DE_NIVEL_MEDIO_DOIS_PROJETOS_EM_DISPUTA.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

PIANA, Maria Cristina. Reflexões históricas: Serviço Social e Educação. In: ARGUS, Alfredo, PIANA, Maria Cristina, LIMA, Maria José de Oliveira (Org.). **Serviço Social: trabalho e cotidiano**. São José do Rio Preto: Raízes, 2011.

_____. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PIMENTA, Juliana de Carvalho; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Serviço Social: marcos históricos e desafios atuais. In: ARGUS, Alfredo, PIANA, Maria Cristina, LIMA, Maria José de Oliveira (Org.). **Serviço Social: trabalho e cotidiano**. São José do Rio Preto: Raízes, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: categoria central na garantia de um exercício profissional crítico e competente**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://poderesocial.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/06/palestra-reinaldo-pontes_potere_02-de-junho.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RASMUSSEN, Bruna. **Educação fora da caixa: conheça escolas onde o aprendizado vai muito além da lousa e do caderno**. [S.l.], 2015. Disponível: <<http://www.hypeness.com.br/2015/01/como-iniciativas-de-educacao-inovadoras-buscam-transformar-o-ensino-no-brasil/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo; BRITO, Murillo Marschner Alves de. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, Marta. (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Ed. Unesp : CEM, 2015.

SALVADOR, Roberto. *Ética e Educação: Compromisso com o Ser Humano*. In: SILVEIRA, Ubaldo (Org.). **Trabalho, ética e sociedade**: reflexões sociais, éticas e agrárias na contemporaneidade. 2009. São Paulo: Práxis.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002.

SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro, 1975.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 42, p. 534-605, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SANTOS, Jurandir dos. **Educação**: desafios da atualidade. São Carlos: Compacta, 2012.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sócio-política ao redimensionamento de suas funções sociais. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SCACCHETTI, Fabio Alexandre Pereira. **Motivação e uso de estratégias de aprendizagem no ensino técnico profissional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

SCACCHETTI, Fabio Alexandre Pereira; OLIVEIRA, Katya Luciane de; MOREIRA, Ana Elisa da Costa. Estratégias de aprendizagem no ensino técnico profissional. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 20, n. 3, p. 433-446, set./dez. 2015. Disponível em:<[www.scielo.br http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200306](http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200306)>. Acesso em: maio 2016.

SENAC SÃO PAULO. **Bolsa de estudo**. São Paulo, 2016a. Disponível em: <<http://www.sp.Senac.br/jsp/default.jsp?template=1541.dwt&testeira=1540>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

_____. **Conheça o Senac**. São Paulo, 2016b. Disponível em: <<http://www.sp.Senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a724.htm&testeira=457>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

_____. **Proposta Pedagógica**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.sp.Senac.br/pdf/53727.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

SILVA, Marcela Mary José da. (Org.). **Serviço social na educação**: teoria e prática. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2014.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Um novo fazer profissional. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais.** mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

SILVEIRA, Ubaldo. A ética Profissional na virada do século. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v.8, n.2, p.89-101, 1999.

_____. (Org.). **Trabalho, ética e sociedade:** reflexões sociais, éticas e agrárias na contemporaneidade. Franca: Ed. UNESP-FHDSS: CEPEER; Bauru: Canal 6, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIQUEIRA, Andrea Vieira; ESCURRA, María Fernanda; DUAYER, Mario. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan./jun. 2013.

SOUSA, Joeline Rodrigues de. **Gramsci:** educação, escola e formação – caminhos para a emancipação humana. Curitiba: Appris, 2014.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira Sposati et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TONET, Ivo. **A educação numa encruzilhada.** Ivo Tonet. *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*, [S.l., 2013a]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. **Cidadania ou emancipação humana?** Ivo Tonet. *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*, [S.l., 2005]. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Educação e cidadania.** Ivo Tonet. *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*, [S.l., 2006a]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Educação e formação humana.** Ivo Tonet. *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*, Maceió, 2006b. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

TONET, Ivo. **Educação e revolução.** Ivo Tonet. *Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana*, Maceió, [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [2013b]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

_____. **Interdisciplinaridade, formação e emancipação humana.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 2013c]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

_____. **Atividades educativas emancipadoras.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, Maceió, 2013d. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

_____. **O grande ausente e os problemas da educação.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 201-a]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2015

_____. **Trabalho, educação e luta de classes (prefácio).** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 2016]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. **Um novo horizonte para a educação.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 20--]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. **Teoria social crítica: do que se trata?** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, Maceió, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 dez. 2015.

TONET, Ivo. **O grande ausente.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 201-b]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Qual política social para qual emancipação?** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, [S.l., 201-c]. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Sobre as atuais manifestações.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, Maceió, [S.l.], 2013e. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **As tarefas dos intelectuais, hoje.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, Marília, [S.l.], 1998. Disponível em: <<http://ivotonet.xpg.uol.com.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **A educação contra o capital.** Ivo Tonet. Marxismo, Política, Educação e Emancipação Humana, Maceió, [S.l.], 2016. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2016.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não dizer que não falei das flores**. Intérprete: Geraldo Vandré. Disco: Pérolas, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A / o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB, 2000.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012.

WITIUK, Ilda Lopes. **A Trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.2004**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em:<<http://www.servicosocialnaeducacao.info/wp-content/uploads/2012/06/A-trajet%C3%B3ria-socio-hist%C3%B3rica-do-Servi%C3%A7o-Social-no-esp%C3%A7o-da-escola2.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas com os/as assistentes sociais do SENAC

I. IDENTIFICAÇÃO:

Data nascimento:

Formação:

() Graduação () Especialização () Pós-Graduação stricto sensu () Pós-Graduação Lato Sensu.

Qual área de estudo?

Quando se formou?

Quanto tempo trabalha no Senac?

Quanto tempo trabalha com educação técnico-profissional?

II. QUESTÕES SEMIESTRUTURADAS

Perguntas para entrevista semiestruturada com Assistentes Sociais:

- 1- O que você entende por educação?
- 2- O que você entende por emancipação humana?
- 3- Existe para você relação entre Emancipação e Educação?
Se não, por quê?
Se sim, qual a relação?
- 4- Qual a relação entre Serviço Social e Emancipação em sua opinião?
- 5- Você em sua prática profissional consegue ver a materialização do principal princípio do Código de Ética Profissional de 1993: “I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”?
- 6- Você enquanto assistente social na educação técnica profissional pode relatar um pouco da sua atuação.
- 7- Comente sobre alguma ação / projeto / atuação que você considera que contribua para a emancipação dos/das alunos/as.

APÊNCICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Emancipação, Educação e Serviço Social**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Angelina Martins**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr (a) **Josiani Julião Alves de Oliveira**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C. Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Nesta pesquisa objetivamos refletir a relação entre Emancipação, Educação e Serviço Social. Procuramos compreender o que é comum entre elas, o que as une e as complementa, bem como entender como elas estão se materializando atualmente. O intuito é discutir a Emancipação por meio da Educação e do Serviço Social, para que possamos buscar responder a problemática desta pesquisa: “Até que ponto o Serviço Social inserido na Educação técnico-profissional contribui para a Emancipação Humana?”. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Angelina Martins

Endereço: Rua João Garcia Peres, 980. Potirendaba SP

Tel: (17) 99184-7883

E-mail: angelinamartins.b@gmail.com

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª) Josiani Julião Alves de Oliveira

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900. Franca SP

Tel: (17) 98138-7289

E-mail: josianiju@gmail.com